



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXV — Nº 079

TERÇA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1980

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

I — ATA DA 105ª SESSÃO, EM 4 DE AGOSTO DE 1980

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimentos

— Nº 309/80, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da conferência realizada pelo Ministro Eduardo Portella, na Escola Superior de Guerra.

— Nº 310/80, de autoria do Sr. Senador Bernardino Viana, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 80/80, de sua autoria, que dispõe sobre a concessão de visto de permanência ao estrangeiro que tenha ingressado no País até o dia 15 de novembro de 1979, através da suspensão de eficácia do Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício S/22/80 (nº 420/80, na origem), do Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando autorização do Senado Federal a fim de que aquela Prefeitura possa realizar operação de empréstimo externo no valor que menciona para o fim que especifica.

— Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 112/79 (nº 4.264/77, na Casa de origem), por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

1.2.3 — Apreciação de matéria

— Redação final do Projeto de Resolução nº 58/80, em regime de urgência, que estabelece norma para a abertura da sessão pública do Senado Federal. **Aprovada.** À promulgação.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira, recentemente realizado na cidade de Belo Horizonte.

SENADOR JORGE KALUME — Transcurso do 13º aniversário de falecimento do ex-Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

SENADOR MURILO BADARÓ — Apelo ao Senhor Presidente da República em favor de providências que visem a conclusão das obras da Usina da AÇOMINAS, no Estado de Minas Gerais.

SENADOR FRANCO MONTORO — Justificando o Requerimento nº 311/80, que encaminha à Mesa, subscrito por S. Exª e pelos Líderes dos Blocos Parlamentares do PDS, PMDB e PP, de transcrição nos Anais do Senado, dos discursos proferidos pelo Papa João Paulo II em sua visita ao Brasil.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Visita realizada por Sua Santidade o Papa João Paulo II ao País.

SENADOR LEITE CHAVES — Registro de equívoco cometido por órgão da administração da Casa, com relação à filiação partidária de S. Exª Congratulando-se com o Senhor Presidente da República pelo decreto que estabelece que nenhum funcionário da administração direta ou indireta, possa perceber mais do que o Presidente da República.

1.2.5 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 177/80, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura aos ferroviários o pagamento das horas em que fica à disposição da empresa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 59/79 (nº 3.191/76, na Casa de origem), que altera a redação da alínea b do inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 265/79). **Aprovado**, nos termos do substitutivo da Comissão de Justiça. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 265/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta alínea ao item II, do art. 275 do Código de Processo Civil, para incluir no elenco de ações de rito sumaríssimo a do fiador para exonerar-se da fiança prestada sem limitação de tempo. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 59/79). **Declarado prejudicado**, em virtude da aprovação de substitutivo ao item anterior com o qual tramita em conjunto. Ao Arquivo.

— Projeto de Resolução nº 59/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 1.738.247.416,64 (um bilhão, setecentos e trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis cruzeiros e sessenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*, após usar da palavra o Sr. Dirceu Cardoso.

— Projeto de Resolução nº 60/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de São José (SC) a elevar em Cr\$ 22.671.000,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 61/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PR) a elevar em Cr\$ 154.660.329,77 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e vinte e nove cruzeiros e setenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 62/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Paranavaí (PR) a elevar em Cr\$ 112.334.989,83 (cento e doze milhões, trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 63/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Largo (PR) a elevar em Cr\$ 214.400.000,00 (duzentos e quatorze milhões e quatrocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 64/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Biguaçu (SC) a elevar em Cr\$ 2.147.859,20 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 65/80, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 25.128.667.776,82 (vinte e cinco bilhões, cento e vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 66/80, que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares) destinado à Companhia do Metropolitano de São Paulo. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Resolução nº 67/80, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de dólares norte-americanos), para

ser aplicado no Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais. *Votação adiada por falta de quorum.*

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Análise das propostas alternativas, apresentadas por membros da Oposição, para a economia brasileira.

SENADOR ROBERTO SATURNINO — Comentários ao discurso do orador que o antecedeu na tribuna.

SENADOR MARCOS FREIRE — Mensagem reformista do Papa João Paulo II.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DE COMISSÃO

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 105ª SESSÃO, EM 4 DE AGOSTO DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NILO COELHO E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guomard — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Dinarte Mariz — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Henrique Santillo — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — Saldanha Derzi — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Paulo Brossard — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 309, DE 1980

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 233 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Conferência realizada pelo Ministro Eduardo Portella, na última sexta-feira, dia 1º de agosto, na Escola Superior de Guerra.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1980. — **Lourival Baptista.**

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 310, DE 1980

Nos termos do art. 280 do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1980, de minha autoria, que dispõe sobre a concessão de visto de permanência ao estrangeiro que tenha ingressado no País até o dia 15 de novembro de 1979, através da suspensão de eficácia do Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1980. — **Bernardino Viana.**

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O requerimento que vem de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência recebeu, do Prefeito do Município do Rio de Janeiro, o Ofício S/22, de 1980 (nº 420/80, na origem), solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquela Prefeitura possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares americanos), para o fim que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1979 (nº 4.264/77, na Casa de origem), que altera a relação Descritiva do Sistema Ferroviário Nacional, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 — Plano Nacional de Viação, e dá outras providências, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sobre a mesa, redação final de matéria em regime de urgência, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 579, DE 1980

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1980

Relator: Senador João Calmon

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1980, que estabelece norma para a abertura da sessão pública do Senado Federal.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 1980 — **Adalberto Sena, Presidente** — **João Calmon, Relator** — **Henrique de La Rocque.**

ANEXO AO PARECER Nº 579, DE 1980

Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1980.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1980

Estabelece norma para a abertura da sessão pública do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica incluído, no art. 180 do Regimento Interno do Senado Federal, o seguinte parágrafo 1º, renumerando-se os demais:

“§ 1º Ao declarar aberta a sessão, o Presidente proferirá as seguintes palavras: “sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sob regime de urgência, a proposição cuja redação final acaba de ser lida deve ser submetida imediatamente à apreciação do Plenário.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como foi amplamente divulgado, reuniu-se, em Belo Horizonte, de 27 a 30 de julho passado, o IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira. Excetuada a sessão solene inaugural, realizada no Palácio das Artes, todas as demais sessões desse magno conclave científico e cultural, ocorreram nas dependências do Palácio Inconfidência, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Paralelamente ao Congresso, realizou-se a primeira reunião mundial do Comitê Internacional de Prevenção da Cegueira, com a participação de uma comitiva da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), sediada em Washington, e diretamente subordinada à Organização Mundial de Saúde (OMS).

O tema oficial — *Genética e Prevenção da Cegueira* — foi exaustiva e profundamente abordado pelos 17 grupos de trabalho constituídos de especialistas que contaram com a preciosa colaboração de alguns pesquisadores e técnicos de renome internacional, num esforço conjunto de caráter multidisciplinar.

Sob a presidência dos Professores Hilton Rocha e Christiano Barsante, o Congresso funcionou com exemplar eficiência e atingiu todos os objetivos determinantes de sua organização, em face da extraordinária importância que a prevenção da cegueira apresenta para o Brasil.

Na opinião do Presidente da Comissão Executiva, o Professor Christiano Barsante, a situação brasileira, a esse respeito, é bastante séria, em face das condições sócio-econômicas e sanitárias de vastos contingentes da população.

“Nas más condições sanitárias — observou o oftalmologista mineiro — predominam doenças que já foram erradicadas no passado, mas que, hoje, atingem um volume cada vez maior de pessoas, principalmente no Nordeste. É o caso, por exemplo, do tracoma, que é uma doença transmitida por vírus, e da encercose, transmitida por um parasita que ataca irreversivelmente o órgão visual”. A subnutrição, também, determina o aparecimento da hipovitaminose até a avitaminose “A” que inicia por uma diminuição da capacidade visual noturna, seguida de graves lesões da córnea humana, com a perfuração do olho.

E o pior é que isso acontece principalmente com a população infantil.

Além da subnutrição, dos condicionantes sócio-econômicos, o oftalmologista também apontou a infelizmente ocular como responsável pelo grande número de cegos no País. São os casos de cegueira acometidos por acidentes de trabalho, ou de trânsito.

Daí a importância de programas pioneiros de prevenção da cegueira, a nível governamental, a fim de evitar, não só no Brasil, como em todo o continente americano, a duplicação do número de pessoas cegas até o final desta década, segundo prevê a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para o êxito do IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira muito contribuiu, certamente, o apoio integral que lhe proporcionou o Governador Francelino Pereira, prestigiando-o, inclusive, com a sua presença, acompanhado dos Secretários de seu governo.

Igualmente importante foi a efetiva ajuda dos Ministérios da Saúde, Educação e Cultura, Previdência Social, Senado Federal e outros órgãos que atenderam à convocação dos ilustres organizadores do Congresso.

Cumpram ressaltar como expressiva manifestação de apoio a iniciativa do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Coronel Adwaldo Cardoso Botto de Barros, que autorizou uma emissão especial de selos comemorativos do Centenário de nascimento de Helen Keller, na aber-

tura do IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira. O Selo Comemorativo, de notável concepção artística, consagra, não somente a personalidade excepcional de Helen Keller, como, também, a de Ana Sullivan.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Com o maior prazer, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Foi com tristeza que li em um dos jornais de hoje que o Professor Hilton Rocha, colega e particular amigo de V. Exª teria sido acometido de um mal cardíológico em Belo Horizonte e internado numa das casas de saúde daquela capital. Faço votos, portanto, que esse professor, que tem sido, talvez, o maior inimigo da cegueira no Brasil, tenha um breve e completo restabelecimento. Obrigado.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Muito grato a V. Exª, eminente Senador Luiz Cavalcante. Na verdade, o Professor Hilton Rocha foi acometido de estafa. O seu genro, Professor Cristiano Barsante, me telefonou comunicando o ocorrido. Na última sexta-feira falei com o Professor Hilton Rocha, pelo telefone, disse-me então do sucesso do Congresso e que no próximo dia 11 estaria em Brasília, para uma visita aos amigos e trazer o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a realização do Congresso. Foi com tristeza que recebi, do seu genro, a notícia de que, na sexta-feira à noite, o Professor Hilton Rocha havia sido acometido de uma estafa violenta, e internado num serviço de recuperação, e esperava-se que, hoje, já saísse da terapia intensiva.

V. Exª, eminente Senador Luiz Cavalcante, é daqueles que reconhecem as virtudes e os grandes serviços prestados pelo Professor Hilton Rocha na oftalmologia.

O seu desejo de que ele logo se restabeleça é, também, compartilhado por todos aqueles que o admiram.

Bem sabe V. Exª que, há anos, quando um colega nosso, o ex-Senador e ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis teve um problema na vista, foi a Cidade de Gand, na Bélgica, consultar-se com um dos grandes oftalmologistas do mundo, o Professor Jules François, este tendo conhecimento de que o Senador Antônio Carlos era brasileiro, disse-lhe que não havia necessidade de ele ir à Bélgica, procurá-lo, porque, no Brasil, há o grande oftalmologista, Professor Hilton Rocha. Muito obrigado a V. Exª, eminente Senador Luiz Cavalcante. Irei transmitir à família os seus votos de pronto restabelecimento do eminente Professor Hilton Rocha.

Compareceram, ainda, ao IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira, representantes de Ministros, o Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, do Tribunal de Contas da União, o Presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, João Carlos Ribeiro de Navarro e inúmeros Deputados, altas autoridades militares, civis e eclesiásticas, o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom João Resende Costa e grande número de personalidades especialmente convidadas.

Além de representar o Presidente do Senado Federal, Senador Luiz Viana Filho — impossibilitado de comparecer, coube-me a honra insigne de ser um dos distinguidos com a Homenagem Especial, conjuntamente com o Vice-Presidente Aureliano Chaves de Mendonça e o Ministro do Tribunal de Contas da União, Luciano Brandão de Souza, havendo o Professor Paulo Campos Guimarães recebido a Homenagem Póstuma do Congresso.

Sr. Presidente, seriam desnecessárias informações adicionais a respeito desse grande acontecimento científico, cultural e social, notadamente no tocante ao desenrolar das atividades levadas a efeito pelas 17 Comissões Técnicas do Congresso e às Conferências oficiais a cargo de consagrados especialistas.

Oportunamente, o Senado Federal receberá os Anais desse magnífico Congresso de Prevenção de Cegueira, cujas recomendações e conclusões sensibilizarão o Governo Federal, com toda a certeza, principalmente, no que se refere à criação de um Banco de Olhos Nacional, que também funcionaria como um grande centro de pesquisas oftalmológicas, e da execução de um programa preventivo da cegueira como uma das prioridades essenciais da Política Nacional de Saúde.

Reitero as minhas felicitações aos eminentes brasileiros que realizaram o Congresso de Belo Horizonte, nas pessoas dos dignos presidentes Doutores Hilton Rocha e Christiano Barsante.

Finalizando, devo salientar a verdadeira consagração recebida pelo Professor Hilton Rocha, cuja inextinguível dedicação contribuiu, decisivamente, para os sucessos, merecendo, inclusive, as homenagens especiais que lhe foram tributadas, também, pelas personalidades estrangeiras presentes ao conclave.

Sr. Presidente, finalizando, solicito seja incorporado ao texto desta comunicação os discursos pronunciados por ocasião da Sessão Solene Inaugural do IV Congresso Brasileiro de Prevenção de Cegueira, no dia 27 de julho, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, pelo Governador Francelino Pereira e pelo Professor Christiano Barsante, Presidente do Comitê Executivo do Congresso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA, EM SEU DISCURSO.

DISCURSO DO GOVERNADOR FRANCELINO PEREIRA:

"Meus senhores,

Muitas vezes já se disse que é do livre debate que surge a luz, a clareza, a consciência dos rumos a tomar para a superação dos grandes problemas do homem. É neste sentido que o Governo de Minas acompanha, com profundo interesse, todos os fatos relacionados com este Quarto Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira.

Se é verdade que a ciência se desenvolve no silêncio dos laboratórios, no recolhimento dos institutos de pesquisa e de experimentação, é também verdade que em certames como este o cientista tem oportunidade de encontrar os seus pares, seus companheiros, dividindo fraternalmente os conhecimentos que então são postos a serviço da comunidade.

Há muitos pontos de identidade entre as atividades que os senhores exercem e os deveres maiores do Estado. O primeiro deles é o compromisso, que nos é comum, com a valorização da saúde e do bem-estar do homem e da coletividade.

Tal compromisso é ainda mais nítido quando se trata de programar um esforço harmonioso e ordenado de prevenção da cegueira, tarefa que deve mobilizar o que houver de melhor na comunidade, em termos de conhecimentos técnicos e científicos, de recursos materiais e humanos, de imaginação e dedicação a uma causa que diz respeito a todos nós.

Quando sabemos que a cegueira atinge índices assustadores exatamente nos países mais pobres é que percebemos que esta é uma questão claramente social e, por isso mesmo, política. Assim, ao lado da pesquisa científica, deverá estar a firme decisão política de combater as distorções econômicas que geram a pobreza e a doença.

Por acreditar que este é um dever do Estado e por estar fazendo tudo para cumpri-lo à altura das aspirações dos mineiros é que recebemos com muita alegria a notícia da escolha de Minas para cenário deste Quarto Congresso. Aqui, entre estas montanhas tão propícias à reflexão, os senhores terão um clima perfeito para aplicar a sua sabedoria à discussão deste problema que tanto aflige a humanidade.

Tudo se espera deste Congresso, reunido sob os auspícios dos ideais mais puros, em conjugação perfeita de pensamento e ação, que vai além das manifestações formais e atinge a eficácia tão desejada no trabalho de prevenção da cegueira e de recuperação psicológica, social e cultural do cego ou mesmo do deficiente visual.

Este Congresso cresce ainda mais na expressão do seu significado por ter sido escolhido como oportunidade para a emissão oficial do selo comemorativo do Centenário de Helen Keller, símbolo sagrado do quanto pode o ser humano se aproximar do Criador, em busca dos horizontes da perfeição.

Desde o primeiro instante, o Governo de Minas ofereceu integral apoio aos realizadores deste Quarto Congresso. Não apenas por suas nobilitantes finalidades, carregadas de profundo humanitarismo, mas também por ter ele à sua frente esta figura singular de Medicina brasileira, a quem Minas, o Brasil e a ciência médica tanto devem. (professor Hilton Rocha).

Oftalmologista de renome mundial, doutor Hilton Rocha jamais se limitou ao exercício exclusivo de sua profissão. Ao contrário, sempre se dedicou ao estudo e ao combate dos maiores problemas que afligem a coletividade, como o demonstra o seu empenho no exame dos métodos preventivos da cegueira.

Este Quarto Congresso é, assim, uma prova renovada da sintonia que existe entre a figura do cientista e a atitude do cidadão Hilton Rocha, homem consciente de suas responsabilidades sociais, cumpridas a cada dia nesta obra extraordinária que vem realizando.

Ao ilustre presidente deste Congresso, doutor Christiano Barsante, transmito as felicitações do Governo de Minas, pela oportunidade que nos dá de conviver durante alguns dias com tantos valores exponenciais da ciência médica mundial. Minas agradece também a todos os que colaboram de alguma forma na organização e realização deste certame.

Aos senhores congressistas, entre os quais se encontram representantes de outros Estados e de outros países, apresento a cordial expressão das sa-

dações do Governo do Estado, formulando os melhores votos de uma agradável estada em nosso meio, onde a ninguém jamais faltou o calor cheio de afeto do povo mineiro.

Senhores,

Que Deus vos ilumine e vos inspire, para que esta jornada seja produtiva, para que conquistemos novas vitórias nesta cruzada de defesa e preservação da tão preciosa e sublime dádiva que o Criador nos concedeu: a luz dos nossos olhos. Muito obrigado."

DISCURSO DO PROFESSOR CRISTIANO BARSANTE

"Este Congresso Brasileiro de Prevenção da cegueira é o quarto de uma série bienal iniciada em 74 em São Paulo, 76 em Brasília e 78 no Rio de Janeiro, promovido pela Comissão de Prevenção da Cegueira do nosso órgão maior, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia. A primeira indagação lógica que desponta: qual a importância dos programas de prevenção da cegueira e o que pretendem atingir?"

A Organização Mundial de Saúde, aqui representada pelo Dr. Mário Tarizzo, Presidente da Comissão de Prevenção da Cegueira, preocupa-se sobremaneira com a previsão da duplicação do número de cegos, em dez anos, nos países como o Brasil, caso não sejam tomadas providências urgentes e a nível governamental. Aqui esbarramos com o primeiro óbice: qual o número de cegos no Brasil, quantos recuperáveis, quantos teriam sido evitados? Não o sabemos. Este Congresso buscará bases e rumos a serem tomados, visando a um levantamento estatístico válido, um inquérito nas instituições e nos Estados, do número de cegos e das causas prevalentes da cegueira.

Este Congresso traduziu e imprimiu a Classificação Oftalmológica Internacional, recomendada pela Organização Mundial de Saúde, para o registro e estatística dos Transtornos do olho. Adotada mundialmente, deverá ser a base do futuro ao tão desejado inquérito nacional, cujas linhas mestras deverão surgir do Grupo de Trabalho coordenado por Oswaldo Galotti.

50% das cegueiras são evitáveis. E o caráter hereditário é preponderante em grande parte dessas causas de cegueira — o glaucoma e a retinopatia diabética constituem as maiores causas de cegueira nos adultos — por isso o tema oficial do congresso é genética e prevenção da cegueira.

Um outro ponto de interesse a se estabelecer é sobre definição de cegueira e quais as faixas para as quais devemos nos voltar. Pode-se considerar cego, no sentido profissional ou social, aquele que tenha visão inferior a 1/10 no olho de melhor visão.

Há, entretanto, um forte contingente, que não pode ser incluído como cegos, que está situado numa faixa entre os cegos e os videntes: são os amblíopes, cuja educação e tratamento seguem normas para as quais estamos parcialmente despreparados. É de suma importância, máxime quando detectamos os amblíopes numa faixa escolar ou pré-escolar, passíveis de tratamento e de cura se os socorrermos até os 8 ou 9 anos de idade. E um pouco mais: num censo escolar grosseiro, surpreendemos maior ou menor grau de comprometimento ocular em 20% das crianças examinadas racionalmente.

O papel das professoras primárias neste trabalho é fundamental.

A chamada infortunistica ocular — acidentes de trabalho, doenças profissionais e num crescendo, os acidentes automobilísticos — terá ênfase especial.

Que medidas energéticas e concretas sejam tomadas, para evitarmos o número inconcebível e progressivo de acidentes que vitimam pessoas, participantes ativos da força de trabalho da nação! Segregados da sociedade, de repente vêem-se dependentes da previdência social, passivos no seu potencial laboral. Não só integrá-los psicologicamente, social e culturalmente, mas, também, readaptá-los para outras funções, também tão nobres, arrancá-los do marasmo em que se encontram e trazê-los ao seio da comunidade economicamente ativa. O aspecto envolve o próprio interesse sócio-econômico.

E o transplante de córnea? A quantos acidentados (ou de doenças da córnea) podemos recuperar? Os bancos de olhos se multiplicam, embasados na orientação e direção dos oftalmologistas, mas em realidade entretidas pela doação, compreensão e filantropia do povo. São dezenas ou centenas de bancos de olhos no Brasil sem qualquer dúvida, até mesmo nas suas campanhas de esclarecimento público, conscientizadoras de uma nova mentalidade de servir ao próximo. A unificação destes bancos de olhos é útil, todos o sabemos, não só para o controle e um aproveitamento maior, como para dar-lhes uma estrutura que, além de curativa e humanitária, seja também científica. Isto é, para que as doações restaurem a visão de olhos, mas que também propiciem material científico, no sentido preventivo. Movimenta-se a idéia, neste Congresso, de se criar sob a égide governamental, um Banco de Olhos Nacional, com uma central científica, em qualquer capital escolhida. Talvez um passo precursor de um Instituto Brasileiro de Pesquisas Oftalmológicas que permita, como na Norte América, atender para os principais tópicos da oftal-

mologia (catarras, glaucoma, degenerações, tumores, prevenção da cegueira, etc...).

Mas certamente o ponto alto do Congresso é a reunião da OPAS — sediada em Washington, que é a Organização Pan-Americana de Saúde (subordinada à Organização Mundial de Saúde), que resolveu realizar aqui em Belo Horizonte, como homenagem ao nosso Congresso, a 1ª Reunião de seu Comitê para Prevenção da Cegueira.

A ele comparecem representantes de diferentes países das Américas e as deliberações ou sugestões desse Comitê serão levados à discussão dos Grupos de Trabalho do Congresso, que por sua vez, irão oferecer à OPAS a resultante de seus trabalhos. Delinha-se assim um programa integrado de prevenção da cegueira para as Américas. Reveste-se, também, de magna importância a criação no Brasil de um "Centro de Colaboração da Organização Mundial de Saúde" — pretendida por seus dirigentes aqui representados, um substrato de pesquisa e ensino, visando aos transtornos do olho e à prevenção da cegueira. Exigirá, naturalmente, o amparo do Governo Federal, através de seus vários Ministérios envolvidos neste programa, além do respectivo respaldo do governo estadual onde se localizar. Um grande prestígio para a nossa Pátria.

Portanto, o nosso Congresso não é puramente de médicos, de oftalmologistas ou sanitaristas. A tarefa proposta envolve Universidades, Secretarias de Estado, psicólogos, educadores, sociólogos, geneticistas, assistentes sociais, etc. Urge pois que assumamos a responsabilidade que em todos nós reside. É pois uma conclamação que ora se faz."

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sempre fui sensível às figuras que construíram e contribuíram para consolidar e engrandecer a nossa Pátria. Daí a minha gratidão e o meu reconhecimento permanentes a esses patrícios que fizeram história.

Entre tantos, desejo, nesta oportunidade, incluir o nome do Marechal Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, lembrando-o quando se completam 13 anos de seu trágico e inesperado desaparecimento, ocorrido no dia 18 de julho de 1967.

Quis o destino que um homem do seu porte, após relevantíssimos serviços prestados inclusive à humanidade, sucumbisse de uma forma inesperada, num desastre testemunhado pelo céu e pelo sol da terra que lhe serviu de berço — o Ceará.

Efetivamente; o Brasil, que tinha na figura de Castello Branco um líder autêntico, um administrador de escol, um militar que também honrou no território europeu a tradição de Caxias, com sua bravura e sua cultura, inclusive de estrategista, viu juntar-se a esse elenco de qualidades a de estadista, quando ele governou o País como primeiro Presidente eleito após a Revolução de 1964.

Castello Branco, naquele momento, foi o homem indicado, na difícil conjuntura que o País atravessava, para imprimir um novo rumo à administração brasileira. Ao término do seu mandato, deixou ele a marca indelével do seu tirocinio administrativo, que arrancou admiração de seus patrícios, com repercussão no exterior. "Vosso Presidente, o Marechal Castello Branco, muito me impressionou, como homem de Estado e por sua cultura", disse o grande Presidente de Gaulle ao Embaixador D'Alamo Lousada.

Se Castello foi grande na paz, não foi diferente na guerra, segundo depoimento do general americano Vernon Walters: "A verdadeira medida da coragem e da calma de Castello revelaram-se claramente. Em nenhum momento o seu humor e atenção o abandonaram. Sempre ele tinha um sardônico episódio ou histórias." E a sua bravura, somada à sua modéstia nos campos de batalha, contribuiu para ser ele o detentor da Cruz de Guerra de Primeira classe, a única outorgada a um Membro do Estado-Maior.

"Todo mundo pode sofrer agruras, escreveu Abraham Lincoln, mas se quiser testar-lhe o caráter, dê-lhe o Poder". E não foi sem razão que recaiu em Castello Branco a escolha para governar o Brasil, porque reunia ele os predicados exigidos para uma tarefa tão espinhosa.

O Sr. Helvídio Nunes (PDS — PI) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Com muito prazer.

O Sr. Helvídio Nunes (PDS — PI) — Eminente Senador, no momento em que V. Exª homenageia nesta Casa a memória do ex-Presidente Castello Branco, mais em nome do Piauí do que no meu próprio desejo associar-me a essa manifestação de V. Exª É que o Marechal Castello Branco, que prestou os mais relevantes e assinalados serviços, estadista que foi, a este País, de uma maneira especial, particular, diria também afetiva, serviu ao Nordeste e, na

paisagem nordestina, ao Piauí. Devo destacar, neste instante, entre as obras que marcaram a presença de Castello Branco no Governo da República, no que diz respeito ao Piauí, a determinação de construir, como efetivamente foi construída, a Hidrelétrica de Boa Esperança, que hoje ilumina, e iluminando projeta, em cada cidade, em cada recanto, em cada município e dentro em breve em cada fazenda do Piauí, o nome do eminente Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — O depoimento de V. Exª, nobre Senador Helvídio Nunes, para mim é muito valioso. Mesmo porque V. Exª foi um dos governadores que contribuíram para impulsionar o Piauí, e foi escolhido quando Castello Branco era Presidente da República. Muito obrigado a V. Exª

Uma dessas figuras raras, que soube, num momento difícil para a nacionalidade, manter um desempenho dos mais altruísticos e dignos. Sua humildade era sentida a todo instante, porque era essa a conduta que cultivava e certamente não haveria de modificá-la quando galgou o mais alto posto da República.

E suas palavras iniciais — vale recordá-las quando o homenageamos pela passagem de mais um aniversário de seu falecimento, porque corroboram a nossa afirmativa — foram as seguintes: "Os votos dos representantes da Nação, na escolha para governar em hora difícil, valem por certo pela maior honra que o cidadão poderia receber. A mim, entretanto, proporciona também nítida idéia de grandeza da tarefa a que estarei obrigado para corresponder às esperanças da nacionalidade. Direi mesmo que a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante. Nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos. Venham a mim os brasileiros e eu irei com eles, para, com o auxílio de Deus e com serena confiança, buscar melhores dias nos horizontes do futuro".

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Ouço com muito prazer e honra para mim o nobre Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Meu nobre colega Senador Jorge Kalume, V. Exª, nesta sessão do Senado Federal, presta uma homenagem merecida à memória daquele que foi em vida um líder e um estadista, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Não digo isso apenas como cearense que sou, seu conterrâneo, porque, privando, como privei, da amizade do Marechal Castello Branco, por várias vezes ele chegou a me dizer que pertencia, de coração, a quatro Estados brasileiros. O primeiro, o Rio Grande do Sul, porque lá havia sido onde moldara o seu caráter e abraçara a vida militar; Minas Gerais porque fora buscar, em Juiz de Fora, aquele anjo tutelar que foi para ele Dona Argentina Castello Branco, sua estimada e nunca esquecida esposa; o Piauí, terra dos seus avós, ele olhava também com muito carinho e com muita amizade; por fim, o Ceará, a terra que lhe viu nascer. Como V. Exª diz no seu bem elaborado discurso, ele foi, sobretudo, um cidadão que procurou integrar a Nação brasileira dentro da ordem e da disciplina. Foi uma das suas primeiras preocupações, ao assumir a Presidência da República, este lema: disciplina e ordem, para que o País pudesse entrar no verdadeiro ritmo do seu desenvolvimento. Parabenizo V. Exª por esta homenagem tão justa à memória do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador cearense. Incorporo o aparte de V. Exª, cheio de recordações, com muito prazer e honra, ao meu pronunciamento.

O General Castello Branco soube, naquela hora conturbada, conduzir-se à altura do estadista que era. Crente nas suas convicções democráticas, apesar do poder que ostentava e das sugestões que lhe foram apresentadas no sentido de prorrogar o seu mandato presidencial, Sua Excelência refutou-as, alegando que "a vocação de continuísmo é fator de perturbação política", pois deixara bem claro, desde sua posse, que entregaria o poder ao sucessor a 31 de janeiro de 1966.

E Castello Branco alçou-se à admiração geral pela maneira incorruptível com que se manteve no cargo. Mostra-o o depoimento do escritor, hoje Senador Luiz Viana filho, dentre outros emitidos por outras figuras, do qual transcrevo pequeno trecho pela grandeza da simplicidade com que escrevera, retrata a figura do seu amigo, a quem serviu com a lealdade que tanto o enobrece.

Eis o trecho citado:

"O vigor com que restabeleceu a dignidade do cargo não o impediu de ser humilde, capaz de ouvir e reformular as próprias opiniões. Percebia-se, porém, orgulhar-se da estima e do acatamento dos colaboradores, para os quais se fizera chefe admirado, do mes-

mo modo que, senhor do novo ofício, se tornou um Presidente cheio de naturalidade, conhecedor da exata medida a ser posta em cada ato."

E mais adiante:

"Não admitindo impor-se pela força e sim pela persuasão, conquistando prosélitos em muitas oportunidades, despendeu esforço quase sobre-humano para contornar dificuldades, vencer incompreensões, alcançar o apoio necessário à efetivação das suas decisões. Nessas ocasiões ele se agigantava: os obstáculos como que o estimulavam."

O Sr. Lourival Baptista (PDS — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Pois não.

O Sr. Lourival Baptista (PDS — SE) — Faz muito bem V. Ex^a, nobre Senador Jorge Kalume, ao prestar essa homenagem ao saudoso amigo, meu e de V. Ex^a, General Humberto de Alencar Castello Branco, nosso primeiro Presidente após a Revolução de Março de 1964, por ocasião do décimo terceiro aniversário do seu falecimento, quando todos nós ainda choramos e lastimamos o seu desaparecimento. Aquele grande estadista, aquele grande homem público, aquele grande brasileiro continua no coração daqueles que sabiam das suas qualidades, que sabiam da sua brasilidade e do quanto ele amava este País. Felicito V. Ex^a por esse pronunciamento recordando aquele homem que continua inesquecível e nos nossos corações.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Lourival Baptista, por esse aparte tão significativo sobre a personalidade de Humberto de Alencar Castello Branco, que estamos hoje reverenciando.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Nobre Senador Jorge Kalume, também queria que V. Ex^a me desse a honra de participar do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Com muito prazer.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — O Piauí, nobre Senador deve ao Marechal Castello Branco duas grandes realizações que influenciaram decisivamente sua vida social e econômica. Refiro-me à Barragem da Boa Esperança e à Universidade do Piauí, que foram criações suas. Desejo, também, neste momento em que V. Ex^a fala tão bem de Humberto de Alencar Castello Branco, em homenagem ao aniversário de seu falecimento, ressaltar que aquele foi o Governo das grandes reformas: Reforma Bancária, Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, Lei de Mercado de Capitais, a Lei que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o Estatuto da Terra e tantas outras reformas que estava a reclamar a Nação brasileira. Por isso, quero parabenizar V. Ex^a e hipotecar a solidariedade do meu Estado ao seu pronunciamento.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Muito obrigado, nobre Senador Bernardino Viana. Inegavelmente, Castello Branco foi o grande reformador deste País. Foi ele quem lançou a pedra basilar deste grande desenvolvimento que estamos atravessando.

O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Com muito prazer.

O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA) — Nobre Senador, associo-me às justas homenagens que V. Ex^a presta à memória do saudoso Presidente Castello Branco, cuja atuação à frente dos destinos do País, numa hora difícil, foi das mais relevantes, onde ele pôde firmar-se como líder e como estadista, marcando definitivamente a sua passagem à frente do Governo como uma das mais profícuas da História da República Brasileira. Tendo convivido com Sua Excelência — governava eu o meu Estado naquela oportunidade — pude bem dimensionar a sua figura: tinha paixão pela liberdade, pela democracia. Sendo eleito para dirigir os destinos do País, num momento revolucionário, ao término do seu mandato já reconduzia o País ao estado de direito, entregando-o ao seu sucessor com uma Constituição das mais democrática que tivemos — a Constituição de 1967. Parabenizo V. Ex^a pela sua feliz iniciativa e associo-me às justas homenagens à memória do insigne e saudoso Presidente Castello Branco.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Obrigado a V. Ex^a, Senador Lomanto Júnior, pela solidariedade a esta homenagem que estamos prestando à memória do ínclito e saudoso Presidente Castello Branco.

Não obstante o pequeno período do mandato a exercer, diante da tarefa ingente a desempenhar, se agigantou na solução dos problemas que atormentavam o País, em decorrência dos dias tumultuados que antecederam a Revo-

lução de 1964. Porém, mesmo diante da grandiosidade da luta, ainda tinha disposição para deslocar-se em visita administrativa aos Estados, indo inclusive ao Acre, no dia 2 de dezembro de 1966, num avião C-130, quando eu me encontrava havia menos de três meses à frente do Governo daquela unidade federativa, onde não fora buscar homenagens, mas levar alento e estímulo ao povo acreano.

Costumava dizer que não se preocupava com a História, porque a sua grande preocupação era o Brasil, mas sabemos que Humberto Castello Branco, conscientemente, cumprindo uma missão das mais árduas, fez a história e escreveu a História Contemporânea brasileira.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Com muito prazer, nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Nobre Senador Jorge Kalume, se eu pertencesse à Oposição não teria oportunidade de apartear-lo, mas como Senador independente eu posso interferir e interromper sua brilhante oração de evocação da figura deste grande brasileiro, para também prestar a minha homenagem. Representava eu um grupo de pessedistas que apoiava a administração de Castello Branco, como pessedistas revolucionários. Como chefe desse bloco está aqui na Presidência do Senado neste instante, Nilo Coelho. Um outro representante, Peracchi Barcellos, foi Governador do Rio Grande do Sul — Nilo Coelho foi Governador de Pernambuco — e eu, humilde e obscuro Deputado que ainda continuo cada vez mais obscuro e mais humilde. Mas tive o prazer, pela mão de Nilo Coelho e de Peracchi Barcellos, de duas vezes jantar com Castello Branco no Palácio do Planalto, representando a corrente pessedista que o apoiava, como o apoiou no princípio da Revolução. Depois, circunstâncias alheias a nossa vontade fizeram-me derivar para o MDB, onde peleei contra os ideais que tinha abraçado em 1964. Mas com Nilo Coelho, que foi depois o Governador de Pernambuco, e que era um dos líderes do Partido Social Democrático, com ele e pela mão dele nós várias vezes tivemos oportunidade de conversar, de discutir, de acertar a nossa colaboração com Castello Branco. Fico também sensibilizado, nesta hora em que V. Ex^a presta homenagem a esse grande brasileiro, de trazer, como independente de todos os partidos aqui na Casa, esta minha contribuição ao homem que serviu ao Brasil com devotamento, com amor, com patriotismo, lançando as bases desse movimento que hoje se corporifica no Movimento que dirige este País. Assim, nobre Senador, o meu aplauso a esta manifestação que V. Ex^a faz a essa grande figura inesquecível de brasileiro que foi Castello Branco, do qual divergi, entrei no MDB, e hoje, tantos anos depois, estou num Movimento independente ainda, à espera de caminho e à espera de uma solução política para a minha carreira.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC) — Com esta conduta, V. Ex^a enriqueceu mais o meu pronunciamento. Incorporo as suas palavras ao meu discurso e consigno os meus agradecimentos.

E todos que passamos a admirar o General Castello Branco de sua conduta e de seus atos, pela sua competência, pelos seus propósitos altruísticos, podemos afirmar que ele se imortalizou; e sua memória será reverenciada, numa prova de gratidão a quem tudo deu pela Pátria, sem pedir recompensa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, concluo com as palavras do ex-Deputado Raimundo Padilha, quando reverenciou a sua memória na Câmara, em 1967, porque elas continuam atuais:

"Trouxe um testemunho que decorre de uma experiência. O homem correto, justo, polido, educado respeitador da dignidade alheia, tendo sempre o empenho do conhecimento exato de cada individualidade e de cada fato, exerceu a Magistratura suprema, já o disseram, como verdadeiro missionário. Desempenhou a sua missão. Caiu e não deixou herdeiros, deixou uma herança. É mais importante do que um herdeiro. Se quiserem, terá como legatária a Nação inteira. Esta herança é transferida à Nação inteira, à Nação que o dignificou, à Nação que deplora o seu desaparecimento, mas que o verá presente nos atos das futuras gerações de brasileiros, toda vez que se verificar um declínio, um colapso da democracia nesta Terra, que o evocará toda vez que aparecer, longe que seja, um sintoma de uma concessão para o delinquente público, de uma tolerância para a desintegração moral, a indignidade, a solécia, a improbidade administrativa, a infâmia política, a conspiração dos interesses grupais e de classe, o terrorismo cultural, a conjuntura internacional, a corrosão social.

Toda vez que tal venha a acontecer, creiam bem haverá nessa ausência uma extraordinária presença."

(Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Mesa se associa às palavras proferidas pelo nobre Senador Jorge Kalume, quando reverencia a memória do eminente e saudoso Presidente Humberto de Alencar Castello Branco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Neste País, não constitui novidade para ninguém a vocação siderúrgica de Minas Gerais.

Suas montanhas, abundantes em minério de ferro da melhor qualidade, desde cedo despertaram nos mineiros o desejo de aproveitá-lo.

O fato, de tão óbvio, não tinha sequer escapado à argúcia do Governador-Geral da antiga Capitania das Minas Gerais, o Conde de Cavaleiros, V. Rodrigo José de Menezes. Lá para os idos de 1780, no mesmo ano de sua posse, já ele se dirigia a D. Maria I, Rainha de Portugal, da seguinte forma:

“Para participar a correspondência à idéia que de mim tem formado, e convencida da grande utilidade, que resultará tanto à Real Fazenda, como à mineração, sou obrigado a propor um novo estabelecimento que à primeira vista, parece oposto ao espírito e sistema de administração desta Capitania, mas que bem examinada se conhece pelas razões, quanto a mim, as mais sólidas e convincentes à sua utilidade, é o *estabelecimento de uma fábrica de ferro*.”

Se em toda parte do Mundo este metal é necessário, em nenhum o é mais do que nestas minas; qualquer falta que dele se experimente cessa toda qualidade de trabalho e seguem-se prejuízos irreparáveis, sendo uma perdição total.”

Se a Inconfidência Mineira, em 1792, de tão fundas repercussões na nossa História, trazia no seu ideário, como lema, o “*libertas quae sera tamen*” — liberdade ainda que tardia, que hoje é a divisa do meu Estado e, como consequência, a democracia, não deixou de incluir no seu roteiro desenvolvimentista o aproveitamento do nosso minério de ferro, em benefício do Brasil.

E em Minas se fundiu, neste País, o primeiro ferro-gusa, precisamente nas proximidades do local em que hoje se está implantando a AÇOMINAS.

Foi o Barão de Eschwege, engenheiro, militar e naturalista, aluno da célebre Escola de Freyberg, na Alemanha, especializada em engenharia de minas, quem, em 12 de dezembro de 1812, na sua “*Fábrica Patriótica*”, de 30 toneladas-ano de capacidade, nas vizinhanças de Congonhas do Campo, em Minas Gerais, produziu, neste País, o primeiro ferro e o utilizou para fins industriais, aplicando-o em utensílios necessários ao desenvolvimento da época. Seu feito notável serviu de incentivo à criação de outras fábricas, hoje Usinas, no Serro, no Curral del Rey, Antônio Dias, Cocais e Itabira.

Daquela época para cá, nestes 168 anos decorridos, Minas tem continuado, não sem percalços e tropeços, sua predestinação histórica, de produzir ferro para o engrandecimento deste País, pois ninguém ignora que ferro e aço no mundo moderno são sinônimos de conforto, de civilização adiantada, pois, tiram a carga dos músculos do homem para passá-la às máquinas maravilhosas, que compõem o panorama desenvolvido do mundo hodierno.

Em abono do que se afirma, vamos dar, em ligeiras pinceladas, o quadro do que Minas representa na paisagem nacional em matéria de ferro e aço:

Sem sombra de dúvida a metalurgia do ferro ou, melhor, a siderurgia, dá ao meu Estado posição de realce no seio da Federação. Senão vejamos os índices já alcançados:

Possuímos 8 grandes empresas produtoras de aço pelos processos modernos, vale dizer, Siemens-Martin L.D. e elétrico, cuja capacidade produtora, somada, dá a Minas Gerais 46,8% da produção do Brasil, seguindo-se São Paulo com 23,5% e o Rio de Janeiro com 21,5%.

Localizam-se em nosso Estado, 55 usinas produtoras de ferro-gusa, produzindo 94% do total do Brasil, ou seja, 2.654.400 toneladas, no ano atrasado.

Localizam-se, ainda, em nosso Estado, 7 companhias produtoras de ferro-liga convencionais, isto é, ferro-silício, ferro-manganês, ferro-silício-manganês, ferro-níquel, ferro-columbio, ferro-cromo, ferro vanádio, ferro libdênio e outros, cuja produção foi de 143.955 toneladas em Minas para uma produção nacional que foi, naquele ano, de 311.836 toneladas.

Verifica-se, pois, que é absoluta a liderança do Estado, em nosso País, na produção siderúrgica. Senão, recapitulemos:

do ferro-gusa, Minas detém. ...	94,4% da produção
do aço, detém	46,4%
dos ferro-ligas, detém	46,0%

O País explode, de tempos a esta parte, na necessidade de industrializar-se, vale dizer, de sair da condição de subdesenvolvimento, de mero explora-

dor de matérias-primas que, mercê de Deus, possui em abundância, e entrar na produção de bens de capital e bens de consumo de toda a ordem, a fim de dar conforto a sua população, que aumenta a uma taxa que o PIB não consegue acompanhar como devia, e que gera problemas de toda a ordem, segundo afirmam expoentes estudiosos da economia política.

Iríamos muito longe, e o tempo nos seria escasso, se fôssemos citar, agora, a contribuição de Minas no setor do processamento do ferro e do aço que lhe caracterizam fortemente a vocação siderúrgica.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES.) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG) — Com muito prazer.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Nobre Senador Murilo Badaró, V. Ex^a, exaltando as qualificações de Minas como potência siderúrgica do País, justamente conquistadas pela sua situação mineralógica, pela realização dos seus homens públicos, pela implantação de usinas siderúrgicas que lá fizeram um pólo siderúrgico de dominação no País, não deve esquecer-se, nesse preito de justiça que a renda a sua Minas Gerais, que o segundo pólo siderúrgico que devemos erguer no País deve ser o Espírito Santo, porque a saída da produção siderúrgica de Minas, da produção mineralógica do quadrilátero ferrífero de Minas é exatamente o Porto de Tubarão no meu Estado. São esses dois Estados, que numa simbiose perfeita, poderão fazer, no futuro do País uma potencialidade siderúrgica que possa garantir um progresso estável para a indústria de base do Brasil. Minas, que conseguiu há pouco aquilo por que o Espírito Santo também lutava, o laminador de tiras a quente para a AÇO-MINAS, deve ceder agora a vez para que o segundo laminador se implante no território do meu Estado, na Tubarão que se está erguendo nos arredores de Vitória para complementar o esquema siderúrgico do meu Estado. Dou parabéns a V. Ex^a, nessa exaltação a Minas siderúrgica, que deve ser, por justiça, por destinação histórica, por ser a primeira área onde se forjou o primeiro ferro-gusa e há de se forjar, através da USIMINAS, o aço que está fornecendo a todos os consumidores brasileiros. Espero que, nessa exaltação, V. Ex^a renda essas homenagens ao povo mineiro, a sua Minas Gerais e aqui faço votos que V. Ex^a seja, amanhã, numa composição política, o homem de expressão que possa postular o governo do seu Estado.

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG) — Agradecendo ao Senador Dirceu Cardoso, direi, apenas, que, em seguida, há uma citação expressa com relação ao problema siderúrgico do Espírito Santo, exatamente na linha do aparte de S. Ex^a.

É necessário, entretanto, que se diga que durante muitos anos Minas sustentou quase que sozinha, com o sacrifício de quase todo o seu revestimento florestal, o desenvolvimento da construção civil neste País, da ajuda à agricultura e pecuária, produzindo, além do cimento, o ferro redondo para a construção, arames farpado e liso e muitos e muitos outros derivados do ferro e do aço, como enxadas, enxadões, pás, picaretas, arados e outros implementos agrícolas.

Abastece, desde a sua instalação, a indústria automobilística de chapas de primeira qualidade e de chapas de ferro silício a produção nacional de motores e transformadores elétricos, numa substituição de importações altamente proveitosa à nossa balança de pagamentos.

Representante do meu Estado nesta ilustre Casa, jamais levantaria aqui a minha voz para defender em seu interesse, uma causa regionalista. Se fizesse, estaria faltando a Minas, tão ciosa, sempre, das suas responsabilidades para com a Pátria, vale dizer, para com os demais Estados co-irmãos na Federação.

Mas, nem por isto poderemos faltar à verdade histórica, quando dizemos agora que Minas sofreu no passado grande frustração quando se localizou fora de suas fronteiras a primeira grande indústria siderúrgica com o apoio do Governo federal, pois, à época, pensava-se e pensa-se, ainda, que, em Minas, deveria ter-se localizado a Companhia Siderúrgica Nacional — a CSN. Isto, por que — indagam sempre os mineiros — não se localizaram ali empreendimentos governamentais no setor da siderurgia, se toda a indústria siderúrgica particular quando procurou o nosso País para estabelecer-se o fez em Minas Gerais, sem outras facilidades que não as naturalmente ali encontradas. Querem exemplos? — Ali estão a Cia Siderúrgica Belgo Mineira, de origem e capitais iniciais luxemburgueses; a Mannesmann, de origem alemã; a USIMINAS, com a cooperação japonesa; a ACESITA, realização do sonho do americano Percival Farquhar.

Mas, a finalidade da minha palavra neste momento é para, ao mesmo tempo, formular uma advertência e manifestar confiança. De advertência, porque Minas, hoje está inquieta, profundamente emocionada e, de certa for-

ma, triste, esperando que não mais se repita, que não lhe façam mais beber a cicuta da frustração do passado, pois, no mesmo momento em que em Minas se desacelere — eufemismo para não dizer paralisa-se uma grande indústria siderúrgica, a AÇOMINAS, inicia-se outra, e maior — a Companhia Siderúrgica de Tubarão, no vizinho Estado do Espírito Santo!

Não somos, já o disse, regionalistas, e o repito, com ênfase. Não somos contra se construam usinas siderúrgicas fora de Minas. Mas o que não podemos permitir é que se paralise uma Usina, quase concluída, em nosso Estado, neste mesmo País, e simultaneamente, se inicie uma outra, ainda maior! Isto é um contra-senso, diria mesmo, um disparate! Ofende não apenas os sentimentos dos mineiros, mas também, toda a sensibilidade nacional, pelo absurdo que o fato encerra!

Lá no pátio da AÇOMINAS, tive ocasião de ver pessoalmente, aguardando montagem, um bilhão de dólares de material siderúrgico, nacional e estrangeiro, exposto ao tempo, ser transformado em sucata! Somos por acaso tão ricos que podemos nos dar ao luxo de jogar fora um bilhão de dólares! V. Ex^{as} devem ter visto o que vi constrangido, quando o *Jornal do Brasil*, na edição do dia 23-7-80, publicou a fotografia desse pátio, com a legenda "No pátio da AÇOMINAS, há um bilhão de dólares em equipamento à espera da corrosão" que deve ter estarecido todos os espíritos sensatos neste País.

Neste momento, Sr. Presidente, recebo o editorial publicado no *O Globo*, em sua edição de hoje, da lavra do eminente Professor Eugênio Gudin. Para não transcrevê-lo por inteiro, queria ler apenas dois pequenos trechos. O editorial tem o título de "Juízo, Brasil".

"Os Invisíveis — Qualquer dia o Governo terá de incluir nos Invisíveis do balanço de pagamentos (frete e seguros) as despesas com armazenagem e seguros de equipamentos encomendados, em outros países, que permanecem no exterior à espera de conclusão das obras civis no Brasil."

Vem o Professor Eugênio Gudin analisando e em seguida fala da notícia que referi há pouco, do *Jornal do Brasil*, com uma fotografia de 207 mil toneladas de material destinado à usina siderúrgica de Ouro Branco, no valor de um bilhão de dólares.

Mais adiante, prossegue:

Economistas menos avisados, assessorando Chefes Políticos, fazem ressaltar, como sintoma auspicioso a situação do país, o fato de serem vultosos os Investimentos em relação ao nosso PNB, quando comparados com países como a Alemanha, a Inglaterra e o Canadá.

O argumento só não é falho na aparência. Se tivessem sido realizados com Poupança Verdadeira, mais empréstimos externos favoráveis, e sem inflação.

Prossegue o Professor Eugênio Gudin, no seu artigo, estranhando que o País, com tantas dificuldades na sua balança de pagamentos, tenha ainda de arcar com os ônus do pagamento de taxas de armazenagem e outros gravames, para encomendas que esperam no exterior a conclusão de obras no Brasil.

Continuo, Sr. Presidente, dizendo que a minha palavra é de confiança, de absoluta confiança no homem honrado que dirige esta Nação.

O Presidente Figueiredo, há dois anos, na Convenção da ARENA, em Belo Horizonte, em 21 de julho de 1978, afirmou o seguinte:

"Aquilo que o Presidente Geisel começou, nós da ARENA continuaremos.

Tal o propósito — e, aí, citação do discurso do Presidente — que confirmo, em honra de tantos mineiros ilustres, que nos precederam nas lides políticas e nos postos mais altos da República.

Compromisso e propósito que, posso dizer, perante a ARENA mineira, são também do meu companheiro de chapa, o governador Aureliano Chaves.

Que são, também, do presidente nacional do partido e futuro governador Francelino Pereira e do seu vice-governador, João Marques de Vasconcellos. São compromissos, também, dos nossos candidatos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa."

E ainda, no mesmo discurso, continuou o Presidente Figueiredo, com grande ênfase e eloquência:

"O apoio federal à siderurgia mineira continuará, no meu governo. Além do que já foi e está sendo feito, em relação à AÇOMINAS, apoiaremos a criação de novas usinas."

Por isso, em jogo as palavras solenemente empenhadas de dois ilustres Senhores Presidentes da República — o atual, João Figueiredo, e o seu antecessor, Ernesto Geisel — nem sei como se possa falar em desacelerar-se, com tantos resultados negativos que o fato causaria, uma obra dessa natureza, tão grande e tão útil e necessária ao País!

E ao mencionarmos o nome honrado do Presidente Ernesto Geisel, é preciso nos recordarmos de que foi S. Ex^a que, a instância do então governador Aureliano Chaves, hoje Vice-Presidente da República, foi a Londres, concordando em negociar ali a realização prática do projeto, após ter sido este aprovado por todos os órgãos responsáveis do Governo Federal, com o CDE — Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Consider, a SIDERBRÁS, o Ministério da Indústria e do Comércio e o Ministério do Planejamento.

Não se pode esquecer também que a cláusula oitava do *Memorandum of Understanding*, assinado em Londres, declara textualmente que as obrigações ali assumidas terão a garantia da República Federativa do Brasil. Dessa forma, ficaríamos todos muito mal se o projeto sofrer qualquer alteração ou solução de continuidade na sua realização, não apenas em Minas e no Brasil, mas, sobretudo, no exterior. Por outro lado, o projeto AÇOMINAS não é inflacionário. Ao contrário, aliviará substancialmente a balança comercial por meio de substituição de importações, tais como placas, trilhos e perfis pesados e leves.

Em 1981/82 a USIMINAS e a COSIPA terão que parar seus fornos para substituição de revestimento refratário. Se não encontrarem placas no mercado nacional para abastecer suas linhas de produção, terão que importá-las, num montante de 800 milhões de dólares, a preços atuais.

Com um pouco mais do que essa importância, acaba-se a AÇOMINAS e esta fornecerá placas à USIMINAS e à COSIPA, em benefício de ambas e da economia nacional.

Além disso, a AÇOMINAS já tem estudos que lhe dão garantia de um mercado interno de tarugos, no montante de um milhão e cem mil toneladas a serem fornecidos, a partir de 1981/82, a pequenas empresas siderúrgicas brasileiras, tornando assim desnecessária a ampliação de suas unidades metalúrgicas para equilibrar suas capacidades de laminação, atualmente instaladas.

Além desse mercado interno, as consultas já formuladas à AÇOMINAS por empresas estrangeiras dão, com absoluta segurança, garantia de um mercado externo para os seus tarugos de mais meio milhão de toneladas.

Por tudo isso, tenho plena certeza, e neste sentido formulo, em nome de Minas e de todo o Brasil, o mais veemente apelo ao eminente Presidente João Figueiredo, para que não deixe que se frustrem as justas expectativas da formosa província montanhosa e desta forma, não venha seu governo incidir na severa observação de Calógeras:

"Dia há de vir em que a História julgará severamente os Governos que, podendo ter auxiliado o surto da siderurgia no Brasil, não cumpriram o seu dever em apressar o advento de nossa independência econômica quanto a esse elemento básico de todo o progresso estável."

Minas está dominada por uma grande emoção, Sr. Presidente.

Transcrevo, para que faça parte deste discurso, o artigo publicado pelo *Estado de Minas*, no dia 2 de agosto, de autoria do acadêmico Vivaldi Moreira, Presidente da Academia Mineira de Letras, em que conta a história de toda a vocação siderúrgica de Minas e de que forma, por que arranjos e artimanhas Minas Gerais perdeu no tempo essa corrida do progresso.

Também o mesmo *Estado de Minas* publicou editorial na sua edição de ontem, sob o título "Parceiro Inquieto", que leio para que conste como parte integrante do meu discurso, numa demonstração evidente de quanto nosso Estado está sensibilizado por esse problema da AÇOMINAS de que depende, fundamentalmente, o seu progresso e o seu desenvolvimento.

Concluo, Sr. Presidente:

Tenho fundada convicção de que o Presidente Figueiredo será sensível às vozes de Minas, que falam também pelo Brasil. O compromisso de honra de fazer deste País uma democracia, alevantando propósito de seu Governo e que dimensiona corretamente o perfil do estadista que dirige os destinos da Nação, não se limita aos aspectos formais do regime do povo, pelo povo e para o povo. Antes, estrutura-se em sólida economia e justa participação do povo nos resultados do progresso. Este não pode sofrer retardos ou proteções e a riqueza nacional a ser justamente distribuída entre todos deve ser buscada mesmo à custa de ingentes esforços. A AÇOMINAS é destes empreendimentos cujo êxito está diretamente vinculado ao projeto de desenvolvimento nacional. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MURILO BARDARÓ EM SEU DISCURSO.

Estado de Minas

Órgão dos "Diários Associados"

Belo Horizonte, domingo, 3 de agosto de 1980

PARCEIRO INQUIETO

Como resultado dos entendimentos mantidos no Brasil pela missão da Inglaterra, chefiada pelo próprio Chanceler, Lord Carrington, pode-se depreender que o processo de implantação do projeto Açominas será mesmo retardado. O início parcial das operações da usina passa agora a ser previsto para 1982, provavelmente no primeiro semestre. Mesmo tal expectativa, contudo, não é definitiva. Depende do aporte de novos recursos, seja da parte brasileira, seja dos financiadores e investidores externos. O Governo federal, a tomar por base a posição do Ministério da Indústria e do Comércio, pretende rever a relação capital-empréstimo em função da qual é estimada a capacidade razoável de endividamento. Em princípio, estima o MIC que a relação ideal é de 40% de capital para 60% de empréstimo, quando atualmente ela está na faixa 20-80, considerada muito elevada. Deseja ainda a incorporação de novos recursos de capital, mas, neste ponto, os ingleses, compreensivelmente, deverão estudar melhor a parte que lhes cabe. De várias maneiras, uma delas a constatação pessoal feita pela delegação econômica que esteve em Ouro Branco, os ingleses estão dando a entender que a alta taxa de inflação elevou excessivamente os custos do projeto, no que têm toda razão. A final, com uma inflação de 100% anual, ao lado da alta internacional das taxas de juro, um projeto, qualquer que seja, tem suas aplicações praticamente duplicadas em termos nominais. Se o projeto Açominas, conforme o qualificou o lord-chanceler, pode ser considerado um dos mais expressivos em andamento no mundo, pelas dimensões e pela estimativa dos dispêndios, o seu porte se torna ainda maior, se levado em conta o peso da inflação interna do Brasil, também uma das mais elevadas em todo o mundo.

Talvez por isso os investidores ingleses tivessem pretendido vir pessoalmente conferir a execução da obra, inicialmente prevista para ser inaugurada no princípio de 1981, mas agora, assim mesmo se tudo correr bem em todos os sentidos, adiada em um ano. É melhor ver para crer, e aí estão os ingleses a indagar e a conferir, no local, a situação da usina. Da mesma forma que fizeram 129 empresários japoneses, sócios de outros empreendimentos em missão oficial do Keidaren, inquietos com a situação da economia brasileira a partir do reconhecimento de que chegamos em julho a uma taxa acumulada superior a 100 por cento.

Mas o Brasil parece decidido a compatibilizar enquanto possa a inflação com o desenvolvimento, nesta que é quase uma tarefa impossível, a exigir todos os tipos de remanejamento financeiro e técnico em projetos básicos, como a Açominas, ou cargas sucessivas de sacrifícios repassados praticamente a todos os segmentos sociais.

Pode ser uma orientação aconselhável na generalidade das situações, mas, no caso da Açominas, é mais do que isto. É a única saída razoável. O projeto chegou a um tal ponto que não pode mais ser retardado, salvo a um custo que poderia comprometer irreparavelmente a lucratividade industrial da usina e, portanto, a solvência dos pesados compromissos assumidos no exterior, particularmente com os ingleses.

Que o Governo reveja situações, ou promova, como fez o Ministro Camilo Penna, digressões semânticas entre passado e futuro, numa alocução intemporal e, portanto, inacessível ao pragmatismo inglês, tudo bem, mas, quanto à Açominas, é preciso não aceitar mais qualquer nova proposta de retardamento. E o Brasil bem poderia enquadrar sua parceria com os ingleses no realismo da rotina advertência de que tempo é dinheiro, provérbio muito apropriadamente originário da velha Inglaterra.

SIMPLES PERGUNTA...

Jornal Estado de Minas, 2-8-80

Vivaldi Moreira

Nós, mineiros, temos a vocação siderúrgica. Está em nosso sangue. Está em nossa alma. Não obstante, quando se trata de materializar essa aspiração, as forças escapam de nossas mãos. Só Sebastião José de Carvalho e Melo, o poderoso Marquês de Pombal, nos fez arrostar o atraso na industrialização de nosso minério por mais de meio século. Não ficou, porém, nesse corifeu do iluminismo a sanha contra os jesuítas, a imprensa e nossa industrialização. Foi além, porque deixou discípulos fiéis, que permanecem vigilantes, transcorrida mais de centúria e meia.

A máfia é tão organizada e coesa, que muitos dela participam inocentemente. Querem safar-se do campo inimigo mas aí assentam barracas e permanecem. Desejamos passar rapidamente às fontes. Isto é, aos viajantes estran-

geiros que defendem Minas como o ecúmeno da metalurgia do ferro em nosso país. Lancemos um olhar rápido sobre o livro extraordinário do Barão de Eschwege e ali veremos, com os fogos acesos, as célebres forjas do Girau, a noroeste do Pico do Cauê, na Itabira de Carlos Drummond de Andrade e dos troncos do ilustre ministro Camilo Penna, hoje intimamente ligado ao problema. Essa primitiva célula de nossa emancipação econômica pertencia ao sargento-mor Paulo José de Souza e, por herança, veio cair nas mãos de antepassados seus, da família Camilo de Oliveira. Por ali andaram Mawe e Saint-Hilaire, para atestarem o surto de prosperidade e o alto *know-how*, reduzindo o minério de ferro e dele fabricando, no local, os implementos úteis ao nosso desenvolvimento: enxadas, pás, martelos, moendas de cana e todo instrumental de que precisava o império nascente com a transmigração da Família Real para o Brasil.

Vejamos este trecho de nosso grande amigo Saint-Hilaire, inspirado nas forjas do Girau: "O ferro das montanhas de Minas Gerais pode, de certo modo, considerar-se inesgotável. Não é necessário ir buscá-lo com grandes dispêndios ao interior da terra: encontra-se à superfície, e o minério tem rendido até oitenta e cinco por cento, e até mais. Todavia, quando o Brasil ainda gemia sob o regime colonial, era proibido a seus habitantes fundir a menor parcela de ferro, e os que, ao pisar, calcavam esse metal, eram obrigados a receber dos comerciantes de Lisboa os instrumentos de agricultura e as ferramentas com que exploravam o ouro no próprio ferro. Com a chegada do Rei D. João VI, tudo mudou sob esse aspecto, e foi permitido aos brasileiros aproveitar-se dos tesouros que lhes prodigalizara a natureza; estabeleceram-se forjas na Província de Minas, e simples particulares construíram, em suas casas, fornos catalães em que se puseram a fundir ferro para seu próprio uso".

Ora Deus, até nos perdemos no emaranhado das conjecturas, quando verificamos como se arregimentam as más fadas contra nosso destino manifesto. Os livros de Saint-Hilaire e "O Pluto Brasiliensis" são, neste instante, uma espécie de Manifesto dos Mineiros, pois eles nos trazem revelações surpreendentes e aniquiladoras. Faz ferver nosso sangue, porque nos conta a história de como são sempre ludibriados os mineiros, no seu sagrado esforço de transformar aqui mesmo a matéria-prima em máquinas e ferramentas. Em Caeté, Luís Soares de Gouvêa associa-se ao francês Jean de Monlevade, na ereção do primeiro alto-forno do Brasil para fabricar o gusa. Logo depois, em São Miguel de Piracicaba, nas margens do rio Doce, esse amigo do Brasil e conhecedor de suas riquezas implanta o processo catalão, última palavra em tecnologia da época para a redução do minério de ferro. Não obstante tudo isso, com o beneplácito de D. João VI, que viu em Minas a sede natural de siderurgia, nossa indústria subia como o mercúrio dos barômetros, para baixar em seguida, em favor de centros menos favorecidos pelas circunstâncias naturais. Minas Gerais não pretende usurpar nada. Nunca pretendeu. E ninguém pode lançar sobre o autor destas considerações a increpação do regionalismo misoneísta. Ainda há três anos, num voto-parecer que deu nas contas do governador Aureliano Chaves, como seu relator no Tribunal de Contas, teve oportunidade de lembrar: "Anos e anos de luta incessante, de doação do tutano da economia mineira, para construir a grandeza, até a hipertrofia econômica, de outras unidades federativas, sem nenhuma retribuição ao dadivoso patrocínio nosso, acompanhado de desfalque impiedoso do patrimônio irrecuperável de Minas, dos recursos que não voltam com o rápido ciclo do tempo. Sem desejar redigir página de história, mas, simplesmente, refrescar a memória dos responsáveis, se houve uma lei tarifária protecionista que propeliu a indústria paulista e favoreceu o alto nível de sua capitalização e modernização incessante, foi graças aos esforços dos deputados federais mineiros, em 1907, com João Luís Alves à frente, na batalha legislativa, embalados na doce ilusão medievalista de que caminhávamos para uma "federação econômica", ideal utópico dos republicanos históricos. Minas seria então a matriz ubertosa, retirando de suas entranhas a matéria-prima e entregando-a à unidade irmã, para transformá-la num sincero, mas ingênuo, senso de fraternidade. Ignorantes da dinâmica cruenta, sem clemência, da economia de mercado, ofereciam o sacrifício espontâneo de seus coestaduanos para a edificação do império industrial que se transformaria, em menos de três decênios, no sorvedouro de nossa poupança. Enquanto mantínhamos, com fé e entusiasmo, uma economia pastoril, quase nos moldes das corporações ou "guildas" da idade média, outros Estados caminharam triunfantes na senda da transformação maquinofatureira, carreando para fora, incessantemente, os magros recursos de nosso retrógrado agrarismo. Um pequeno dado estatístico vem ilustrar nossa marginalização daí em diante: em 1906, Minas liderava a indústria têxtil nacional com 30 fábricas, enquanto São Paulo possuía somente 18 unidades".

A paciência de Minas está retratada, mais uma vez, nestas palavras do grande Calógeras: "Adia-se a solução da siderurgia? Que importar? O Esta-

do, instituição permanente, pode esperar. O tempo, nesse ponto, trabalha pelo Brasil. Não tenhamos impaciências, compreensíveis no homem, que planeja para a curta duração da própria existência, enquanto os governos visam a eternidade. As soluções virão."

Visitando Minas, em 1931, a fim de manifestar ao nosso Estado sua gratidão, Getúlio Vargas adotou assim a boca do povo mineiro: "Mas o problema máximo, pode dizer-se, básico da nossa economia, é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprego desse metal, sobre todos preciosos, se expressa a equação do nosso progresso. Entrava-o a nossa língua de transportes e a falta de aparelhamento, indispensável à exploração da riqueza material que possuímos imobilizada. O ferro é fortuna, conforto, cultura e padrão, mesmo, da vida em sociedade. Por seu intermédio, abastecem-se de água as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é força. Por ele se transporta a energia, florescem as indústrias, movimentam-se as usinas. Na terra, sobre fitas de aço, locomotivas potentes encurtam distâncias e aproximam regiões afastadas, que permutam, com rapidez, os seus produtos. Sobre as águas, é o navio a força propulsora que o aciona, fazendo-o singrar velozmente mares e rios. No ar, é o motor do aeroplano mantendo-o em equilíbrio e aligeirando-lhe o voo. E, finalmente, a trave do teto, o lume para o lar e, ao mesmo tempo, a arma para a defesa da Pátria. Creio poder, portanto, afirmar que a grandeza futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro. E o ferro é Minas Gerais. Aos mineiros, cujo próprio nome indica certa predestinação histórica nesse sentido, deve caber o esforço maior para a conquista dessa glória. Minas possui montanhas de ferro, com capacidade para satisfazer as necessidades do consumo mundial durante séculos. Explore-molas, adquirindo, com trabalho tenaz e inteligência prática, a abundância e a independência econômica. Na solução desse problema, em que se enquadra a fórmula principal do nosso progresso e do qual depende, evidentemente, a ascensão do Brasil, podeis contar com o Governo federal, que mobilizará a totalidade dos recursos disponíveis, para vos auxiliar. A tarefa é árdua. Fazei dela um ideal. O ideal é ainda a alma de todas as realizações. O mesmo idealismo que fez surgir por entre as montanhas sagradas de Minas as aguerridas hostes de seus filhos, em marcha para a redenção da República, transforme-se, agora, em idealismo construtor, fazendo-os curvar-se sobre a montanha fecunda para arrancar das suas entranhas a riqueza e a prosperidade da Pátria."

Depois desta solene promessa, o que vimos? A assinatura, quase nove anos passados, do Decreto-lei nº 2.054, de março de 1940, criando a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional e, logo que o Brasil começou a participar do esforço de guerra contra o Eixo Roma-Berlim, exportando mica e cristal, veio o Decreto-lei nº 3.002, que autorizava a constituição da Cia. Siderúrgica Nacional, com Guilherme Guinle na presidência, para dar cumprimento às determinações do Plano que localizava a maior usina siderúrgica da América do Sul às margens do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro.

Está aqui quem viu uma dramática sessão da Associação Comercial de Minas, núcleo cívico do maior vigor, com Américo Renê Giannetti à frente de um pugilo de mineiros destemidos, chorando, literalmente chorando, ao pronunciar patética oração de protesto, vertendo lágrimas e afirmando que todos estavam decididos a chegar às últimas consequências. Foi então que entrou, como sempre, a turma do "Deixa disto!" e apagou a fúria que talvez alastrasse o fogo naquela 1941.

Nosso intuito, nesta exposição, é exibir documentos expressivos. Então, por que prossegue a discriminação contra Minas? Nós sabemos como foi construída a Usiminas. Se não fosse presidente da República Juscelino Kubitschek, o empreendimento teria abortado aqui e levado para outro Estado. Agora, é essa troca da Açominas por empreendimento mais recente, fora do Estado. Todos são unânimes em dizer que Minas Gerais deve ser o Ruhr do Brasil e todos, simultaneamente, lhe retiram essa possibilidade. Por quê? Só os responsáveis nos podem esclarecer as razões plausíveis.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra, para uma comunicação, ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, a comunicação que ora fazemos é para encaminhar à Mesa o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 311, DE 1980

Em toda sua História, o Brasil jamais viu multidões reunidas como as que acompanharam a visita do Papa. Foi o Brasil que compareceu. Foi o Brasil que se sensibilizou. Foi o Brasil que apoiou, e, de certa forma, falou.

Milhões de homens e mulheres, trabalhadores e jovens, nas diversas regiões do País, reuniram-se, não para protestar, mas para dizer sim, para estar ao lado daquele que em todos seus pronunciamentos, trazia uma mensagem simples: trabalhar pela justiça, como caminho da paz.

Essa multidão de brasileiros, a comunidade brasileira, caminha em direção ao futuro e sua aspiração profunda é a de que esse caminho seja o da justiça e da paz, de respeito a todos os homens e da superação de todas as formas de exploração e de opressão.

Essa lição não pode ser esquecida, nem essa esperança frustrada. Cabe ao Congresso Nacional, como representante desse povo e por ele eleito, registrar os pronunciamentos de João Paulo II e tomá-los como inspiração para as transformações necessárias e urgentes de nossa estrutura. Essa é a vontade inequívoca de nosso povo.

Que a passagem do Papa Wojtyla pelo Brasil seja marcada pela abertura social, em que a voz do povo seja ouvida e seus direitos respeitados. É esse o caminho da justiça. É esse o único caminho da paz.

Com esses fundamentos, requeremos sejam transcritos nos Anais do Senado Federal os pronunciamentos do Papa João Paulo II, feitos em sua visita ao Brasil.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1980. — Franco Montoro — Jarbas Passarinho, Líder do PDS — Paulo Brossard, Líder do PMDB — Gilvan Rocha, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O requerimento de V. Exª será encaminhado ao exame da Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Continuarei repercutindo, ainda por muito tempo, junto a todos os segmentos da opinião pública brasileira, a visita de João Paulo II ao nosso País, considerada como "acontecimento do século" e da qual a atual geração guardará recordação inapagável.

Durante os doze dias da permanência do Sumo Pontífice no Brasil, multidões compactas extravazaram os seus sentimentos de fé e religiosidade, em cada uma das cidades por onde passou o incomparável sucessor de Pedro, numa confirmação de que somos, inquestionavelmente, a maior Nação católica do Universo.

Naquele histórico 30 de junho, aqui em Brasília, na extensa área da Esplanada dos Ministérios, as autoridades e o povo irmanaram-se numa demonstração inequívoca de crença e fervor arraigados, testemunhando ao Santo Padre a nossa constante identificação com as admiráveis lições do Evangelho.

Mais de meio milhão de fiéis renderam a "João de Deus" uma homenagem deslumbrante, num instante em que iniciava uma peregrinação de caráter pastoral, no curso da qual foi difundida a sua impressionante mensagem de paz, amor e fraternidade.

Já ao chegar à Capital da República, após repetir o gesto de profunda humildade, beijando o solo brasileiro, João Paulo II enaltecia o papel da Igreja entre nós, afirmando:

"A Igreja aqui cresceu e se consolidou a ponto de ser hoje motivo de alegria e esperança para todo o orbe católico. Minha visita pretende render homenagem a esta Igreja e encorajá-la a ser sempre mais sacramento da Salvação, atuando sua missão no contexto da Igreja Universal, a quem Deus muito deu, muito lhe ser exigido." (Lc. 12,48)

Falando às autoridades no Palácio do Planalto, entre as quais os membros do Congresso Nacional, Sua Santidade defendeu reformas da estrutura social, acentuando:

"Por isso mesmo, a Igreja não cessa de preconizar as reformas indispensáveis à salvaguarda e à promoção dos valores sem os quais não pode prosperar nenhuma sociedade digna deste nome, isto é, reformas que visem uma sociedade mais justa e sempre mais de acordo com a dignidade de toda pessoa humana."

Todos os seus pronunciamentos magistrais consubstanciaram ensinamentos de extraordinária significação que serão hauridos pela nossa e as gerações porvindouras, exatamente em razão da perenidade dos textos sagrados — fonte de inspiração de sua palavra sábia e convincente.

Nas outras Capitais, privilegiadas com a respectiva inclusão no roteiro papal, novos discursos e homilias contravam-se em temas de palpante atualidade, numa prova de que a nossa realidade política econômica, social e cultural é de perto acompanhada pelo notável Evangelizador, cujo Pontificado assume um dimensionamento excepcional, projetando-se com um dos grandes momentos da História da Igreja Católica.

A sua rara sensibilidade, para abordar assuntos mais diretamente vinculados à nossa Comunidade, encontrava ressonância visível por entre a massa eletrizada, que o aplaudia de forma estrepitosa, inclusive com refrões espontâneos e carinhosos, que devem ter tocado fundo o seu coração generoso.

Em Belo Horizonte, por exemplo, na *missa dos jovens* recebeu João Paulo II uma manifestação das mais entusiásticas, que chegou a comovê-lo.

E conscientizando a juventude para as suas responsabilidades quanto ao estabelecimento de uma ordem social menos injusta e mais humana, ressaltou:

“Abertos para as dimensões sociais do homem, vocês não escondem sua vontade de transformar radicalmente as estruturas que se lhes apresentam injustas na sociedade. Vocês dizem, com razão, que é impossível ser feliz, vendo uma multidão de irmãos carentes das mínimas oportunidades de uma existência humana. Vocês dizem, também que é indecente que alguns esbanjem o que falta à mesa dos demais. Vocês estão resolvidos a construir uma sociedade justa, livre e próspera, onde todos e cada um possam gozar dos benefícios do progresso”.

E na mesma ocasião, ainda enfatizava o Santo Padre:

“Tudo isso, essa tremenda e valiosa experiência, me ensinou que a justiça social só é verdadeira, se baseada nos direitos do indivíduo”.

O calor humano oferecido pelo povo mineiro contagiava os milhões de telespectadores que, distantes embora de Belo Horizonte, partilhavam daquelas esfuziantes explosões de adesão às idéias expostas lapidarmente pelo Santo Pastor.

A cada novo encontro com a gente brasileira, Carol Wojtyla sentia-se certamente mais estimulado a continuar a sua benfazeja pregação.

Notória se tornava a receptividade do Povo de Deus à palavra de seu Guia, em todas as etapas de sua triunfal excursão.

No Rio de Janeiro, em cenário de beleza extasiante, a 1º de julho, via-se o Papa diante de um milhão de pessoas, sequiosas do fascínio de sua presença e de sua palavra lúcida e encorajadora.

Focalizando, na homilia da Missa do Aterro da Glória, a *Família* como centro de suas preocupações, disse o Papa:

“Não admira que aqui, com especial vigor, se manifeste o sentido de família e se confirmem as dimensões essenciais da realidade familiar;”

Aos intelectuais, convocados para o Sumaré, citando em circunstância a alocução o *Documento de Puebla* e encíclicas como a “*Populorum Progressio*” e a “*Redemptor Hominis*”, o Santo Padre assim a concluiu:

“A estas situações deve levar remédio o amor social vivificado pela caridade. Construí juntos, senhores, uma civilização da verdade e do amor, criai uma cultura que promova sempre mais o Homem e facilite a sua evangelização, ajude-o a crescer em sua dimensão humana e divina, a reconhecer o valor do próprio ser, o sentido de sua existência, a conhecer e a amar Cristo no qual Deus se revelou plenamente a cada homem e a cada povo”.

Na Favela do Vidigal, perante os seus habitantes, o Pontífice continuou abrindo o coração, incentivando os que ali residem a não descrever no advento de melhores dias, assinalados por mais fraternidade entre os homens.

Estimulava, assim, o trabalho de evangelização que a Igreja empreende junto aos *marginalizados* de todas as grandes cidades, levando-lhes um pouco mais de alento que os afaste da faixa do desespero e da angústia.

Está dito em sua preleção:

“E a Igreja dos pobres diz o mesmo, com maior força, *àqueles que têm de sobra*, que vivem na abundância que vivem no luxo. Diz-lhes: “Olhai um pouco ao redor! Não vos dói o coração? Não sentis remorso na consciência por causa da vossa riqueza e abundância?”

E a seguir, merece extraído o trecho:

“A medida das riquezas, do dinheiro e do luxo não é equivalente à medida da verdadeira dignidade do homem.”

No mesmo dia, para os membros do CELAM, João Paulo II proferiu alentada conferência, com uma avaliação do trabalho levado a efeito pelo Episcopado latino-americano, baseado, sobretudo, na aplicação objetiva das diretrizes emanadas de Medellín e Puebla.

Em São Paulo com a mesma ênfase de oportunidades anteriores, voltou a preconizar, como indispensável, o esforço de todos no sentido de construir-

se um *mundo melhor*, sem ódio e sem violência dentro de uma “fórmula cristã para criar uma sociedade justa”.

Dirigindo-se aos trabalhadores que lotaram o Morumbi, naquele espetáculo verdadeiramente empolgante de que participamos através do *vídeo*, o predestinado filho da Polônia relembrou a figura inolvidável de um de seus preclaros antecessores, Leão XIII, que, com a *Rerum Novarum*, clamava pela implantação, entre os homens, dos princípios de justiça social.

“Ajustar o salário — acentuou — em suas modalidades diversas e complementares, até o ponto em que se possa dizer que o trabalhador participa real e equitativamente da riqueza para cuja criação ele contribui solidariamente na empresa, na profissão e na economia nacional, é uma exigência legítima.”

E sob aplausos ainda mais demorados, o Papa asseverou:

“A Igreja proclama e sustenta estes diversos direitos dos trabalhadores, porque está em jogo o homem e sua dignidade.”

Na etapa seguinte de sua peregrinação, ainda em solo bandeirante, estava Aparecida do Norte, cuja Basílica monumental foi por ele consagrada, num dos eventos religiosos que mais justificaram a sua presença no território pátrio.

Falando a milhares de peregrinos que compareceram àquele templo, fez ele questão de ressaltar que:

“Diante da *fome de Deus* que hoje se adivinha em muitos homens, mas também, diante do *secularismo* que, às vezes imperceptível como o orvalho, outras vezes violento como o ciclone, arrasta a tantos, nós somos chamados a construir a Igreja.”

Em Porto Alegre, numa solenidade ecumênica, que congregou representantes de muitas comunidades evangélicas, a saudação do Pontífice fez-se sentir de modo o mais fraterno e cordial.

E ao agradecer o trabalho de todos em prol do bem comum, assinalou:

“Não posso, por isso, deixar de mencionar aqui o que se fez, no âmbito de colaboração entre cristãos, em favor dos *direitos humanos* e de sua plena vigência.”

Mostrando-se preocupado com a *catequese*, na Homilia por ocasião da Missa oficiada, a 5 de julho, na Capital gaúcha, registrou em certo trecho de sua oração:

“Cumprindo a missão recebida por Pedro e seus sucessores vim para confirmar-vos na fé.”

Na seqüência do longo itinerário apostólico que cumpriu no Brasil, João Paulo II viu-se, em Curitiba, entre numeroso grupo de compatriotas seus numa festividade que colocou diante de seus olhos recordações da gente polonesa, com os seus costumes, os seus sentimentos, a sua fé.

Ao reportar-se aos *imigrantes*, durante a missa que celebrou na Capital paranaense, fez questão de distinguir:

“Que haja ainda entre vós abertura para acolher muitos outros grupos humanos necessitados de uma nova pátria porque privados das suas.”

Todas as colônias foram alvo de sua afetuosa e especial referência, a que se associaram os nossos irmãos do Sul, num expresso reconhecimento ao febricitante afã dos *imigrantes*, sempre direcionado para ajudar a construção da grandeza nacional.

Deslocando-se para a Bahia, quando foi alvo de novas e indescritíveis provas de respeitosa e delirante acolhida, na sua fala inicial relembrou o discurso perante a OEA, no dia 7 de outubro do ano passado, quando propôs:

“o homem como único critério que dá sentido e direção a todos os compromissos dos responsáveis pelo bem comum, seja ele um simples cidadão, ou alguém investido de poder.”

Em Pernambuco, para onde se encaminhou, naquele memorável 7 de julho, as suas primeiras palavras foram dirigidas aos *camponeses* do Nordeste, de cuja tradição de sofrimento e bravura mostrou-se plenamente conhecedor.

Na Homilia, por ocasião da Missa então celebrada, enfocou o Santo Padre a *problemática fundiária*, em nítida consonância com a posição adotada pelo nosso Episcopado, evidenciada, de maneira precisa, na Pastoral da Terra, amplamente discutida, a partir da última Assembléia de Itaipu pelas comunidades eclesiais de base e por outros ponderáveis segmentos sociais.

Em um dos tópicos mais referidos, com apoio na Constituição *Gaudium et Spes*, vai alinhado que

"Uma reflexão séria e serena sobre o homem e a convivência humana em sociedade, iluminada e robustecida pela Palavra de Deus e pelo ensinamento da Igreja desde as suas origens, nos diz que *a terra é dom de Deus*, dom que Ele faz a todos os seres humanos, homens e mulheres, que Ele quer reunidos em uma só família e relacionados uns com os outros em espírito fraterno".

Numa discreta alusão às distorções ocorridas no processo do desenvolvimento brasileiro, esclarece João Paulo II que

"Não é, pois, admissível que, no desenvolvimento geral de uma sociedade, fiquem excluídos do verdadeiro progresso digno do homem, precisamente os homens e as mulheres que vivem em *zona rural*, aqueles que estão prontos a tornar a terra produtiva graças ao trabalho de suas mãos e que tem necessidade da terra para alimentar a família".

Na sua breve passagem por Teresina, a 8 de julho, sob um sol causticante, continuava o magnânimo Pastor a despertar o embevecimento e a admiração de milhares de piauienses, que enfrentam como os demais nordestinos, as dificuldades imensas de uma nova estiagem neste 1980.

Foram suas as palavras seguintes:

"Sei, por sua peculiar situação geográfica e pelas condições climáticas, que este vosso Estado padece de modo crônico o flagelo da seca...

Vós experimentais em muitas de vossas casas as agruras da subalimentação, da doença, das mortes prematuras."

E a mensagem alentadora não se fez esperar:

"Mas também uma palavra de esperança: não se deixem abater ou destruir pelas condições atuais, mas conservem sempre acesa a esperança de um amanhã melhor."

Espelhada na fisionomia daqueles irmãos nordestinos, o Papa constata a resistência heróica dos que se não deixam abater, mesmo diante de tão dura adversidade!

Em Belém do Pará, numa Colônia de Hansenianos, falou pela primeira vez ali, o Chefe Visível da Igreja, emocionando a todos quantos acompanharam a visita efetuada aos que se acham segregados do convívio social.

Em tom ainda mais paternal se situou a sua oração:

"Como Pedro, aceitei ser Pastor Universal da Igreja, desejo de saber, de conhecer, amar, servir todos os membros do rebanho a mim confiado. Aqui estou para conhecer-vos. Devo dizer que é grande o meu afeto por todos e cada um. Estou certo de poder servir-vos de alguma maneira."

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Se até aqui — à exceção apenas de Brasília, de cujas solenidades participei — limitei-me a comentar os grandiosos momentos da presença de João Paulo II em nosso território, pinçando algumas frases de seus excelentes pronunciamentos, o que poderia dizer de sua chegada ao Ceará para instalar o 10º Congresso Eucarístico Nacional?!

Seria desnecessário aludir à vibração incontida dos meus coestaduanos naquelas 36 horas verdadeiramente inesquecíveis, quando no Estádio "Plácido Advaldo Castelo" e nas ruas da cidade, apinhadas de populares, recebia ele, proporcionalmente, a maior homenagem que lhe tributou a gente brasileira.

Espiritualmente preparados para aquele *magno Conclave*, num trabalho exaustivo, coordenado pelo próprio Arcebispo Metropolitano, Cardeal Aloísio Lorscheider, os cearenses esperavam ansiosamente que a sua abertura solene ocorresse com a bênção pessoal do Sumo Pontífice, emprestando-se-lhe uma imponência ainda mais significativa e comovente.

Para quem experimentou a suprema ventura de acompanhar todos aqueles lances indelévels de incomum religiosidade, jamais os olvidará, obrigando-se a relatá-los para que a posterioridade os guarde como relíquia histórica, de transcendência imensurável.

Tendo como tema o fenômeno das *Migrações*, o Congresso desenvolveu-se com esse enfoque central, discutido no âmbito paroquial, nas periferias, em todos os círculos de opinião.

Por que vais? Para onde vais? Com quem vais?; constituíram as indagações básicas que levaram as comunidades a se debruçar sobre um problema aflitivo, que está a exigir de todos um esforço sincero para equacioná-lo de maneira adequada.

O próprio Papa a ele se referiu, detidamente, na homília que marcou o início do 10º Congresso Eucarístico Nacional:

"Neste ponto e sob esta luz vem-me espontaneamente ao espírito a difícil condição daqueles que, por razões diversas, devem abandonar sua terra de origem e transferir-se para outras regiões: *os migrantes*. A pergunta: "Para onde vais?" adquire no seu caso uma dimensão particularmente realista: a dimensão do mal-estar e da solidão, não raro a dimensão da incompreensão e da rejeição."

É fora de dúvida que nos cinco dias do *certame* cristalizou-se na consciência de todos os seus participantes o desejo de concorrer para o deslinde dessa questão angustiante, à qual se deve conferir o realce de *problema nacional prioritário*.

Com o Congresso Eucarístico cumprindo a sua extensa programação, que se prolongou até o domingo, 13 de julho, sempre em meio a um clima admirável de edificante contrição, João Paulo II retornava à Amazônia, para, em Manaus, despedir-se do nosso País, de quem recebera singular consagração.

na sua derradeira alocução, rogou pelos brasileiros, dizendo:

"Praza a Deus que nesta Pátria se constitua uma grande comunidade, na qual reine a fraternidade, o amor, a justiça e a paz".

Sr. Presidente:

Sobre a palavra do Santo Padre devem continuar meditando todos os brasileiros, desde os que têm poder de decisão aos que aguardam a construção, entre nós, de um sociedade mais justa e mais humana.

A Igreja, por sua vez, ainda mais vitalizada pelo irrestrito apoio que lhe foi agora ostensivamente emprestado, prosseguirá na sua faina nobilitante, dentro de uma unidade de ação, que lhe propiciará invejável liderança junto ao Povo de Deus.

E de nós, católicos, exigir-se-á uma participação saliente e eficaz que nos coloque à altura dos instantes históricos que passou a viver — em função da visita do Papa e de sua Mensagem — toda a Nação brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Para uma comunicação urgente, concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PTB — PR. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sexta-feira estava ainda no Paraná e me surpreendi com notícias de diversos jornais, inclusive a *Folha de S. Paulo*, o *Estado de S. Paulo* e jornais do Paraná de que havia encaminhado à Mesa um pedido de renúncia à Liderança do PTB e comunicara que, a partir daquele instante, passaria a integrar, nesta Casa, as fileiras do honroso PMDB. Mas, Sr. Presidente, isto não ocorreu. E os jornalistas me chamando a atenção mostram que foi um equívoco da própria Mesa. Da taquigrafia constou o meu nome, no lugar do nome do Senador Henrique Santillo, o qual de fato renunciou à Liderança do PT e passou para o PMDB. Em lugar do nome de Henrique Santillo constou o nome de Leite Chaves. Essa a razão do equívoco.

Sr. Presidente, não tomei ainda a decisão. A Casa tem conhecimento de que sou do PTB, mas de uma forma dissidente, nem segui os sectários do ex-Governador Leonel Brizola e nem fiquei na facção que foi vitoriosa junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Eu recorri, estou com recurso no Tribunal Superior Eleitoral. Estou com recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, aceito este recurso, o Supremo o julgará e poderá dar ganho de causa ou não. E de acordo com esta decisão, Sr. Presidente, tomarei o meu destino; é que me filiarei a um outro Partido, se as contingências o determinarem, condicionada esta minha determinação ainda a outro fato: ouvir as minhas bases no Paraná, ouvir os meus companheiros, aqueles que comigo estão aguardando a decisão desse recurso.

De forma, Sr. Presidente, que eu faço este registro e espero que seja publicado nos jornais, que tiveram toda a razão neste caso porque o equívoco foi nosso, aqui da Casa; aliás, muito difícil, porque a nossa Taquigrafia dificilmente erra, sobretudo em fatos dessa natureza, e o erro não foi dela; foi da Mesa — gerando para mim uma situação constrangedora no Paraná, quando me atribuem uma decisão pessoal de ter escolhido um partido, sem ouvir os meus companheiros, coisa que eu jamais faria.

Este é um registro, Sr. Presidente.

Outro é este: quero me congratular com o Senhor Presidente da República por um decreto recentemente promulgado por Sua Excelência, estabelecendo que nenhum funcionário, da administração direta ou indireta, possa perceber mais do que o Presidente da República. Sua Excelência deveria, pelo

menos num discurso, ao anunciar, deveria ter feito referência a um projeto de minha autoria, Projeto nº 28, de 1976, com esta disposição:

"Art. 1º Nenhum empregado, ainda que ocupante de cargo de direção, de entidades da administração federal indireta, poderá perceber retribuição mensal superior ao valor da remuneração mensal fixada para o Presidente da República.

Parágrafo Único — Para os efeitos deste artigo, incluem-se no conceito de retribuição todas e quaisquer vantagens percebidas pelo empregado durante o ano, inclusive as relativas a participações nos lucros da entidade empregadora."

Ipsis verbis, o Decreto de Sua Excelência o Senhor Presidente da República reproduz esse projeto e as razões são as mesmas que a ele serviram de justificação.

De forma, Sr. Presidente, que eu me congratulo com o Executivo, mas a iniciativa foi do Legislativo. E faço até um apelo ao partido da Maioria, que rejeita projetos nossos e depois os vê sob a forma de lei por iniciativa do Executivo, que os examine com mais seriedade, levando em conta o seu cabimento.

Se este projeto tivesse sido aprovado em 76, muitos males hoje ocorrentes, muitos males flagrantes na administração direta e indireta teriam sido evitados e resolvidos.

De forma que são essas duas comunicações que faço a esta Casa. Congratulações pelo fato de ter-se erigido à condição de lei, ainda que como Decreto-lei, este meu projeto pelo qual ninguém no País deve ganhar ou pode ganhar mais do que o Presidente da República e a outra que continuo na minha posição de demandista perante o Supremo Tribunal Federal. Essa a razão por que não optei ainda por nenhum dos partidos representados ou Blocos com representação nesta Casa.

Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 1980

Assegura aos ferroviários o pagamento das horas em que ficam à disposição da empresa.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º O artigo 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 243. Os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, farão jus a remuneração correspondente ao regime de "prontidão", pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Uma das principais normas de proteção do trabalho contidas na CLT é, sem dúvida, aquela do art. 4º que "salvo disposição especial expressamente consignada", considera como de efetivo exercício o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens.

Sobre a importância e o alcance do preceito, vale transcrever os seguintes pronunciamentos dos renomados juristas:

AMARO BARRETO, Juiz do TRT da 1ª Região:

"Outro importante princípio de tutela geral do trabalho, pelas consequências que acarreta, é o de se considerar como de serviço efetivo o tempo em que o empregado fica à disposição do empregador, ou executando, ou aguardando ordens.

Assim, não só o tempo em que o empregado trabalha, senão também o em que espera ordens do empregador, são considerados de serviço efetivo.

Tempo em que o empregado aguarda ordens do empregador é aquele em que, por não haver serviço na empresa, espera-se que haja" (TUTELA GERAL DO TRABALHO, vol. 2, págs. 36/37).

ARNALDO SUSSEKIND, ex-Ministro do Trabalho e do TST e um dos autores da Consolidação:

"Tempo de serviço. Não é necessário que o empregado esteja, efetivamente, prestando serviços ao seu empregador para que o respectivo período seja considerado como tempo de serviço efetivo.

É desnecessário sublinhar a importância do conceito de tempo de serviço, pois quase todos os direitos do empregado e, portanto, obrigações do empregador, nascem ou crescem em função dele. O direito ao salário, às férias anuais, à indenização por despedida injusta, à estabilidade no emprego, são apenas alguns exemplos que apontam a sua relevância. Outrossim, a fluência da jornada de trabalho e, portanto, a caracterização do trabalho extraordinário, se subordinam ao conceito legal de tempo de serviço, computando-se como de trabalho efetivo o período em que o empregado estiver à disposição do empregador, ainda que aguardando ordens.

Esteando no conceito de tempo de serviço consubstanciado no art. 4º, ora em exame, é que o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho vem decidindo que a interrupção do serviço por motivo de chuva ou de estrago de máquina não isenta o empregador do pagamento dos respectivos salários, ainda quando estes forem horistas:

"Sempre que o empregado comparece para trabalhar e o deixa de fazer por conveniência do empregador, ou por qualquer outro motivo alheio à sua vontade, isto é, desde que o motivo impeditivo não decorra de culpa sua, lhe é devido o salário do tempo não trabalhado. Não constitui força maior, que exima o devedor, a caída de chuva nem o estrago de máquinas. Tais fatos constituem ônus, risco do empregador que não podem ser transferidos para o empregado. Assim sendo, devem ser computados em favor do empregado as horas não trabalhadas pelo recorrente, que representam diferença de salários nos dias em que ficava parado, aguardando ordens de serviço" (Ac. da 1ª T., no proc. 3.235-53; DELFIM MOREIRA JR., rel.; D.J. de 11-3-55);

"Cabem ao empregador os riscos do negócio, devendo pagar ao empregado os salários dos dias em que não houve trabalho devido ao mau tempo. Alega a Recorrente que sendo horista o Recorrido só teria direito às horas efetivamente trabalhadas e nesse sentido cita decisões, salientando ainda, a força maior. Como bem salienta o V. acórdão: "quando o empregado contrata seus serviços, se obriga o empregador a lhe dar trabalho. Se este não puder ser realizado, nos dias de chuva, nenhuma culpa cabe ao empregado, devendo o empregador remunerar o empregado que fica, embora parado, à sua disposição" (Ac. da 3ª T., no Rec. Rev. 982-57; TOSTES MALTA, rel.; D.J. de 30-8-57)" (COMENTÁRIOS À CLT, vol. I, págs. 138 a 140).

Não obstante o acerto do legislador na aprovação do aludido preceito — pois, mantido à disposição do empregador, deve, realmente, o empregado fazer jus às vantagens decorrentes dessa situação — casos há em que, por força da ressalva expressa, outros critérios são adotados, com relação às consequências da mesma.

Entre os atingidos pelas exceções, encontram-se os ferroviários de estações do interior, cuja jornada de trabalho é praticamente indeterminada, em face do disposto no art. 243 da CLT, *in verbis*:

"Art. 243. Para os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, não se aplicam os preceitos gerais sobre duração do trabalho, sendo-lhes, entretanto, assegurado o repouso contínuo de dez horas, no mínimo, entre dois períodos de trabalho e descanso semanal."

Assim, os aludidos trabalhadores, embora compelidos a não se afastar do local de trabalho, e impedidos, portanto, de exercer outra atividade que lhes proporcionasse ganhos adicionais, nada recebem pelo excedente à jornada normal de 8 horas diárias.

Comentando o dispositivo em tela, e criticando mesmo a esdrúxula situação por ele criada, afirma Arnaldo Sussekink:

"Tratando-se de estações de interior, onde o serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, os respectivos empregados não se beneficiarão das normas pertinentes à duração do trabalho; mas a lei prescreve que, entre duas jornadas de trabalho, seja observado o intervalo mínimo de dez horas consecutivas e se lhes assegure o repouso semanal, já agora remunerado. Destarte, não se aplicam a tais empregados os preceitos que limitam a jornada normal do trabalho e regulam o serviço conceituado como extraordinário. Só por via oblíqua a lei estabelece uma restrição quanto ao tempo em que esses empregados podem permanecer, diariamente, à disposição da empresa, ao estipular o intervalo compulsório de dez horas entre duas jornadas de trabalho",

terminando por reconhecer que a razão está com Russomano (Comentários à CLT, Vol. II, pág. 110).

Por sua vez, o autor cujos argumentos Sussekind considera corretos declara o seguinte:

"O princípio específico do trabalho ferroviário é o de que se considera tempo efetivo de serviço o prazo em que o empregado fica à disposição do empregador, isto é, aguardando ou executando ordens (art. 238, combinado com o art. 4º).

O art. 243, porém, resolveu excluir dessa norma e, bem assim, de todos os princípios gerais sobre duração do trabalho, os empregados que estejam sediados em estações ferroviárias do interior, onde o serviço seja de pouca intensidade ou intermitente.

Na verdade, o serviço desenvolvido nessas condições é suave. Se se tornar excessivo, automaticamente, escapará o trabalhador das restrições do artigo, porque não será intermitente a sua atividade, nem a estação será de pouco movimento.

A medida, no entanto, nos parece rigorosa demais. Seria mais razoável que se fizesse com essa numerosa classe ferroviária, que aceita a vida precária do nosso interior, o que se fez, por exemplo, com o vigia (art. 62, alínea b).

A lei, todavia, só lhe concede um repouso diário de dez horas consecutivas, no mínimo, entre duas jornadas de trabalho, e o repouso semanal, esquecendo que, mesmo nos serviços intermitentes ou de pouca intensidade, a atenção do trabalhador está sempre voltada para a tarefa que lhe foi confiada, de sentinela para qualquer eventualidade, o que também é trabalho e, como tal, merece remuneração condigna" (Mozart Victor Russomano, Comentários à CLT — Vol. 2 — págs. 435/436, nossos os destaques).

Trata-se, pois, de uma situação que, se por um lado, encontra justificativa na necessidade da redução dos custos operacionais das estradas de ferro, por outro, prejudica física e economicamente os ferroviários do interior.

Impunha-se, destarte, a adoção de um novo critério, capaz de atender razoavelmente a ambas as partes, porquanto mantida a atual redação do art. 243 da CLT, obrigatória será a sua aplicação, conforme têm proclamado os Tribunais Regionais do Trabalho, e o próprio TST, através da Súmula nº 61, assim redigida:

"61) Aos ferroviários que trabalham em "estação do interior", assim classificada por autoridade competente, não são devidas horas extras (CLT, artigo 243)".

Acreditamos que a solução ora proposta concilie os interesses das ferrovias e de seus empregados do interior, no tocante à duração do trabalho e à remuneração das horas extras.

O projeto reconduz os citados ferroviários à jornada normal de 8 horas. Ao mesmo tempo, considera como de "prontidão" as horas em que o trabalhador permanecer à disposição da empresa, além da jornada normal.

A figura da "prontidão" está devidamente explicada no § 3º do art. 244 da CLT, como sendo o regime em que o empregado fica nas dependências da estrada aguardando ordens. Ora, o empregado das estações do interior permanece no recinto de trabalho — porquanto a própria residência dificilmente se encontra distante da estação e quase sempre é de propriedade da ferrovia — não apenas aguardando ordens, mas pronto para cumprir suas tarefas, sendo assim inteiramente cabível considerá-lo de "prontidão" pelas horas excedentes às da jornada normal.

Finalmente, determina o art. 243 da CLT, com a nova redação proposta, que as horas de "prontidão" tenham a remuneração prevista para esse tipo de serviço, ou seja, 2/3 do salário-hora normal, conforme prevê o § 3º do art. 244 da mesma CLT.

A remuneração das horas de "prontidão" compensará a permanência à disposição da ferrovia para execução dos serviços intermitentes ou de pouca intensidade, característicos das estações do interior. Em contrapartida, a redução de mais de 1/3 do ônus com o pagamento de horas extraordinárias aos multicitados trabalhadores (normalmente a hora extra é paga com acréscimo sobre o salário-hora), tornará a nova obrigação perfeitamente suportável pelas ferrovias.

Confiemos, pois, na aprovação do projeto, que faz justiça aos ferroviários do interior, reconhecendo, como Russomano, que: "mesmo nos serviços intermitentes ou de pouca intensidade, a atenção do trabalhador está sempre voltada para a tarefa que lhe foi confiada, de sentinela para qualquer eventualidade, o que também é trabalho e, como tal, merece remuneração condigna" (Op. et loc. cit.).

É essa a reivindicação dos ferroviários de todo o País, reafirmada recentemente através de judiciosas ponderações que recebemos, a respeito, do Vereador João Perez Gasquez Filho, de São Roque, no Estado de São Paulo. Sala das Sessões, 4 de agosto de 1980. — Franco Montoro.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 243 — Para os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, não se aplicam os preceitos gerais sobre duração do trabalho, sendo-lhes, entretanto, assegurado o repouso contínuo de dez horas, no mínimo, entre dois períodos de trabalho e descanso semanal.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Agenor Maria — Cunha Lima — Milton Cabral — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Alberto Lavinas — Hugo Ramos — Itamar Franco — Franco Montoro — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1979

(Tramita em conjunto com o PLS nº 265/79)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1979 (nº 3.191/76, na Casa de origem), que altera a redação da alínea b do inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973, tendo

PARECERES, sob nºs 235 e 236, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que apresenta;
— de Agricultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão anterior, tendo a votação adiada por falta de quorum.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria irá à Comissão de Redação a fim de ser redigido o vencido para o turno suplementar.

Em consequência, fica prejudicado o item seguinte da pauta que com este tramita em conjunto, nos termos do art. 369, alínea "b", combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

É o seguinte o substitutivo aprovado

EMENDA Nº 1-CCJ (Substitutivo)

Introduz alterações no item II do art. 275 do Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — modificada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 275.
I —

- II —
a)
b) de arrendamento e parceria rurais.
.....
.....
.....

n) a ação do fiador para exonerar-se da fiança prestada sem limitação de tempo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passaremos, pois, ao item 3.

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 511, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 1.738.247.416,64 (um bilhão, setecentos e trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis cruzeiros e sessenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 512, de 1980, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em votação o projeto, em turno único.

Tem a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pela 33ª vez volto a esta tribuna, Sr. Presidente, para, mais uma vez, protestar contra a cornucópia dos empréstimos a Estados e a Municípios que o Governo Federal, de mão aberta, está liberando, com um visível e sentido prejuízo das classes menos favorecidas do País. Pela 33ª vez apresento, aqui, os nossos argumentos contrariamente à concessão desses empréstimos lesivos à economia dos menos favorecidos, porque, Sr. Presidente, essa maciça liberação de recursos para o Município ou para o Estado representa, no fim, o aguçamento do poder aquisitivo do cruzeiro, isto é, mais dificuldade para as classes menos favorecidas. Nós estamos favorecendo o poderoso Município de São Paulo, que vem pedir, pela terceira ou quarta vez, empréstimo no montante de Cr\$ 1.738.247.416,64 (um bilhão, setecentos e trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis cruzeiros e sessenta e quatro centavos).

Mas, hoje, Srs. Senadores, estão aqui oito pedidos de empréstimo, dois em dólares, um dos quais de quarenta milhões de dólares.

Hoje, Sr. Presidente, deram entrada na Secretaria do Senado os seguintes pedidos de empréstimo:

MENSAGEM			INTERESSADO	VALOR CR\$	DESTINO	OBSERVAÇÕES
Nº DE OF. DO SENADO	Nº DE OF. DO SENADO	Nº DE OF. DO SENADO				
001	259	154	Governo do Estado do Rio Grande do Norte	144.000.000,00	(FUNDOURBANO)	
002	260	155	Governo do Estado do Rio Grande do Norte	60.000.000,00	Escolas 1º grau	
003	261	156	Prefeitura de Aracaju (SE)	25.494.947,12	(FUNDOURBANO)	
004	262	157	Prefeitura de Cuiabá (MT)	393.926.000,00	(CURA)	
005	263	158	Empresa Urbanização Recife (PE)	204.543.216,36	(FUNDOURBANO)	
006	264	159	Prefeitura de Rolândia (PR)	77.525.047,84	(CURA)	
007	265	160	Prefeitura de Rolândia (PR)	10.088.324,40	Infra-estrutura conj. habit.	
008	266	161	Prefeitura de Santo Antônio da Alegria-SP	5.513.411,00	(FINC/FINEP)	
009	267	162	Prefeitura de São Carlos (SP)	227.532.649,03	(CURA)	
010	268	163	Prefeitura de Três Lagoas (MS)	17.631.000,00	Assentamento de águas pluv.	
011	269	164	Prefeitura de Votorantim (SP)	161.827.772,73	(PROFILURB)	
012	270	165	Prefeitura de Americana (SP)	173.496.739,50	Conj. habit. Antonio Zanaga	
013	271	166	Prefeitura de Barra do Garças (MT)	6.417.000,00	Lavanderia pública	
014	272	167	Prefeitura-Cajateira (PB)	48.644.944,11	(CURA)	
015	273	168	Prefeitura de Corral Novo (RN)	107.961.977,60	(CURA)	
016	274	169	Prefeitura de Goiânia (GO)	2.300.000,00	Galerias pluviais	
017	275	170	Prefeitura de Guarujá (SP)	47.600.000,00	Escola 2º grau	
018	276	171	Prefeitura de Igarapava (SP)	14.759.280,00	(FINC/PLANHAP)	
019	277	172	Prefeitura de Ilhéus (BA)	273.320.000,00	(CURA)	
020	278	173	Prefeitura de Irecê (BA)	195.132.000,00	Infra-estrutura urbana	
021	279	174	Prefeitura de Lauro Moller (SC)	3.235.000,00	Hosp. Henrique Lage-ampliar	
022	280	175	Prefeitura de Limeira (SP)	30.489.375,00	(FINC/FINEC)	
023	281	176	Empresa Desenvolvimento Limeira (SP)	325.016.737,50	(PROFILURB)	
024	282	177	Prefeitura de Louveira (SP)	8.000.000,00	Calçamento de ruas	
025	283	178	Prefeitura de Natal (RN)	65.700.000,00	Obras de infra-estrutura	
026	284	179	Prefeitura de Natal (RN)	63.000.000,00	Projeto viários e urbanos	
027	285	180	Prefeitura de Orlândia (SP)	8.000.000,00	Terminal rodoviário	
028	286	181	Prefeitura de Palhoça (SC)	2.770.000,00	Subproj. Aglom. Urb. Flor.	
029	287	182	Prefeitura de Poços de Caldas (MG)	65.000.000,00	3ª. etapa proj. CURA	
030	288	183	Prefeitura de Presidente Prudente (SP)	110.560.327,72	(CURA)	
031	289	184	PRUDENCO - Companhia Prudentina de Desenvolvimento de Presidente Prudente (SP)	44.659.860,84	(PROFILURB)	
032	290	185	Prefeitura de Rancharia (SP)	4.704.000,00	Execução de obras proj. FA	
033	291	186	Prefeitura de São João da Boa Vista (SP)	29.486.860,80	(FINC/FINEC)	
034	292	187	Prefeitura de São José dos Pinhais (PR)	21.955.248,96	(CURA)	
035	293	188	Governo do Estado da Bahia (BA)	7.146.536.851,44	Barragem Pedra do Cavalo	
036	420	022	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	US\$ 20.000.000,00	METRO	

E ontem, Sr. Presidente, o pedido também para um empréstimo de 110 milhões de dólares para a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, esta é a cornucópia de empréstimos.

Pela trigésima terceira vez estou dando o meu voto contra esses empréstimos, a minha obstrução também contra essas concessões.

O liberalismo do Senhor Presidente da República vai depois trazer amargas lágrimas a Sua Excelência. Não se combate a inflação aumentando-se a inflação. Combate-se a inflação restringindo-se os meios de pagamento, isto aqui aumenta os meios de pagamento. Estão aqui trinta pedidos, e hoje já deu entrada um de 110 milhões de dólares.

Sr. Presidente, devemos combater a dificuldade na hora em que ela é pequena, para evitar que, posteriormente, ela seja grande. E nós não estamos fazendo isto.

Estou auxiliando o Governo da República.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Ao mesmo tempo em que Estados e Municípios são depauperados nas suas receitas, o Governo Central, o Governo Federal, depois, facilita a contratação de empréstimos externos.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Mas é isto o que acontece.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Alega-se que Estados e Municípios não têm meios bastante para viver, e é verdade. Agora, a solução não é fazer empréstimos externos.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — É isso mesmo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos os indicadores financeiros nos avisam e nos advertem de que nós estamos num começo de uma crise violenta. Todos! Não há um indicador que indique o contrário. Todos os indicadores estão anunciando e proclamando: o Brasil está emergindo em um túnel de vento, de onde nós não sabemos como sair.

Sr. Presidente, é possível até que essa crise possa trazer a desestabilização de nosso País, o que ninguém quer. E é por isso que, em nome da independên-

cia que tenho mantido aqui no plenário, eu venho combatendo a cornucópia desses empréstimos.

Já tenho dito: nós estamos acostumados a ver tanto o regime do Senhor Presidente e do Sr. Ministro do Planejamento solicitarem esses empréstimos, eles que querem combater a inflação, estão com a mão esquerda aumentando o meio de pagamento e incentivando a inflação neste País. Nós estamos acostumados a ver isto, o Brasil de cabeça para baixo, em posição diametralmente oposta àquela que deveria ter. É por isto que venho pedir ao patriotismo dos Srs. Senadores. O Senhor Presidente da República, forçado pelos pedidos dos governadores e dos prefeitos dos grandes Municípios do País, forçado politicamente, ele manda para cá as mensagens, mas sabe...

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Estou aqui com um recorte de jornal do dia 25 de maio de 1980, com declarações do Sr. Eduardo Carvalho, Secretário-Geral do Ministério da Fazenda. Diz o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, literalmente:

"difícilmente o Brasil já viveu uma situação igual à de hoje."

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Sr. Presidente, não são minhas as palavras, partem de um membro ilustre da Bancada do PDS, de um homem que mereceu o meu voto para presidir o Senado da República, o ilustre Senador Luiz Cavalcante, ele que ilustrou a minha comunicação com este aparte.

Sr. Presidente, o Sr. Ministro Delfim Netto disse, há poucos dias: "Não se combate a inflação com flor, tem que se combater árdua e asperamente". Mas, combater assim, Sr. Presidente?! Aqui está a relação: são trinta empréstimos, e um deles entrou agora — cento e dez milhões de dólares. Isto aumenta o meio de pagamento e traz ao pobre dificuldade para comprar o pão e o leite, porque a carne ele já não compra mais.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Aliás, esta é a última recomendação do Ministro da Agricultura.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Sim, que nós não comamos carne nos próximos anos.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — É. Vai obter medalha de ouro este Ministro...

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — O que nós precisamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não é de empréstimos externos. Age-se aqui tão desassisadamente — desculpe-nos o Sr. Ministro — que nós deveríamos importar não era dinheiro, mas importar um Ministro.

Sr. Presidente, o tempo é exíguo, e aqui fica o meu protesto. Estou auxiliando o meu País, estou auxiliando o Governo da República que atende aqui o pedido dos governadores, para não ter a sua política contrária a esta postulação. Mas ele está aumentando a inflação com esses bilhões de cruzeiros que pediu no dia de hoje.

Sr. Presidente, portanto, contra o pedido da prefeitura de São Paulo, como contra todos os pedidos da nossa pauta, um a um.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Vai-se passar à verificação solicitada pelo nobre Senador Dirceu Cardoso. (Pausa.)

Sendo evidente a falta de *quorum* em plenário para deliberação, a votação da matéria fica adiada para a próxima sessão.

Pela mesma razão, ficam adiadas as matérias constantes do restante da pauta, em virtude de estarem em fase de votação.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 513, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de São José (SC) a elevar em Cr\$ 22.671.000,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 514, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 61, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 515, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PR) a elevar em Cr\$ 154.660.329,77 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e vinte e nove cruzeiros e setenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 516, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 62, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 517, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Paranavai (PR) a elevar em Cr\$ 112.334.989,83 (cento e doze milhões, trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 518, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 63, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 519, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Largo (PR) a elevar em Cr\$ 214.400.000,00 (duzentos e quatorze milhões e quatrocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 520, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 64, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 521, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Biguaçu (SC) a elevar em Cr\$ 2.147.859,20 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 522, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 523, de 1980), que autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 25.128.667.776,82 (vinte e cinco bilhões, cento e vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 524, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 10 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 66, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 525, de 1980), que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares) destinado à Companhia do Metropolitano de São Paulo, tendo

PARECER, sob nº 526, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 11 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer nº 527, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de dólares norte-americanos), para ser aplicado no Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, tendo

PARECER, sob nº 528, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ao apagar das luzes da sessão do dia 27 de junho, ocupei esta tribuna para tratar, preliminarmente, de matéria que fora sugerida por palavras aqui

proferidas por eminentes representantes da Oposição, em relação a uma declaração do Presidente da República. O Presidente teria dito que as oposições criticam e não apresentam alternativas. Em consequência, vários protestos surgiram de membros integrantes da Oposição para, no entender deles, provar que outra coisa não tem feito a Oposição senão apresentar alternativas e que o Governo não tem sido sensível a essas alternativas.

Houve quem estranhasse que eu falasse nos últimos 20 minutos da sessão do dia 27 de junho. Naquela altura eu expliquei que o meu objetivo era apenas preparar aquilo que se deveria dar a partir do dia de hoje, ou mais precisamente o dia 1º de agosto. Isto é, a Bancada da Maioria propõe-se a discutir, ponto por ponto, as alternativas ou as supostas alternativas apresentadas pela Oposição. E desde logo eu me referi a algumas considerações que me pareçam, entretanto, não diria desprezíveis, não diria insensatas, mas daquela natureza com que o Governo, evidentemente, não poderia concordar.

Um ilustre congressista disse, desde o início desse debate, que a solução estava e está, segundo ele, em declararmos perempta a dívida externa brasileira. Então devemos 50 bilhões, declararemos que não devemos, e nada acontecerá e o Brasil com isto ficaria livre de todos os seus débitos. A mim me parece que ou se trata de uma crise juvenil no congressista que isso disse, que afetou a sua capacidade de raciocínio, ou então é uma espécie de marxista-leninista delirante, porque nenhum país do mundo, nas circunstâncias atuais, poderá dever ao mundo 50 bilhões de dólares e posteriormente dizer pura e simplesmente que não deve.

Num discurso, como sempre muito bem preparado, o nobre Senador Roberto Saturnino recebeu apartes aqui nesta Casa, e um dos apartes foi dado pelo ilustre Senador Agenor Maria, que lastimo não esteja presente no momento. Ora nós sabemos que as transferências tecnológicas também nos tomam dinheiro — esses dólares saem do Brasil a título de pagamentos dessas transferências — e o nobre Senador Agenor Maria disse, na ocasião, em aparte, que uma solução fácil seria, por exemplo, substituir o nome do cigarro "Hollywood" para "Xique-Xique", não pagar a transferência tecnológica, e com isto fazer economia.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Cuidado com a caricatura, nobre Senador...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Não, eu estou com o discurso, nobre Senador. Eu não faço este tipo de jogo. Não é caricatura. A caricatura a que V. Exª se refere é do correligionário de V. Exª

E tanto me detive na análise desse problema, que esperei a resposta do nobre Senador Roberto Saturnino. E ao ler-lhe a resposta confesso que percebi que S. Exª foi mais partidário do que economista, porque na ocasião ele disse ao seu colega: V. Exª não é um economista, mas é um economista do sentimento. E pelo sentimento basta mudar "Hollywood" para "Xique-Xique" e nós não pagaremos transferência tecnológica.

É claro que pode ter sido até uma caricatura, como diz o Senador Brossard, mas mostra claramente que se tratava de fazer a nacionalização das patentes para não pagar. Estas, evidentemente, não foram considerações que me levaram a aprofundar no estudo.

Hoje, sim, eu me aprofundi um pouco mais, e comecei a perguntar a mim mesmo: Afinal, o que querem as Oposições? Comecei pelo ângulo doutrinário. Estou aqui com o material de suporte, a cada momento que falo tenho dados para comprovar. Aqui, um resumo da Revista *Manchete*, do dia 12 do mês de julho passado. A revista ouviu o Deputado Thales Ramalho que fala pelo Partido Popular, o Deputado Jorge Cury que é Ivetista, o Deputado Alceu Collares que é do PTB Brizolista, o Senador Pedro Simon que é do PMDB.

Analisando isso e mais a constante atuação, como sempre brilhante, nesta Casa, do Senador Roberto Saturnino, tentei estabelecer o que seria, doutrinariamente, o governo que as Oposições realizariam. E a pergunta que faço é a seguinte: As Oposições fariam um Estado não intervencionista, como prescreve o Deputado Thales Ramalho pelo Partido Popular? S. Exª diz na entrevista à *Manchete*: Recomendando o Estado democrático, por consequência não intervencionista e com plena liberdade de iniciativa em todos os setores". Dá uma impressão de liberalismo econômico. Em seguida, S. Exª cita o Embaixador Roberto Campos, para nele louvar-se para fazer uma crítica ao Governo. Teria dito o Embaixador que tudo isso que aí está não é o resultado apenas de uma noite de bebedeira, mas de anos de dissipação.

Ou a Oposição seria partidária do Estado intervencionista, exaltadamente nacionalista, pregado pelo Senador Pedro Simon, inclusive no seu último discurso de junho, onde ele fala na necessidade, não como diz o Senador Roberto Saturnino, de contingenciar as importações, mas na necessidade de impedir certos pagamentos? Já agora não é o problema da transferência tecnológica, tão levemente solucionada, mas, de outro modo, impedir certos paga-

mentos, como, por exemplo, o da remessa de lucros para o exterior, através de uma modificação da lei.

Ou a Oposição está de acordo com o que prescreve o Deputado Alceu Collares, que diz que a sua fórmula e a do seu Partido, pelo seu Programa, é o Estado socialista por via pacífica? Embora, evidentemente, haja necessidade ainda de se definir essa expressão. Socialismo hoje é uma expressão tão ambígua que dá margem para interpretações várias, e não apenas interpretações várias com modificações de superfície, mas modificações de profundidade.

Ou, ainda, seria o Estado prescrito pelas Oposições, esse que o Deputado "Ivetista" Jorge Cury também defende, um Estado de bem-estar, um Estado distributivista, que pode ser precocemente distributivista, um Estado segundo a velha fórmula petebista, que não era, evidentemente, a dos grandes teóricos do PTB, como Alberto Pasqualini e Lúcio Bittencourt?

Ou, finalmente, o Estado é o que eu entendo e interpreto como uma fórmula preparatória, intermediária entre capitalismo e socialismo, que defende o Senador Roberto Saturnino?

Ainda poder-me-ia perguntar: e qual é a fórmula que prescreve o Partido dos Trabalhadores?

Na entrevista que li posteriormente, se não estou equívocado em *O Estado de S. Paulo* ou na *Folha de S. Paulo*, foi feita uma mesa-redonda com a participação também do Professor Weffort, e ele declarou que o PT ainda não tinha formulado a sua preferência doutrinária neste campo.

Se o PT ainda não a formulou, evidentemente não posso julgar.

Ainda há pouco o nobre Senador Leite Chaves fazia um esclarecimento à Casa, mostrando que houvera uma confusão entre o nome de S. Exª e o do Senador Henrique Santillo, que o Senador Santillo, sim, deixara o PP para reingressar nas hostes do PMDB. E por que deixara o Senador Henrique Santillo o PP? Antes o seu irmão, como Deputado, deixou: porque ambos não são considerados suficientemente à esquerda, suficientemente nacionalistas, na interpretação que se possa dar ou que seja dada, para conviverem no PT com os grupos chamados "vanguardistas".

De maneira que é de supor que o PT, que, pelo seu indigitado Presidente, criticou o próprio Santo Padre por haver este, por seu turno, condenado a luta de classes, defende a luta de classes.

É uma conclusão absolutamente válida e lógica, de lógica formal.

Enquanto o Deputado Alceu Collares nessa entrevista diz: "que as Oposições não fizeram outra coisa, nestes 16 anos, senão apresentar alternativas que o Governo não considera", o Deputado Jorge Cury, do PTB da Senhora Ivete, confessa que "as Oposições não têm receio".

Em contraposição ao que afirma o Deputado Alceu Collares, o seu chefe e líder maior, que é o ex-Governador Leonel Brizolla, fazia uma declaração, que está aqui reproduzida no *O Estado de S. Paulo* do dia 26 de julho, sob este título: "Brizolla, a Oposição não está preparada". Parte do texto:

"A incapacidade da Oposição em assumir o Governo, se este lhe fosse entregue no momento, foi admitida ontem no Rio pelo principal articulador do PDT, Leonel Brizolla, que defende uma reunião das Oposições para elaboração de um programa alternativo de Governo.

Ele acha que, se por um milagre, o Governo fosse entregue à Oposição, talvez tivéssemos algo parecido com o feito por Isabelita Perón, na Argentina."

Não sei quem é que (se esse milagre se desse, numa linguagem do ex-Governador) representaria, no Brasil, o papel de Isabelita Perón. Não sei se ele se refere ao Sr. Ulysses Guimarães, como Presidente do maior Partido, que, então, seria automaticamente o ocupante do Poder, se se desse esse milagre. O fato é que ele declara que não estaria a Oposição em condições de assumir o Poder.

Ora, se doutrinariamente a heterogeneidade é clara, no campo da economia ela não é menor, e até por uma ação reflexa natural.

Ora o Governo é acusado, por inspiração de parte da Oposição, de estar conduzindo uma política econômica altamente estatizante, ora o Governo é acusado de não estatizar suficientemente os meios de comercialização, sobretudo os bens de produção.

Algumas propostas foram apresentadas, sobre elas eu me deterei exatamente neste instante — e hoje só pretendo analisar as propostas que incidem sobre possíveis soluções para amenizar os déficits de conta-corrente:

- 1ª) restringir as importações;
- 2ª) remessa de lucros contida ou eliminada;
- 3ª) renegociar a dívida externa.

Ora, algumas sugestões são, além de desarrazoadas, injustas, como é o caso daquela apresentada neste campo, a título de restringir as importações, pelo nobre Senador Pedro Simon.

S. Ex^a disse, no discurso que aqui fez, que era preciso, inclusive, eliminar, imediatamente, os gastos para a compra das quinquilharias de Manaus. Aliás, um discurso extenso, um discurso muito bem fundamentado que o ilustre representante do Rio Grande do Sul pronunciou, aqui, no mês de junho.

Dá-se pode concluir que, se S. Ex^a fosse Governo, a Zona Franca de Manaus seria eliminada, porque representaria um desperdício das economias brasileiras a busca de compra de quinquilharias.

Quero crer que o nobre Senador Pedro Simon não conhece precisamente o papel da SUFRAMA, porque, se S. Ex^a admite que são quinquilharias produtos de engenharia eletrônica, evidentemente não classificaria como tal a compra de insumos, a compra de bens intermediários para a produção já de equipamentos eletrônicos nacionais da Zona Franca de Manaus e vendida para todo o Brasil.

Por outro lado, vamos admitir que fosse um absurdo, que toda a Nação estivesse pagando para que a Zona Franca de Manaus existisse. Quanto isso significaria? No ano de 1979, com todas as importações realizadas, inclusive aquelas que significam bens de capital, que favoreceram a implantação de fábricas na Zona Franca de Manaus, o total de importações foi elevado a 280 milhões de dólares. E 280 milhões de dólares, num total de importações da ordem de 15 bilhões, evidentemente não significam grande coisa. No total das importações, inclusive me detive na análise, vendo a pauta das importações, era menor de 2% a economia que o PMDB faria, se Governo fosse, e aceitasse a colocação do Senador Pedro Simon, para eliminar a Zona Franca.

Ora, ao mesmo tempo — homem da Amazônia que sou, que vivi larga parte da minha vida naquela área — posso testemunhar — e quantos outros não testemunharão — a melhoria extraordinária que se deu em condições de vida, em qualidade de vida à própria Região Amazônica, a partir da instalação, em hora inspirada, pelo Presidente Castello Branco, da Zona Franca de Manaus.

Então, não me parece que isso seja uma economia justa e que possa ser objeto de uma concordância de todas as Oposições. Quero crer mais que seja um ponto de vista pessoal do Senador Pedro Simon.

Quanto às restrições das importações, tenho aqui a pauta que recebi do Banco Central, das importações brasileiras por produtos, desde 1974 até 1980 (1980 cobrindo apenas os meses de janeiro a maio, ambos inclusive). Lendo a pauta, não encontro onde pudéssemos fazer os contingenciamentos lembrados pelo Senador Roberto Saturnino e por outros opositores, sem cair naquilo que a Oposição também condena violentamente, e já até admite que o Governo faz mascaradamente, que é a recessão econômica.

Aqui estamos com a pauta de 1979: total das importações — 17,9 bilhões de dólares; em bens de consumo 1,5 bilhão; em matérias-primas, quase 6 bilhões; em combustíveis e lubrificantes, quase 7 bilhões, num subtotal de 12 bilhões e bens de capital mais 3 bilhões. Se analisarmos bens de consumo, alimentos e vestuários, está, provavelmente, uma boa parcela do trigo colocada aqui.

Recentemente o Ministro da Fazenda declarou que, comparando o comportamento das importações de 1979 com as de 1980, tirando-se petróleo, o crescimento vegetativo foi de 5%, o que não é um absurdo.

E o petróleo? O petróleo sobre o qual tenho ouvido muitas vezes esse tipo de colocação opositora: não me venha com a explicação do petróleo, essa explicação já está muito batida, muito cedida e já não impressiona. Não impressiona porque a Oposição é a Oposição e o Governo é quem tem a responsabilidade de fazer o equilíbrio das contas.

Aqui está um pequenino exemplo: em 1980, de janeiro a maio, no total das importações realizadas, temos 9 bilhões, 360 milhões e 700 mil dólares. Desses 9 bilhões, 360 milhões e 700 mil dólares, combustíveis e lubrificantes entram com 4 bilhões e 333 milhões. Quando comparamos esses 4 bilhões e 333 milhões com o mesmo período do ano anterior, verificamos que o crescimento foi de 100%. Sabemos que o preço do óleo exatamente subiu 130% em 15 meses. Isso desorganiza qualquer economia.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — V. Ex^a permite, nobre Senador?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ouço o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — V. Ex^a tem toda a razão. Para confirmar o arrazoado de V. Ex^a, basta verificar que o total das importações brasileiras, no ano de 1974, difere do total de importações, em 1979, exatamente pela diferença de importação do petróleo, da ordem, como V. Ex^a vê, de 5 bilhões de dólares. Em 1974, quase 2 bilhões de dólares; em 79, quase 7 bilhões de dólares, portanto uma diferença de 5 bilhões e, no total das importações, uma diferença de 12 para 17. Muito obrigado.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Precisamente foi o que o Ministro Delfim Netto salientou numa entrevista a jornal. S. Ex^a mostrou que só o aumento do preço do petróleo, de um ano para o outro, nos consumiu 3% do produto nacional bruto e que não é possível prever, porque ao se fazer qualquer previsão razoável, o que vem como resposta é uma solução que não é razoável. De maneira que é absolutamente impossível prever quanto vai custar o petróleo daqui para o mês que vem.

Tivemos dois choques de petróleo — eu cheguei lá — tivemos o primeiro em 73/74; tivemos o segundo de 1978 para 1979, ou já no meio do ano de 1979 para 1980. O primeiro quadruplicou os preços, o segundo multiplicou por dois, o que corresponde a cem por cento.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ouço o nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Exatamente nessa questão do petróleo é que o Governo dá a mão à palmatória. Nós da Oposição, há mais de quatro anos, vínhamos alertando para essa situação da crise do petróleo que haveria de ocorrer nestes últimos anos. Toda a Europa e o próprio Japão organizaram a sua economia nesse sentido. Continuamos importando petróleo e incrementando a produção de automóveis consumidores de gasolina, quando todo mundo sabe que a grande alternativa para o País é o álcool. Posso dizer a V. Ex^a que grande parte do setor ministerial do Governo se manifesta em oposição injustificável à ampliação do programa do álcool no Brasil. O álcool está sendo sabotado, quando todo mundo sabe que foi essa crise do petróleo que veio mostrar ao Brasil que o seu futuro promissor se abre a partir do álcool.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Agradeço a V. Ex^a É uma matéria que eu pretendo tratar autonomamente, mas, vamos aproveitar já a deixa.

Disse o nobre Senador pelo Paraná que o mundo inteiro se preparou para isso menos o Brasil e que a Oposição, aqui, durante quatro anos, alertou, e o Brasil, pelos seus governantes, cruzou os braços. Vejamos se essa afirmativa resiste à comparação de fatos. Em primeiro lugar — cheguei lá, em seguida — o mundo industrializado inteiro, capitalista, está com a sua economia desordenada, a partir do primeiro choque, mais ainda, do segundo choque do petróleo. Então, dizer que esse mundo se preparou para absorver, não condiz com a realidade. Temos hoje uma inflação que passou de 20%, na Inglaterra, temos uma inflação de quase 20% nos Estados Unidos. Notem, idêntica taxa num país como no outro. Temos inflação em quase todos os países e temos programa de recessão econômica, considerada inclusive nos Estados Unidos como a mais grave desde o craque de 1929. Mais ainda, o Sr. Robert McNamara declarou, como Presidente do Banco Mundial, que o único país que ele encontrou, concreta e objetivamente, tentando uma saída alternativa, através de um projeto visível, foi exatamente o Brasil através do programa do álcool.

Mas, cheguei a outro ponto levantado pelo Senador Leite Chaves. É muito fácil dizer que os países industrializados se preparam e que o Brasil não se preparou. É muito fácil, quando os países industrializados têm capacidade de resposta que um país, como o Brasil, não tem, e darei o exemplo imediato. O primeiro choque de petróleo foi absorvido pelos industrializados da trilateral como? Primeiro, por uma indução de inflação interna que chegou a 30% no Japão. Segundo, em consequência dessa inflação, a diminuição real do pagamento pelo preço do óleo pago. Terceiro, o aumento interno dos preços e, consequentemente a venda para nós de produtos industrializados, embutida nesse preço, nesse aumento, a inflação interna. Consequentemente, nós é que estamos comprando inflação interna. Então, essas táticas que os países industrializados podem exercer completam-se por um lado amargo, que tem sido reclamado continuamente por nós. Qual é? Que eles ainda nos impuseram uma espécie de licitação pelo mínimo dos bens que produzimos. Temos que produzir cada vez em maior número para termos a mesma quantidade em dinheiro.

E ainda mais, que deixei para o fim e talvez seja o mais importante, todos esses países passaram a ser os países prediletos, preferidos, pela OPEP para fazer a aplicação do petrodólar. A reciclagem do petrodólar não se deu em banco nacional brasileiro, não se deu em banco privado brasileiro, não recebemos nada. Quanto havia de saldo da OPEP em 1973? Menos de 6 bilhões de dólares. Quanto está previsto para o ano de 1980? Cento e vinte bilhões de dólares. E não se presta atenção a isto! É preciso que um homem da lucidez, com seus noventa e tantos anos, como Eugênio Gudin, declare que isto é uma espécie de confisco que estamos pagando, é um resgate que estamos pagando, a cada ano, aos países produtores de petróleo.

Há dias, alegre, eu li do ilustre escritor Fernando Pedreira a imagem do garrote vil que estamos pagando a cada mês.

Vou antecipar parte do que eu tinha escrito para conduzir este discurso.

Quando eu pertencia ao Governo Médici, no seu último ano de governo, o que foi pago por aquele Governo para comprar 800 mil barris de petróleo, por dia, importados, corresponde ao que pagamos hoje por mês. Mas tenta-se sempre dizer que o petróleo é uma explicação fácil, é uma explicação que o Governo dá para mascarar a incompetência dos seus dirigentes.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Se me permite, ouço primeiro o ilustre Senador Luiz Cavalcante, que me mostrou expectativa de aparte.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Muito grato ao eminente colega. Eu próprio lamento, meu caro Líder, é que este meu aparte já não tenha muita oportunidade neste ponto do discurso de V. Ex^a. Ele, na verdade, se refere, digamos, ao começo do seu discurso. E aqui não vou fazer nenhuma crítica à Oposição, não tenho autoridade para isso e nem desejo mesmo. Mas, eminentes figuras da Oposição, o Senador Roberto Saturnino, principalmente, talvez de todos nós seja o único verdadeiro economista de e maiúsculo...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Muito bem!

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — ...mas ele é, sem dúvida alguma, muito mais estatizante do que pela economia liberal. Por outro lado, a Oposição — e se eu estivesse lá faria a mesma coisa — vive mostrando a sua não concordância ao monopólio do poder que está aqui do lado do Ocidente. E por que está? Por nossa causa, aqui no Plenário, por nós Senadores, pelos Deputados? Não! Na minha ótica, meus eminentes colegas de um lado e do outro, esse monopólio do poder que nós desfrutamos reside muito mais nessa pletera de companhias estatais. Basta dizer que as 60 maiores empresas estatais brasileiras e suas 153 subsidiárias têm um orçamento que, já depois dos últimos cortes, ficou em três bilhões e cento e setenta e quatro milhões de cruzeiros, quando o Orçamento da Nação toda não vai a um bilhão de cruzeiros. Então, é um Estado pequeno dentro do Estado maior. Só o orçamento da PETROBRÁS, uma única companhia, vai a 750 bilhões de cruzeiros; 25% a mais do que o orçamento de todos os Estados do Brasil, inclusive o colossal São Paulo. Todos juntos vão apenas a 600 bilhões de cruzeiros. Então, meus caros colegas, permito-me nesta oportunidade, eu que sou pela economia liberal, fazer um apelo a V. Ex^s para que se detenham nesse ponto e se tornem menos estatizantes. Muito obrigado, eminente colega.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ouço o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Nobre Líder, para fazer uma referência ao problema levantado pelo nobre Senador Leite Chaves. Na realidade, o Brasil foi um dos poucos países que juntamente com a Europa, fez economia na compra de petróleo. Porque, como sabemos, os Estados Unidos, ao contrário, aproveitaram a crise para aumentar os seus estoques. Na reunião de Tóquio, do ano atrasado se não me engano, uma das decisões foi que o Japão teria também as suas cotas não diminuídas e, ao contrário, aumentadas. Por outro lado, recentemente na reunião da Itália, os grandes países se reuniram para buscar uma solução de substituição do petróleo através de novas fontes de combustível.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Se V. Ex^a me permite aduzir, foi o número um da nota conjunta como resolução da reunião de Veneza.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Exatamente, quando se sabe que o Brasil, embora se diga que tenha partido atrasado com o Programa do Alcool, é talvez um dos únicos países que ainda tem um programa dessa natureza em andamento.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ouço o nobre Líder Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — V. Ex^a sabe que eu prefiro ouvi-lo a interrompê-lo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — A recíproca é verdadeira quando estamos em posições opostas.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Mas, como V. Ex^a está tocando num assunto que, muitas vezes, foi debatido nesta Casa, eu me permitiria lembrar, até para render homenagens ao Senador Saturnino que, aqui, logo que chegamos ao Senado, ainda no ano de 75, e a crise do petróleo mundial já estava em pleno curso, o nobre Senador Saturnino chamava a atenção para o que estava acontecendo e o que presumivelmente deveria acontecer. E, membro da Oposição, sugeria, clamava por medidas apropriadas, de modo a que em tempo próprio, e sem sofrimentos maiores, a Nação pudesse suportar aquilo que se avizinhava além do que já vinha a sofrer. Eu me recorro que S. Ex^a falou na necessidade de uma racionalização.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Não; racionamento.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Se V. Ex^a me permite.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Desculpe.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Racionalização. Ao que logo bradaram os nossos eminentes colegas da Bancada governista, que àquele tempo se chamava arenista, dizendo que o Senador defendia o racionamento, e que isso teria tais e tais consequências danosas, mas que o Governo não chegaria a este ponto porque a Oposição era pessimista. Quando foi dito que, se nós não fizéssemos uma racionalização, chegaríamos sim, à necessidade do racionamento. Mas, racionamento ou racionalização, já então se dizia que havia necessidade de reduzir, na medida do possível, através de um convencimento da população, os gastos com esse bem e sem o que a civilização moderna pára. E, quando esta tese era defendida, nobre Senador, não por V. Ex^a mas por um ilustre companheiro nosso, que não se encontra aqui agora, a resposta era aquela, tranqüila e soberana: que a diminuição no consumo do petróleo se daria através da elevação do preço. Esta era a medida. Nunca jamais o Governo aceitou a tese defendida pela Oposição, da necessidade de se demonstrar à população que era preciso e possível reduzir o consumo. Até porque nunca jamais, por exemplo, se solicitou uma palavra da Oposição, nesse sentido, até porque a Oposição era composta de "inimigos", àquele tempo. De modo que o quadro que V. Ex^a desenha corresponde a fatos notórios, reais, à gravidade do problema. Mas perdoe-me V. Ex^a se eu disser que foram perdidos os melhores anos para, com tempo e sem dores maiores, ser reduzido um consumo que, ainda hoje, no meu modo de ver, é perdulário.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Agradeço ao nobre Senador Paulo Brossard — e já havia dito, anunciado à Casa — que eu preferia tratar autonomamente esse tema, tão importante ele é, num segundo discurso. Mas, não deixarei de fazer observação imediata, após dar o aparte que me pede o Senador Bernardino Viana.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Agradeço muito ao Senador Jarbas Passarinho, nosso Líder, e queria lembrar apenas o seguinte: o PROÁL-COOL e o Programa Atômico Brasileiro datam de 1975. Nessa época, também, se acelerou o programa hidrelétrico brasileiro com a implantação de grandes hidrelétricas, inclusive, aproveitando-se o potencial dos rios que demandavam à Região Sudeste brasileira. Posteriormente, o Governo se interessou e deflagrou o Programa do Carvão — o aproveitamento do carvão de Santa Catarina e Rio Grande do Sul — e lançou, também ao mesmo tempo, um programa muito importante para a economia de combustível que é o Programa de Transportes Alternativos para a economia de combustível. Era este o aparte que queria dar a V. Ex^a.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Muito obrigado. Agradeço muito a V. Ex^a e peço que quando formos tratar do tema autonomamente, como disse, V. Ex^a volte a me honrar com o aparte para desenvolvermos mais em profundidade.

Mas, veja bem V. Ex^a, o que a Oposição diz — e eu me permitiria fazer uma lembrança à memória por todos nós louvada, tanto quanto à excepcional inteligência do Senador Paulo Brossard; é que a Oposição fala claramente em racionamento, e já fala há algum tempo. É apenas uma questão de escolha. Governos socialistas podem racionar com êxito, e êxito relativo, suponho eu.

Ainda ontem eu lia qualquer coisa a respeito de um jornalista que me parece, pela própria declaração do jornal, inteiramente isento em relação à União Soviética, mostrando lados positivos que ele tinha colhido durante a cobertura das Olimpíadas, dizendo, por exemplo, que não faltava dinheiro aos russos, mesmo aos de categoria salarial média e até menor; o que faltava era suprimento. Então, ele poderia ter até o dinheiro no bolso, mas não tinha o que comprar, porque o racionamento funciona de uma maneira que deve responder exatamente ao plano, ao plano centralizado. E é aquele no qual o

Ministro Delfim Netto não aceita falar, porque é uma questão de concepção, é uma questão conceptual.

Ora, aqui no caso, nenhum país de economia de mercado, — e estou me oferecendo para ser triturado pela Oposição, inclusive pelo Senador Roberto Saturnino, — nenhum país de economia de mercado e conseqüentemente de regime democrático, estabeleceu o racionamento. Nem aqueles a que se referiu o Senador Leite Chaves, que teriam se ajustado, não racionaram. Elevaram os preços. E foi exatamente da política de elevação de preços que eles se socorreram, como pretendeu se socorrer o Brasil.

Mas, teremos oportunidade enorme de discutir isso, tempo a tempo, tempo integral. Estou apenas me antecipando.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Citei V. Ex^a Dou-lhe a palavra com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Senador Jarbas Passarinho, eu tive o cuidado, nos meus pronunciamentos, de distinguir sempre a posição pessoal da posição do Partido. A minha posição pessoal era pelo racionamento. Falei em racionamento na minha campanha eleitoral, em 1974, falei na televisão. Agora quando falava em nome do Partido, pela liderança, eu falava claramente: é preciso restringir o consumo não pela via do preço, mas por via de medidas administrativas. Citava até a restrição à circulação dos automóveis no centros congestionados das grandes cidades, à velocidade nas estradas, e, no caso de não se produzir um efeito contracionista, então ir-se-ia ao racionamento. E eu discordo de V. Ex^a, quando diz que é uma medida exclusiva de países socialistas nem de economias...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Pois eu gostaria de receber essa lição.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a deve ter ouvido, como eu ouvi, o Presidente da República falar em economia de guerra...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — É outra coisa.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Em economia de guerra se faz racionamento. Efetivamente a dependência do Brasil é de tal ordem...

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — E o ilustre General Figueiredo anunciou o racionamento, logo depois foi contestado pelas Lideranças...

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Quando o Presidente Geisel refutou o racionamento não foi por essa razão, foi porque o racionamento deslustraria a imagem do País no exterior. Eu ouvi isto, e V. Ex^a também deve ter ouvido. Lembro-me, Senador Passarinho, de um debate que tive, na televisão, organizado pela Agência Nacional, que era para ser distribuído por todo o País. Porém não vi esse debate passar em nenhuma emissora do Brasil. De fato, debati com o Ministro Mário Henrique Simonsen e com o ilustre Senador José Sarney, que lamentavelmente não está aqui, pois ele me ajudaria a lembrar.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Talvez até explicasse porque não foi levado à televisão.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Talvez explicasse a razão. E eu defendia a restrição pela via de medidas administrativas e a resposta que me dava o Ministro e o ilustre Senador Presidente da ARENA era de que isso não adiantava nada, porque reduzir só o consumo de gasolina não resolveria o problema porque tinha o diesel, o óleo. Eu dizia que não, porque era possível mudar a estrutura de refino e eles me contestavam, dizendo que não era possível. Mas hoje a estrutura de refino está se alterando, o que efetivamente é possível. Então reduzir-se-iam as importações de petróleo. O que havia era uma condenação; simplesmente era a teoria do preço, que prevaleceu. Assisti, nobre Senador, também, essas revelações que, às vezes, a gente não comenta por pejo. Assisti, em reunião social, na casa do ex-Ministro Severo Gomes, que era um defensor do racionamento e era um defensor rigoroso, um defensor enfático do Programa do Alcool; assisti um debate informal do qual participaram dois outros Ministros daquela época, onde o Programa do Alcool era simplesmente ridicularizado: "Ah, isso é uma bobagem, isso é uma utopia, a coisa é a gasolina e não adianta racionar, não adianta diminuir, o Brasil tem as suas reservas, tem a dívida mais bem administrada do Mundo". Essas coisas que nos cansamos de ouvir, nobre Senador. Agora, passados os anos, estamos aí diante dessa situação grave, provando que realmente as medidas têm sua oportunidade. Naquela época um racionamentozinho teria produzido um grande efeito multiplicado pelo tempo. Hoje na verdade, estamos numa situação bem mais difícil.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Agradeço a V. Ex^a, mas eu pretendo retomar o centro do meu discurso, evidentemente desviado para segundo problema. Mas eu vou ainda chegar a ele, para não dizer que utilizei este argumento para fugir de um debate, de modo algum.

Nobre Senador Roberto Saturnino, esperei que V. Ex^a me dissesse quais as palavras do Presidente que teria falado em economia de guerra; qual é o país de economia de mercado que fez racionamento de 1974 para cá.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — V. Ex^a aguardará um momentinho. Apreendi com um mestre chamado Franco Montoro que devemos dar o aparte no momento oportuno, este não é.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — Para V. Ex^a não, mas para o assunto é. É precisamente para responder à pergunta de V. Ex^a, pois V. Ex^a está perguntando pela terceira vez se há algum país democrático que tenha feito racionamento. Eu respondo sim.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Eu concedo o aparte, porque dando ou não dando, V. Ex^a vai exercitá-lo. Por favor, V. Ex^a use o microfone.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — V. Ex^a pergunta se algum país democrático pode ser apontado como tendo feito racionamento. Eu aponto a V. Ex^a dois exemplos concretos. Os Estados Unidos, é um país de economia de mercado...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Racionamento de petróleo?

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — Sim. Não se permite a venda de mais de dez litros de gasolina.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Isso não é racionamento, Senador. Isto é restrição.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — V. Ex^a confunde racionamento com simonetas, o que é outra coisa. Isto é racionamento sim.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — V. Ex^a é quem confunde. Não há racionamento.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — Mas quando falamos em racionamento, V. Ex^a entende que o racionamento apenas...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — V. Ex^a vai me desculpar, mas isto não é racionamento. Assim V. Ex^as diriam que o Brasil também faz racionamento porque fechamos os postos aos sábados e domingos. Conseqüentemente também raciona. Não é esse o sentido de racionamento? Eu gostaria de discutir o problema em termos realmente concretos. Não há racionamento em termos de que cada pessoa disponha de um talão para compra...

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — Esta restrição nunca foi proposta pela Oposição.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Como há restrição no Brasil, desde o começo, em não admitir a compra além dos 960 mil barris por dia para importação. Nesse campo, a Oposição acabaria dizendo que o Governo já está fazendo o que ela prescreve. Por isso é que gostaria, como disse ao Senador Franco Montoro,...

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — V. Ex^a não permitiu que terminasse o meu aparte.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Está se tentando tirar-me do centro do discurso, para ir se discutir questões como esta que, no fundo, serão de conceito de valor. Afirmando porque estudei também. Não há um desses países que tenha talão de racionamento.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — V. Ex^a agora acrescenta coisa diferente. Permite que conclua o aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Pois não.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — V. Ex^a agora fez um adendo que altera a natureza da pergunta.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — V. Ex^a é um grande mestre de Direito.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — V. Ex^a perguntou: algum país democrático tem racionamento? Eu respondo: sim. Dou dois exemplos: Estados Unidos e Venezuela. Na Venezuela, não por razões de economia de pe-

trôleo, mas por problemas de tráfego, os carros de final 1 e 6 não podem circular às segundas-feiras; 3 e 7 não circulam às terças-feiras e assim, 20% dos automóveis não podem circular cada dia. É uma forma de racionamento...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — É isso que o Senador chama de racionalização?

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — V. Ex^a alterou e falou em racionamento, apenas. Para V. Ex^a racionamento é apenas aquilo que foi proposto pelo Governo, baixado em má hora, por decreto, e em boa hora revogado: é a simoneta. Isso é burocratização, não é racionamento. É uma forma de racionamento, a forma burocratizada e a forma absolutamente contra-indicada. Nunca a Oposição propôs o racionamento sob a forma de talões; pelo contrário, ela se opôs a isso. Mas defendeu, sempre, medidas de efetivo consumo e racionamento do petróleo. E tem V. Ex^a os dois exemplos que aí estão.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Gostaria, mais do que, nunca, que o meu discurso fosse honrado com a participação de meus companheiros porque acho que nós todos estamos à busca de solução de proveito para este País e não apenas de vantagem eleitoral do Governo ou da Oposição. Mas é meu direito admitir que a discussão não deve sair do centro dos assuntos para os quais o discurso leva. Assim, por exemplo, temos claramente aqui indicado pelo Deputado Alceu Collares, na entrevista que deu, esta expressão:

“No campo econômico, a Oposição ofereceu no início da crise do petróleo um estudo para o racionamento da gasolina, do óleo diesel, do óleo combustível. Não havia, e não há outra saída.”

Ao que eu sei, por informações do próprio Deputado, este racionamento previa precisamente o consumo individual mediante exigência de restrição para cada um. Ora, se nós vamos discutir racionalização, que é outra coisa, o Governo fez...

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — O plano foi apresentado ao Senado Federal, mas não pôde passar.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Perdão, Senador, não me atrepele. V. Ex^a tem uma voz portentosa, tem uma inteligência cintilante, de maneira que quando V. Ex^a toma o microfone eu ouço V. Ex^a. Quando começa a responder, V. Ex^a cobre a minha voz. Peço, então, que eu termine o meu raciocínio. O meu raciocínio é precisamente este: racionalização é aquilo que o Senador disse, que ele chama de racionamento, que se faz na Venezuela. Seria aqui no caso, por exemplo, as placas pares e as ímpares, num dia e no outro dia da semana. Racionalização e não racionamento. O racionamento seria exatamente a restrição individual do poder de compra; em qualquer lugar do mundo é isso. O resto é racionalização feita pelo Governo, impedindo que essa compra possa ser feita de maneira ilimitada, isto sim; de maneira que nós podemos ficar discutindo...

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — Vender 10 litros de gasolina é racionamento? Ou não é?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Nobre Senador Roberto Saturnino, se V. Ex^a chama de racionamento a isso nós estamos de acordo e eu chamo de racionalização. E V. Ex^a dirá que o Governo está racionando, porque está fazendo exatamente isso, na medida em que não permite que os postos fiquem abertos todos os dias da semana. É uma forma de racionalização; e à noite inclusive. De maneira que troca a placa por esse outro sistema; então, está feita a racionalização, do mesmo jeito. V. Ex^a concorda que está havendo racionamento. A Oposição estaria satisfeita? Não; não está. O racionamento que a Oposição prega é outro.

Aliás, nobre Senador Franco Montoro, eu sei o pensamento de V. Ex^a; eu conheço o pensamento de alguns companheiros do seu Partido, que não se afinam com o pensamento de V. Ex^a. Agora, eu aprendi mais uma coisa aqui, porque todos os dias nós aprendemos. Quero dizer com o maior respeito ao meu colega, Senador Roberto Saturnino, que eu não tinha feito a distinção. Quando S. Ex^a falava ocupando a tribuna, em economia, eu estava sempre convencido de que S. Ex^a defendia um ponto de vista partidário também. S. Ex^a foi aqui, sempre, um dos mais brilhantes vice-líderes. Fica difícil separar as coisas. Mas, aí do Partido de V. Ex^a, nobre Senador Roberto Saturnino, se no campo da Economia o pensamento de V. Ex^a e o do Senador Franco Montoro não forem os pensamentos oficiais! Eu devo confessar que de tudo que eu li, sem desdouro para ninguém — não seria grosseiro a este ponto — dentro do PMDB, o que eu li como receita de salvação nacional só tem sentido, sistematicamente falando, naquilo que li de ambos. Um, no caso das empresas comunitárias, no sentido comunitário de vida, e no outro caso, especificamente, nas medidas que vou comentar uma por uma, no mínimo,

em elogio humilde que posso fazer àquele que o nobre Senador Luiz Cavalcante já disse que, por consenso aqui, é entre nós o único ou o maior economista que aqui se encontra.

Mas, eu falava sobre os pontos das restrições das importações. Concluo por mais uma, para que o Senador Paulo Brossard não diga que estou confundindo a caricatura com o retrato.

Outra vez, em aparte, o nobre Senador Agenor Maria enriqueceu o discurso do Senador Roberto Saturnino dizendo assim: “É preciso acabar com essa história” — é mais ou menos isso, é textual — “de tomar dinheiro de quinze em quinze dias. Temos que viver nos limites das nossas possibilidades”. O nobre Senador Roberto Saturnino, gentilmente, concordou. Ora, todo país subdesenvolvido é um país tomador de dinheiro. É uma das definições de país subdesenvolvido e em desenvolvimento; tem que ser tomador de dinheiro. Aquilo que na linguagem específica do economista se chama hiato de recursos só tem sentido de uma maneira; só posso suprir esse hiato de recursos de três modos: ou trago capital estrangeiro emprestado, ou capital estrangeiro investido, ou gasto as poupanças internas, que são representadas pelas reservas. Não há quatro alternativas, de maneira que quando se pretende suprir o hiato de recursos só se pode suprir através de tomada de dinheiro, tomada de empréstimo ou investimentos. Isso só se faz com credibilidade; sem credibilidade, ninguém faz.

Ainda ontem, passava a vista em um trabalho, em inglês, a respeito da condenação do Fundo Monetário Internacional, não ao Brasil, mas àqueles países que estão tomando petrodólares exclusivamente para compensar as despesas com o petróleo, sem nenhum efeito reprodutivo. Também não poderíamos fazer isso, porque se fizéssemos isso, com a responsabilidade que temos de dar um milhão e meio de novos empregos, a cada ano, nós entraríamos num processo de recessão aguda e aí, sim, teríamos a convulsão social, da qual não sairíamos bem, nem nós, do Governo, nem a leal e ilustre Oposição que aqui senta nesta bancada oriental, como classificou o nobre Senador Luiz Cavalcante.

Passo à remessa de lucros. Vejamos se a remessa de lucros seria a grande solução. Li, por isso ganhei oito dias, dos dez que me proporcionou a inexcusável qualidade de anfitrião do Senador Nilo Coelho, que ora nos preside. E revigorado pelo sol e pelo sal de Pernambuco li, li tão profundamente quanto um leigo pode ler esta matéria, tanto que trouxe um texto escrito e até agora não o li, para sustentar a minha conclusão nesta matéria. Fala-se muito, sustenta-se muito, ou repetem-se muito certos *slogans*, mas sem uma contrapartida, na verdade.

Um Deputado ivetista, Jorge Cury, nesta declaração da *Manchete* declarou que esta Revolução, tão logo chegou, primou por entregar-se ao capital estrangeiro, não defender os interesses brasileiros. E a prova fundamental que dava é que, diz ele: “A Revolução de 64 foi feita em favor dos ricos contra os pobres.” É uma velha retórica tenta comprovar, dizendo: “a primeira coisa que ela fez foi revogar a Lei Sérgio Magalhães, que limitava em 10% a remessa de lucros para o exterior, que passou a ser ilimitada.” E a partir daí, então, somos acusados de entreguistas, a partir do Governo Castelo Branco, pela remessa de lucros.

Fui ler e evidentemente que, hoje, no mínimo silenciaria se essa acusação tão candente do Deputado ivetista fosse justa; mas não é justa; é absolutamente falsa. Falsa, na medida em que ele declara que a remessa de lucros é ilimitada e que o objetivo, ao destruir a Lei Sérgio Magalhães, foi exatamente este. Vivemos de soluções, no Governo Dutra, no Governo do Dr. Getúlio Vargas, que eram aleatórias, circunstanciais; a SUMOC recebia instruções conforme as conveniências, até que, exatamente em 1962, surgiu a Lei nº 4.131, se não estou equivocado. Essa Lei, que é de 3-9-62, estabelece que as remessas anuais de lucros para o exterior não poderiam exceder de 10% sobre o valor dos investimentos e reinvestimentos registrados; as remessas que ultrapassassem esse limite seriam consideradas como retorno de capital e deduzidas do registro correspondente.

Ademais, o retorno não poderia passar de 20% de capital, de maneira que no máximo, em cinco anos, poderia haver o retorno do capital ou a expatriação do capital. Os lucros excedentes de 10% seriam registrados à parte, como capital suplementar, sem dar direito à remessa de lucros futuros. A lei previa, ainda, as situações de grave desequilíbrio da balança de pagamentos, caso em que a remessa ficava restrita exclusivamente aos 10% de capital registrado. Esse é o primeiro diploma que estatui, no Brasil, uma espécie de estatuto do capital estrangeiro.

Em 1964, não pelo decreto-lei, como dizem, mas por lei, a Lei nº 4.390 de 29-8, eliminou-se a fixação de um limite absoluto para as remessas. E aí parou o raciocínio do Deputado. Como se eliminou o limite absoluto de 12%, S. Ex^a acha que agora é ilimitado e que o entreguismo funciona à vontade. Entretanto, o que é que se fez? Complementou-se a lei anterior, criando dificul-

dades, de tal modo, que todo lucro remetido que ultrapassasse 12% num triênio seria taxado com imposto de renda no local, no Brasil, em alíquotas que variam de 40 a 60%. Considerando-se o imposto de renda a que todas as pessoas jurídicas já estão obrigadas, inclusive as estrangeiras no Brasil, o acréscimo e a cumulação desses impostos é de tal ordem, que, no lugar em que não houvesse acordo bilateral, para evitar a bitributação, a tributação sobre o valor remetido para o exterior chegaria a 51,25%. Ora, isso desestimulou completamente a remessa de lucros para o exterior, além da média possível, num triênio, de 12%. E o resultado está comprovado. Tenho aqui em mãos os dados do Banco Central. Aqui está a tabela de remessa de lucros e dividendos para o exterior, desde o ano de 1969 até o ano de 1978. As taxas de remessa sobre capital existente registrado e reinvestimentos também registrados: No ano de 1969 6,96%; no ano de 1970 5,16%; depois 5,63%, 5,84%, 5,44%, 3,93%, 5,26%, 5,09%, 5,15%. Média de todo período entre 1970 e 1978 ambos inclusive, média de 5,21%.

Então, onde está o crime praticado por esta República, na hora em que mudou os 10% da Lei Magalhães para 12% no triênio, com a recomendação de taxar, duramente, o capital que passasse desse limite. Ao contrário, beneficiou-se a Nação. Ao invés de permitir como a Lei Magalhães permitia, sem o acréscimo de taxa, 10% de remessa de lucro, os lucros efetivamente remetidos estão em taxa de média de 5,21%.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite-me um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ouço o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — V. Ex^a, evidentemente, sabe que a taxa de 40 a 60% de imposto de renda sobre os lucros remetidos acima dos 12% da média do trimestre é independente da taxa do imposto de renda que é de 35% cobrado normalmente no País.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Exatamente. Mas, eu fiz o cálculo. Quando fiz o cálculo acumulado, levei em consideração esses valores que, se acumulando, dariam 51,25% sobre o total remetido. Quem vai querer remeter um valor dessa natureza, deixando, no Brasil, metade para o fisco? Então, automaticamente, reinveste e fica dentro dos limites da lei. Agora, o que há, e eu, nessa Bancada, tive oportunidade de salientar esse fato, como homem de Governo, é um outro aspecto que me preocupa, porque acresce a responsabilidade como dívida brasileira e, na verdade, não é. Sabemos, hoje, que, dos 50 bilhões registrados como dívida externa brasileira, temos 10 bilhões das multinacionais, que são objeto de empréstimos delas mesmas para elas próprias, porque vêm das matrizes para as suas filiais.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Senador Passarinho, V. Ex^a teria condições, como Líder do Governo, e já que veio hoje falar especificamente, entre outros pontos, da remessa de lucros, de informar à Casa qual foi a remessa verificada, nesses últimos dez anos, de lucros juros, e *royalties*?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Pois não. Dou a resposta à V. Ex^a agora, é que a citação de números é, de um modo geral, antipática. O meu negócio não é números.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Ainda bem.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — E, ainda poderia dar a V. Ex^a até um paralelo. V. Ex^a não me pediu mas eu o farei. Vejamos, nobre Senador Paulo Brossard, Líder do maior partido de Oposição no Oriente.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — A glória de possuir o maior Partido do ocidente foi do nosso partido.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Eu nem deveria enveredar por esse terreno. Estou falando no oriente, porque o Senador Luiz Calvante batizou assim: o maior Partido sentado no oriente.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — A maioria privou o Brasil dessa glória, naquela lamentável noite de 22 de novembro de 79.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — A maioria, nobre Senador, tem cometido alguns graves equívocos, entre eles, priva as melhores pessoas de estarem nos melhores lugares, por vezes, como é o caso de V. Ex^a. Se estivesse S. Ex^a aqui, estaria, talvez, num momento de receber aplausos de todos nós. Estando longe, recebe as críticas.

Mas, eu iria fazer a observação que me pedem e ir um pouco além do que me pediu o Senador Leite Chaves. Vou comparar as remessas de lucros para o exterior, de 1970 até 78, valor por valor, lucros e dividendos, *royalties*, com as viagens internacionais, o que gastamos para ir ao exterior.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Bom, é outra questão.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Sem dúvida, é outra questão, mas vale como certo paralelo. Porque, se estamos falando, e iniciei o discurso, dizendo que hoje só analisaria as sugestões apresentadas com o objetivo de minimizar, diminuir e, se possível, até neutralizar os débitos de conta-corrente. Este é um caso de conta-corrente — específico — é uma despesa que realizamos.

Ora, aqui, no caso, verifico — perdão-me a Casa, se me torno maçante, lendo número por número:

Em 1970: 119 milhões de dólares, Senador Leite Chaves. Anotou? Vejo que V. Ex^a anota, mas a taquigrafia, talvez, anote para V. Ex^a, com mais facilidade. 1971: 121 milhões; 1972: 164; 1973: 199 milhões; 1974: 249 milhões; 1975: 237 milhões; 1976: 348 milhões de dólares; 1977: 458 milhões de dólares; e 1978: 580 milhões de dólares.

Vou analisar, número por número, equivalente às despesas com viagens internacionais:

Em 1970, gastamos 160 milhões de dólares, com as viagens internacionais. E, como anotou o nobre Senador Leite Chaves, gastamos menos, gastamos 119 milhões com remessa de lucros. No ano seguinte, 171 milhões contra 121; 216 milhões contra 164, 264 contra 199; 317 contra 249; 421, em 1975, contra 298.

Em 1976, iniciou-se um contingenciamento: a obrigatoriedade de pagar um empréstimo compulsório sobre as viagens. E, aí, começou a cair o valor pago pelo Brasil para as viagens. Mas, ainda em 1976, devido ao efeito residual, gastamos em viagem, 348 milhões de dólares, enquanto enviamos para o exterior 360 milhões.

Em 1977, se inverte: as despesas com viagens passam para 229 milhões e as despesas com lucros e dividendos, 458 milhões.

E, em 1978, que é o último dado de que disponho, 254 milhões, contra 580 milhões.

Então, número por número, ano por ano, o que prova, portanto, que essa suposta sangria em relação à remessa de lucros para o exterior é um dado utilizado, apenas, de maneira retórica, porque, até mesmo quando tivemos a iniciativa de controlar os nossos dólares para os nossos viajantes, tivemos resultados praticamente compensadores de 50% da remessa de lucros para o exterior.

O Sr. José Richa (PMDB — PR) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ouço o nobre Senador José Richa.

O Sr. José Richa (PMDB — PR) — Não sei, Senador Jarbas Passarinho, a que V. Ex^a quer chegar, quando afirma que, na realidade, a remessa de lucros ao exterior foi bem abaixo, inclusive, do que a lei permite. Porque quer me parecer que, nesses últimos anos, principalmente, o maior atrativo às empresas multinacionais foi exatamente a baixa alíquota incidente sobre os juros remetidos ao exterior. Então, evidentemente, passou a ser muito mais atraente para a multinacional, emprestar dinheiro às suas subsidiárias do que investir. Parece-me que a razão da pequena remessa de lucros é que há um diferencial verdadeiramente estimulante entre a alíquota incidente sobre juros e sobre dividendos remetidos ao exterior. Então, creio que aí é que está a razão pela qual nestes anos, apesar da liberalidade da lei, as multinacionais terem preferido uma outra forma de relacionamento matriz-filial. Parece-me, então, que está aí o problema da baixa remessa de lucros, e não num controle mais concreto que estivesse sendo exercido, ou então por um estalo as multinacionais quererem ajudar mais o Brasil.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — V. Ex^a começou dizendo que não sabe onde eu quero chegar, isto talvez porque V. Ex^a tenha chegado um pouco tarde ao plenário. Quis chegar, exatamente, analisando ponto por ponto a receita das oposições em relação ao caso econômico brasileiro, e trouxe, nobre Senador José Richa, para cá, as expressões produzidas quer nos discursos no Congresso, quer na imprensa brasileira, dos líderes oposicionistas, cada um apresentando uma sugestão. Estou analisando uma por uma. Estou analisando a remessa de lucro porque esta foi defendida como política pelo ilustre colega de Bancada de V. Ex^a que é o Senador Pedro Simon, como sendo um ponto fulcral que deveria ser atingido. Então, estou analisando a remessa de lucro. V. Ex^a passou para a remessa de juros, e este é outro ponto que vai permitir a nossa interpretação.

V. Ex^a começa por corrigir o colega de V. Ex^a. V. Ex^a começa por me dar razão, mostrando que muito mais importante que a remessa de lucros seria, no entender de V. Ex^a, a taxa quanto à remessa de juros, e eu mostrei, antes de V. Ex^a me dar o aparte, salientei que as empresas multinacionais, devi-

do não à liberalidade, mas exatamente à falta de liberalidade da remessa de lucros, devido a sua taxa violenta em alíquotas de 40 e 60%, fugiram para o outro campo que é este a que V. Ex^a se refere, e o Governo, inclusive, já está cogitando de obter parte dessa suposta dívida externa brasileira que não é modificada de empréstimos para investimentos.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Há mais ou menos um ano que está buscando, cogitando desta fórmula.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Sim, compreendo a angústia da Oposição, realmente ela gosta das coisas em menor tempo do que nós podemos fazer. O aparte de V. Ex^a mostra o aparte de um homem angustiado, que respeito.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ouço o aparte do nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Nobre Líder, a pergunta do eminente Senador José Richa pode criar alguma confusão e, na realidade, esta confusão pode ser desfeita quando se explica que os juros também são considerados lucros, eles não só são controlados nas suas taxas, como pagam também os impostos, ao serem...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Não, os juros, eram taxados em 12,5%. Não rebati a colocação preliminar do nobre Senador José Richa porque agora, com o objetivo exatamente de tentar fazer com que parte desses empréstimos se transformasse em capital de risco, o Governo diminuiu a taxa de remessa de juros. Foi uma política adotada pelo Governo, não sei se dará certo ou não, vamos ver.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — A explicação é simples, de qualquer maneira, porque esses recursos que entram no País agora pagam, naturalmente, juros mediante taxas que são controladas pelo Governo, e mediante uma legislação também sujeita a pagamento de Imposto de Renda.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Sr. Presidente, V. Ex^a já me avverte quanto ao tempo. Agradeço a V. Ex^a, e peço desculpas aos colegas porque ...

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Lembraria apenas, nobre Senador, que quando o Congresso estava encerrando os seus trabalhos no ano passado, ou na véspera, naquela série de decretos-leis que foram expedidos, um deles praticamente isentava a taxa dos juros remetidos para o exterior.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Essa remessa transformou os 100% em 10%, reduziu de 90% o valor, é verdade, e vamos analisar isso. Eu, particularmente, sou inteiramente favorável a que essa válvula escapatória, que às vezes é muito mais do que uma válvula, seja, pos seu turno, também contida, e bem contida, porque é natural, e note-se bem, Senador José Richa, se continuasse a Lei Sérgio Magalhães, o vazamento seria por ela, e então seria interessante mandar 10%. Agora, como se sobretaxou em 40% e 60%, então, buscou-se a outra solução que é mais favorável, e o próprio Ministro Delfim Netto disse — privilegiou-se o investimento estrangeiro.

A última parte que eu pretendia discutir, Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a para concluir, é uma sugestão ao mesmo tempo do Senador Roberto Saturnino e do ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Ambos sugerem que o Brasil deve renegociar a sua dívida. Prosseguirei oportunamente — já percebo que V. Ex^a foi extremamente generoso, e me poupou pelo menos os ouvidos da campanha fazendo com que os olhos vissem a luz vermelha que aqui pisca a todo instante — para dizer que também esta é uma solução que nós no Governo não achamos boa, e chamaria a atenção, já que está presente, me deu a honra de ouvir todo esse meu desataviado discurso, o nobre Senador Roberto Saturnino, para o fato de que a simples notícia publicada há alguns dias nos jornais, ou pelo menos por um jornal, notícia esta que é frontalmente desmentida pela área econômica do Governo, de que o Brasil iria sugerir às multinacionais e aos Estados que fizessem renegociação de suas dívidas. Esta simples notícia causou-nos um grande mal, e este mal, o nobre Senador Roberto Saturnino como economista sabe, se caracteriza logo no *spread* e nos juros. Os juros que tinham baixado de 17% para 9%, com a simples notícia de que haveria uma tendência oficial, ou oficiosa, de renegociar a dívida, já ameaçam subir de maneira a considerar um novo risco. Tocarei neste ponto, e vou trazer, sobretudo para o nobre Senador Leite Chaves, que aqui falou nos países que se ajustaram, vou trazer para que S. Ex^a tome conhecimento, se por acaso não tomou, o relatório produzido pelas Nações Unidas, pelo seu Departamento Sócio-Econômico, correspondente a este

ano, fim de 1978 começo de 1980, relatório em que se declara com abertura desta notícia no *Jornal do Brasil*:

"ONU culpa alto preço do óleo pela inflação."

Jornal do Brasil, sábado, 21 de junho, I caderno, página 17. As mesmas declarações desse relatório estão reproduzidas no *Globo* do mesmo dia, no *Jornal de Brasília*, desta Capital, cujo último período tirado do relatório é o seguinte:

"A situação atual dos países em desenvolvimento é particularmente difícil."

Vou trazer ainda, aqui, a entrevista do Presidente da França que, como se sabe, é um notório candidato à reeleição, e que deu uma entrevista a um homem da estatura de Jean François Revel falando precisamente sobre a inflação e o desemprego, e a luta que a França sustenta para tentar equilibrar as finanças internas e sua balança não apenas comercial mas, também, a sua conta-corrente.

Diria, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a economia capitalista mundial está doente, e ela foi agredida pelos dois choques fundamentais de petróleo. E este é o objetivo com que virei a esta tribuna para prosseguir, honrado pelos apartes da Oposição, análise desse problema que, acredito, faz muito mais referência a cada um de nós e a todos nós, como brasileiros, do que apenas a nós, como homens, quer de Oposição, quer de Governo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ouvimos todos, atentamente, as respostas às colocações argutas, às colocações inteligentes do Senador Jarbas Passarinho, que cumpre efetivamente, com o brilho que lhe é peculiar, a difícil tarefa de defender o Governo, nesta quadra de crise em que a Nação vive; defender a política econômica do Governo que, hoje, já tem uma condenação que é praticamente unânime neste País.

S. Ex^a começou por levantar dúvida sobre posições doutrinárias, posições filosóficas da Oposição. Acho que não preciso dizer que falo, aqui, em nome da liderança do meu partido, o PMDB, e obviamente não posso abusar desta delegação e pretender, também, falar em nome de toda a Oposição. Mas, no que tange ao PMDB, está no programa do partido, está no conjunto de colocações feitas pelos seus representantes na Câmara e no Senado, está na fala do seu Presidente que, melhor do que qualquer um dos representantes, retrata a posição oficial do partido, que em matéria de filosofia, de colocação doutrinária, o partido dá ênfase à questão social, à forma, ao padrão de crescimento da economia. O PMDB considera que o importante é atender às necessidades fundamentais de todos os cidadãos brasileiros, o que já pode ser feito, no nosso entender, e para isso é preciso realizar mudanças na política econômica do País, mudança do modelo, mudança do padrão de crescimento, de forma a orientar os investimentos para aqueles setores que empregam mais mão-de-obra, setores menos dependentes de importações, enfim, os setores que mais atendem às necessidades fundamentais das populações mais carentes.

Essa ênfase é realmente colocada em primeiro plano, isto é, a questão social para o PMDB é fundamental e precede as demais. Ou seja, é importante combater a inflação porque ela corrói os rendimentos da população assalariada; é importante manter um certo nível, uma taxa mínima de crescimento da economia porque é a via pela qual vai-se melhorar a possibilidade desse atendimento social. Mas a ênfase, efetivamente, é no fator trabalho, no atendimento das questões sociais, o que difere e difere frontalmente das posições do Governo, conforme fica bastante claro no texto que tenho em mãos do Ministro Delfim Netto, na sua palestra realizada na Escola Superior de Guerra, agora, em maio último, em maio de 1980, onde ele coloca as prioridades do Governo, que seriam: crescer a economia, reduzir a taxa de inflação, reduzir a dependência, e como quarta prioridade, finalmente, o que me parece ser o quarto problema — temos que resolver essas três questões não agravando o problema da distribuição da renda, ou não criando condições para esse agravamento; e sempre que possível combinando a solução dos três problemas com uma melhoria na distribuição dos benefícios.

A colocação é bastante clara; quer dizer, a ênfase é no crescimento, a ênfase é no problema da inflação e, sempre que possível, atender à questão social. A nossa colocação filosófica é contrária, a nossa colocação doutrinária é atender à questão social. Agora, combater a inflação por causa da questão social; buscar o crescimento para melhorar as condições de vida do homem.

Mas, realmente, a prioridade fundamental do PMDB — isto está bastante claro no nosso programa — é a questão social, é a redistribuição da riqueza nacional, dos frutos do progresso realizado.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Com prazer.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Nobre Senador Roberto Saturnino, parece que até aí não há nenhuma discordância.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Acabei de mostrar que há.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Não há nenhuma discordância, repito, porque apenas se inverte, mas os objetivos...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Mas essa inversão de hierarquia, para nós, é muito importante.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — É importante, mas V. Ex^a sabe que para resolver o problema social é preciso resolver primeiro o problema econômico; é preciso fazer uma economia dirigida para a solução do problema social; logo, o problema social está indissolúvelmente ligado ao problema econômico.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — V. Ex^a vai-me perdoar, mas tanto não está que o objetivo crescente tem sido atendido; este País tem crescido a taxas efetivamente muito elevadas, mas o que tem falhado é exatamente o lado social. Então, aí é que entra a questão da ênfase que, a nosso ver, continua prevalecendo. Estas palavras do Ministro Delfim Netto “quando possível atender ao lado social”, já ouvimos esta canção; era dita de outra forma; era dito que era preciso crescer o bolo para depois repartir, mas é a mesma melodia com outra letra, é a mesma canção, e nós já conhecemos esta canção. Aí é que reside fundamentalmente a discrepância, a divergência de natureza filosófica, de natureza doutrinária entre a Oposição e o Governo.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — V. Ex^a me permite? (Assentimento do orador.) O que quero dizer é que, de qualquer modo, a solução do problema social necessita de um caminho econômico. Mas o que se discute, e que o nobre Senador Jarbas Passarinho mostrou, é que a Oposição não sabe como atingir esse objetivo, nem o econômico e nem o social. Embora V. Ex^a tenha uma maneira de pensar, já aqui tantas vezes exposta, seria muito difícil, nobre Senador, V. Ex^a definir a posição do PMDB, conciliando a posição de V. Ex^a, conciliando a posição do Deputado Thales Ramalho, do Senador Pedro Simon, do Senador Agenor Maria, e tantas outras que aqui se repetem, sem a menor coerência, para dar a tal unidade a que V. Ex^a se refere, numa vaga menção ao problema social.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Senador José Lins, falo em nome do meu partido e uso o programa do meu partido. Não posso fazer mais do que isso; como disse a V. Ex^a, não posso extrapolar, extravazar das alegações...

O Sr. José Lins (PDS — CE) — O programa está em desacordo com o pensamento dos Líderes.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Senador, não me consta que nenhum dos líderes do PMDB, nesta questão, tenha discrepado da posição do partido. A posição do partido é absolutamente clara; é mudar o padrão de crescimento; é crescer sim. Nenhum de nós está advogando o crescimento zero; é crescer sim, mas com um padrão de crescimento diferente. Para usar uma linguagem muito simplista, é crescer menos pelo lado automobilista, ou pela floresta de viadutos e supertúneis para dar vazão, ou das superestradas, e crescer mais pelo lado dos alimentos, dos tecidos, dos calçados, da habitação, do mobiliário, enfim, é por aí. Por quê? Porque gera maiores empregos, porque atende às necessidades fundamentais da população; porque não depende tanto de importações. É por aí o nosso caminho. Efetivamente, é um caminho bastante diferente. O caminho buscado pelo Governo, até aqui, foi o crescimento econômico, como meta prioritária. Está aqui na palestra de março de 1980, do Ministro Delfim Netto, que como eu disse é uma velha canção, dita com outra letra, mas a melodia é a mesma, e nós já ouvimos. Então, é a reafirmação da divergência fundamental, no campo filosófico, no campo doutrinário.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Ouço o nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Senador Roberto Saturnino, veja V. Ex^a o erro: retirar do comportamento e do pensamento do Governo refletido

nesse aparte do Senador José Lins, que é um dos Vice-líderes brilhantes, sem dúvida, nesta Casa. O que S. Ex^a diz? Repete a “teoria do bolo”, que é aumentar a produção. Veja V. Ex^a: se aumentássemos a produção, se a triplicássemos no Brasil, nem por isso conteríamos a miséria. Se, este ano, triplicássemos a produção agrícola, nem por isso eliminaríamos a marginalização que há no campo, porque a luta não é apenas para o aumento da produção, mas para que o resultado dessa produção seja o resultado do esforço do maior número de pessoas. Se V. Ex^a concede financiamentos e triplica, por exemplo, a produção agrícola, ela continua a pertencer aos mesmos latifundiários, aos mesmos produtores. Então, a tese da Oposição tem sido certa: é divisão. De que o resultado desse esforço, o resultado dessa produção seja a concorrência do esforço do maior número de pessoas. Daí o erro da renda *per capita* em que há a anedota que o Roberto Campos diz: “Bem, eu ganho tanto, a minha empregada ganha tanto, fulano ganha tanto, a renda *per capita* é tanto”. V. Ex^a tem falado uma linguagem extremamente clara e, depois desses quatro anos repetidos aqui, de denúncias contra os desacertos, estamos a cavaleiro para mostrar que o Governo está totalmente perdido. E chega o Senador Jarbas Passarinho, com todo o seu brilho, e diz: “Bem, a remessa de lucros não é o erro”. E, finalmente, eles não têm saída, estão manifestamente perdidos. S. Ex^a hoje, não pregou uma tese, disse que esse caminho tal não poderia deixar de ser seguido, mas não há um caminho, não oferece, como Líder do Governo, um caminho; mostra que o Governo está perdido, que usou todos os seus trunfos e que, agora, se encontra na floresta sem uma verdade que lhe mostre a saída do túnel.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Como V. Ex^a disse que ficou em dúvida a quem dar a prioridade, acho que, naturalmente, deve dá-la ao Senador Leite Chaves, por todos os títulos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Julguei ter ouvido o pedido dele com um mínimo de anterioridade ao de V. Ex^a.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Acho que V. Ex^a devia ter dado, ainda que não tivesse ouvido. Primeiro, porque trata-se de um homem brilhante e segundo porque está no limbo. S. Ex^a não sabe a que partido pertence.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Está classificado na Oposição. Está na banda oriental.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Sem partido, mas contra a filosofia das lendas.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Depositava algumas esperanças de que um homem sem partido, que fica no limbo, de algum modo, pudesse no momento ser, pelo menos, isento em relação à análise crítica que as Oposições fazem. Por isso eu disse que era bom que V. Ex^a tivesse dado o aparte a ele. Mas, nobre Senador Saturnino, peço a V. Ex^a que não prossiga num campo, pelo menos, pois vai ser muito difícil, mesmo para um homem brilhante como V. Ex^a, querer provar que não existe um cipóal de conflito conceptual dentro das Oposições. Não citei levianamente, parti de cada uma das entrevistas que selecionei para caracterizar questões doutrinárias. Um Estado neoliberal, que uma parte da Oposição defende e um Estado intervencionista, como V. Ex^a defende, não são coisas homogêneas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Já vou chegar ao ponto onde V. Ex^a...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Quanto ao PMDB — por isso, eu tive o cuidado de primeiro falar em oposições — como oposição não; que querem as oposições, sim. E é até salutar, porque não haveria sentido nós fazermos uma reforma partidária, se no final as oposições fossem todas representadas apenas pelo pensamento, por mais brilhante que seja, de V. Ex^a. Há os que pensam diferente de V. Ex^a, dentro do campo da Oposição, como desde logo fez questão de salientar o Senador Leite Chaves. Mas eu duvido, por exemplo, quando discutíssemos aqui, *shopping center*, que V. Ex^a tivesse o mesmo pensamento que tem o nobre Senador pelo Paraná. São coisas do varejo que representam divergência do atacado. Quanto a este ponto, não tenho dúvida. Segundo: V. Ex^a leu com muita precisão, a palavra do Ministro, e assim, à primeira vista, dá a impressão de que o Ministro deixa para as calendas gregas, ...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — À segunda vista, também. Eu vou mostrar a V. Ex^a que à segunda vista, também.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Tenho a impressão nítida de que o problema aí está, outra vez, no conflito de concepções. O Ministro não tem, evidentemente, a idéia de que o problema social deve ser um resíduo, um corolário, se for, do teorema fundamental, mas sim, o que acabou de salientar o nobre Senador José Lins. É que ele acha que as coisas estão intimamente ligadas, são como setores ligados. Ele não poderá tratar de distribuição sem que proporcione um crescimento para distribuir. Não é a estória do "bolo" da velha linguagem, não, mas realmente uma colocação indiscutível que se pode dizer, pelo absurdo que um Conselheiro Acácio diria muito facilmente: "Eu não posso dar o que não tenho". Então é preciso realmente proporcionar a este País, um crescimento mínimo entre 5 e 6%, para garantir ao menos o *status quo* de subemprego, de dificuldades em que vivemos, mas ir muito além disso, — e aí, sim, eu respeito a colocação de V. Ex^a — entre um tipo de aplicação seletiva e outro tipo. Eu, particularmente, concordo com V. Ex^a que deve ser preferida aquela que der maior resposta social.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Nobre Senador, eu gostaria só de, em adendo ao que vinha dizendo, ressaltar que li com muita atenção esta palestra do Ministro Delfim Netto e, realmente, esta sutil diferença filosófica que é sutil, mas que é extremamente importante, que é a mais importante sob o nosso ponto de vista — está expressa com uma clareza meridiana e repetida em várias passagens de sua palestra. O Ministro coloca a questão da redistribuição como uma prioridade quarta e isto, repetido, porque S. Ex^a quis ser claro, quis ser explícito, não quis deixar dúvidas quanto à prioridade do crescimento, quanto à prioridade do combate à inflação e a uma prioridade de segundo plano, sempre que possível, quando for possível, atender ao lado social.

E adiante, quando perguntado pelo sexto debatedor sobre o problema da distribuição de riquezas, o Ministro tentou ironizar e disse: "Este é um dos campos, aliás, onde se diz a maior quantidade de bobagens neste País". Veja bem: "Este" um dos campos, aliás, onde se diz a maior quantidade de bobagens neste País".

Mas, logo adiante, o próprio Ministro, que é um economista emérito, cuja inteligência, cujo saber ninguém discute, diz textualmente, nobre Senador Passarinho, uma enorme bobagem, que um estudante de Economia não diria, quando ele faz uma explicaçãozinha para o sexto debatedor, dizendo que se fala muito no coeficiente de Gini, mas ele é simplesmente o resultado do crescimento. Isto é, se tivéssemos um cidadão ganhando 100 e um outro ganhando 200, construído o indicador de Gini, dá um número; agora, o que estava ganhando 100, passa a ganhar 200 e o que estava ganhando 200, passa a ganhar 400. O Indicador de Gini cresce porque ele mede a distância; então as pessoas não sabem o que o Indicador mede e que o bem-estar diminuiu.

Não é verdade, o Indicador permaneceria, nesse caso, exatamente o mesmo, porque ele mede a relação da distribuição, não mede as quantidades... O que o Ministro quis dizer — e ele sabe muito bem, não admito que um Ministro não saiba disso — é que, com o crescimento, o Coeficiente de Gini se elastece. Mas não é verdade! O crescimento nesse exemplozinho dele permaneceria exatamente o mesmo.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Nobre Senador eu não discuto o exemplo numérico, mas as frases do Ministro. O Coeficiente de Gini marca, realmente, distância espacial.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Marca a distribuição relativa; distâncias absolutas, não, nobre Senador. Tanto por cento da população tem tanto por cento da renda. É isso que marca e, não, se permanecer a mesma distribuição relativa, crescendo todo mundo, o coeficiente não se altera não, Senador.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Mas, não é isso!

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Mas é o que ele disse aqui. Ele disse que se dizia bobagem e ele mesmo disse uma enorme bobagem.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Não, vejamos se como está colocado aí, se o Ministro teve até tempo de rever o exemplo numérico. Lembro-me, aqui, de um debate que foi um dos meus momentos de alegria neste Congresso, entre o Senador Roberto Saturnino e o Ministro Mário Henrique Simonsen. Depois, eu fui ler, porque leio a obra com muito agrado; nem sempre sou obrigado, como um Líder de Oposição me diz, a ler as coisas que desagradam, mas por dever de ofício. Li e verifiquei que o exemplo que o Economista e Ministro na época, Mário Simonsen, citou, em relação ao coeficiente de Gini foi, por exemplo, as sociedades primárias, as comunidades primárias, como uma comunidade indígena, onde o coeficiente seria único.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Não, é completamente diferente, mas não quer dizer que, se a sociedade primária indígena crescer toda com o mesmo sistema, que o coeficiente vá aumentar, não, não vai não, o coeficiente vai permanecer exatamente...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Não, não aumenta, mas, dentro da distribuição da miséria como um todo, ele continua apresentando um excelente coeficiente. Então, por isso é que interpretei a palavra do Ministro dizendo, elas medem distância.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — É, mas não é distância, o que ele quis dizer...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Eu refleti nessa frase. O elemento que se vê é distância não temporal, mas espacial.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Mas o que ele quis dizer é que o próprio crescimento elastece, quer dizer, aumenta o coeficiente pelo próprio crescimento, o que não é verdade, o que aumenta o coeficiente de Gini é o aumento das disparidades, é o aumento da desigualdade relativa, mas...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Permita-me V. Ex^a, mas é difícil crer que um economista brilhante possa cometer um exemplo numérico que seja contrário à sua tese.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — É claro, ele só comete, só terá cometido, porque estava na cabeça dele a preocupação de relegar a um plano secundário essa questão de distribuição, senão não teria cometido um equívoco dessa natureza, é porque estava justamente por detrás do seu raciocínio aquela preocupação de não dar importância a isso. Esse é o tema sobre o qual mais se tem dito bobagens neste País. Onde é que está essa colocação? Exatamente...

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Nobre Senador José Lins, o nobre Senador Gilvan Rocha já me havia solicitado aparte; desculpe-me, darei em seguida o aparte a V. Ex^a

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Ouço o nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Este setor da Oposição tem-se mantido silencioso porque vai também responder a alguns aspectos do discurso do Líder da Maioria, tão fêericamente anunciado pela Imprensa, há mais de uma semana, inclusive por toda a Imprensa Brasileira, que se fez portadora de um recado a mim e ao ilustre Senador Paulo Brossard para que assistíssemos à devastante fala de S. Ex^a, no sentido de mostrar a incompetência da Oposição. Ora, num País que se encontra nessa crise, S. Ex^a, no mínimo fala de corda em casa de enforcado. Mas isso será respondido no devido tempo. Mas vê V. Ex^a, nessa questão que nos parece fundamental, da resolução do problema social — que, com muita razão V. Ex^a coloca em primeiro plano, porque é o mais importante —, que a filosofia do Governo já foi magistralmente exposta no tempo do Presidente Médici, a quem o Senador Jarbas Passarinho serviu com tanto talento e tanta lealdade...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — E com muita honra.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — É quando o Senhor Presidente, lá no meu Nordeste, disse a filosofia definida no seu programa: a economia vai bem e o povo vai mal.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Ouço o aparte do nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Ainda há pouco fiz referência à necessidade de que haja um caminho através da economia para se chegar ao bem-estar do povo. Essa declaração me parece óbvia, mesmo porque a economia não significa só produção, ela envolve também a distribuição. Então não há nenhuma necessidade que se estranhe à posição por nós defendida. Quero dizer a V. Ex^a que o que disse o Ministro Delfim Netto não é uma bobagem tão grande como V. Ex^a poderia pensar, mesmo porque o índice de Gini não é nenhuma bobagem, talvez seja bobagem é fazer uma crítica dessa natureza ao que disse S. Ex^a, o Ministro Delfim Netto. O índice de Gini é o que mede a disparidade de renda...

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Pelo menos em termos parlamentares temos aprendido alguma coisa, nobre Senador.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permita, V. Ex^a, pelo menos, que eu conclua meu raciocínio. E, na medida em que mede a disparidade de renda em países em processo de desenvolvimento, ele pode, ao mesmo tempo, em que se mantém estável, não impedir que haja uma grande melhoria do ponto de vista social, isto é, as camadas mais baixas podem receber uma grande elevação de renda; podem, realmente, ter sua renda elevada, e o índice de *Gini* também se manter constante, desde que as camadas superiores também tenham aumentos consideráveis de renda. Não há bobagem nenhuma no que diz S. Ex^a. De mais a mais, V. Ex^a sabe que num país em desenvolvimento não é fácil corrigir as duas coisas ao mesmo tempo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — V. Ex^a no seu aparte, retrata muito bem aquela divergência de posição filosófica que eu quis retratar. V. Ex^a, melhor que eu mesmo retratou. V. Ex^a aceita que isso possa acontecer, que o coeficiente de *Gini*...

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Não estou dizendo que pode acontecer, estou dizendo que é bom.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Mas V. Ex^a aceita que possa, acha que há um ganho social mesmo assim. Nós achamos que não, achamos que só há ganho social quando as diferenças relativas se aproximam, quando as diferenças diminuem. V. Ex^a aceita que o coeficiente de *Gini* possa permanecer o mesmo, quando ao contrário, ele cresceu no Brasil, nos últimos 15 anos; quer dizer, ele cresceu significativamente. Mas nós não aceitamos nem que ele estivesse ficado constante. O que nós queremos é que ele se reduza, que ele passe o colocar o Brasil entre as nações que têm um padrão de distribuição razoavelmente aceitável. O aparte de V. Ex^a retratou muito bem. A diferença é precisamente essa. V. Ex^a acha que pode haver um ganho social com um coeficiente de *Gini* constante, nós achamos que não.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Pode, realmente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Desenvolvimento, na nossa acepção, é algo que faz, não apenas crescer o bolo, mas reduzir o coeficiente de *Gini*, reduzir as disparidades sociais, reduzir as diferenças de riqueza e de renda.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — V. Ex^a permite? (Assentimento do orador.) — Se V. Ex^a analisar os dados do País sob o índice de *Gini*, irá verificar que, por todas as avaliações, não só dos órgãos públicos brasileiros, mas dos órgãos internacionais de desenvolvimento, o índice de *Gini* tem caído.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Não concordo, absolutamente.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Posso trazer para V. Ex^a dados concretos a esse respeito. Trarei amanhã esses dados.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Absolutamente não concordo, acho que a informação de V. Ex^a não é verdadeira, é falha.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — A minha informação é verdadeira.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — Permite V. Ex^a um aparte? É exatamente o dado objetivo do Banco Mundial.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Acabei de ler o relatório do Banco Mundial.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — O Banco Mundial acaba de publicar o relatório de 1979; seleciona 13 países a respeito da diferença entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres. Essa diferença é de 7 vezes os Estados Unidos; 5 vezes a Suécia e 4 vezes a Inglaterra; no Brasil, é 28 vezes.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — E tem crescido, nobre Senador.

O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) — O Brasil é o país que tem a maior diferença, é o de pior situação dentre aqueles arrolados pelo Banco Mundial. Está aí a resposta objetiva à afirmação inexistente, otimista, irrealista e, por isso, não conforme à necessidade do País e ao interesse do Governo. Acho que serve mal ao Governo aquele que acha que a situação é boa, porque o Governo vai ter que manter o que está aí. É preciso alterar e muito; é preciso redistribuir de forma efetiva a renda no País.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Permite V. Ex^a um aparte breve, nobre Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Permito. Agradeceria que fosse breve.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Tenho dois aspectos, mas ficarei num só que é de ordem pessoal. Não entendi exatamente a colocação do

Líder do Partido Popular. Cheguei aqui, dos 18 dias que tive de férias, como disse, e quando a Imprensa me procurou para conversar comigo, inclusive no momento em que poucos estavam em Brasília, éramos muito solicitados, declarei que havia levado nove quilos de documentos, e era até mais, eram quase 10, inclusive a de V. Ex^a, publicada no *Correio Braziliense* e que havia estudado e pretendia, com os meus companheiros de Bancada, tratar desse assunto. Em nenhum momento eu disse que tinha avisado o Líder do Partido Popular ou o Líder Paulo Brossard, para que estivessem presentes. Esperei calmamente que na abertura dos trabalhos todos aqui estivessem. Conversei com V. Ex^a na sexta-feira e invoco o testemunho de V. Ex^a a respeito.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — É verdade.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Então, disse-lhe eu que, não estando presente o Senador Paulo Brossard, iria falar sobre o Papa e esperar a segunda-feira. E perguntei-lhe: estará V. Ex^a presente? V. Ex^a me garantiu que aqui estaria. De modo que não fiz nenhum apressamento por via indelicada, que seria o jornal, até porque me surpreendi com esse espaço que me foi concedido. Na sexta-feira falei longamente sobre o Papa e no jornal do qual sou colaborador, por exemplo, o *Correio Braziliense*, obtive doze ou dez linhas e o título era esse: "Passarinho já vê o Papa contra a Igreja". Ora, parece que foi só o que não vi. Então, queria apenas dar essa explicação a V. Ex^a e pedir por intermédio de V. Ex^a desculpas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Nobres Senadores, vou continuar comentando as observações do nobre Senador Jarbas Passarinho sobre as posições filosóficas e doutrinárias da Oposição e, particularmente, do meu Partido, o PMDB. S. Ex^a entrou no tema do intervencionismo, que deve ser objeto de uma definição partidária. É um tema da maior importância e deve ser objeto de definição bastante clara. Não é possível escamotear posições, nem deixar de ser honesto. Devo dizer e confesso que já não me recordo mais das observações de V. Ex^a quando, enfim, divergiu que eu pudesse ter posições pessoais um pouco diferentes das do Partido. Acho que posso ter, nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Não divergi. Disse que não sabia distinguir quando V. Ex^a falava em termos pessoais. Até posso ter cometido uma indelicadeza e uma impolidez quando disse que fora de V. Ex^a e do Senador Franco Montoro, se o Partido de V. Ex^a não aceitasse a tese econômica estava mal servido. Isso foi uma impolidez. Por isso que disse que via com dificuldade como distinguir. Não neguei que V. Ex^a pudesse fazê-lo.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Mas o nobre Senador Roberto Saturnino, devo eu agora dizer, toda ocasião que externa um ponto de vista pessoal faz questão de salientar...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — A V. Ex^a

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Não. Da tribuna quando fala.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Falo da tribuna.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Pelo menos S. Ex^a, repetidas vezes, tem feito isso aqui.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Não digo que, vez por outra, tenha esquecido de fazer, mas procuro ter esta preocupação.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — É verdade.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Sobre este ponto a posição do meu Partido, segundo o meu entendimento pelos documentos que li, das discussões das quais participei, não é um Partido socialista, não é um partido que defenda...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Eu não disse isso!

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Nem eu estou dizendo que V. Ex^a disse, quero deixar bastante claro.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — É que as idéias de V. Ex^a são intermediárias; as do Deputado Alceu são nitidamente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Exatamente. Mas o nosso Partido não é, nosso Partido não defende o regime socialista na sua acepção conhecida. Mas também o nosso Partido não é tão contrário à tarefa do planejamento quanto parece ser o Governo pela palavra do seu Ministro do Planejamento. Leio aqui...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Senador, não queria interrompê-lo mais. Mas o que o Ministro do Planejamento disse que eu li — não tenho o privilégio de receber, com a presteza com que V. Ex^a o tem, o li

vro do planejamento, por exemplo, eu não tenho o livro que V. Ex^a tem em mãos, vou pedir — no jornal é que o Ministro nega admitir um planejamento centralizado. É completamente diferente de planejar. S. Ex^a não faz plano como fazem as sociedades socialistas, que é o planejamento centralizado. Esta a interpretação honesta que dou.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — A interpretação honesta que dou é que o Ministro nega o planejamento de âmbito nacional; S. Ex^a só acredita no planejamento regional.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Não. Perdão. Eu não diria que o Ministro disse isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Leio palavras do Ministro Delfim Netto, respondendo à questão do Debatedor diz o Ministro:

“O planejamento é uma prática muito pouco eficaz.”

Diz o Ministro:

“Para a economia como um todo o planejamento é uma ilusão.”

Refere-se, S. Ex^a, ao III PND como tendo sido, propositadamente uma declaração de intenções. Refere-se S. Ex^a, ainda, a uma passagem curiosa dele com o então Governador Adhemar de Barros; ele, jovem economista, quando tendo perguntado ao então Governador Adhemar de Barros por que é que ele faria aquele plano que estava ali? E o Governador respondeu, com muita sabedoria, segundo se depreende do relato do Ministro Delfim Netto, respondeu o Dr. Adhemar: “— Ih! rapaz, porque o primeiro trouxe que passa aqui eu dou o livro para ele e fica todo mundo convencido de que está tudo planejado”. Esta é a concepção de planejamento do Ministro Delfim Netto, não é a nossa.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Também não é a do Ministro.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Na Escola Superior de Guerra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Mas, é o pensamento do Ministro Delfim Netto.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Era o pensamento do Governador Adhemar de Barros.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — “O planejamento é uma prática muito pouco eficaz”. “O planejamento, para a economia, como um todo é uma ilusão”. É esta a passagem esclarecedora do diálogo mantido entre ele e o então Governador Adhemar de Barros.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Pois não!

O Sr. José Lins (PDS — CE) — V. Ex^a não concorda que para a economia, como um todo, nós cairíamos no socialismo e chegaríamos realmente, a uma ilusão?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Não. Absolutamente! E o próprio Governo que V. Ex^a, hoje defende, já fez planejamentos. O I PND e o II PND foram planos nacionais. Planos indicativos, claro, mas exatamente o estabelecimento dessas metas, Senador José Lins, é que é a orientação geral da economia. Quer dizer, há um certo comprometimento com aquelas metas e, naturalmente, a atividade econômica e a administração do Governo se orientam para a consecução. Podem não ser atingidas as metas, mas há uma orientação. Na medida em que o III PND nega esta orientação, então caímos na filosofia delfiniana, que é a negação do planejamento, que é o descompromisso total com qualquer plano.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — A economia como um todo, nobre Senador, não vive evidentemente todo o setor privado. Então, V. Ex^a há de convir que caímos disfarçadamente...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — E planeja-se para o setor privado, Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — ... na totalização do planejamento, portanto no próprio socialismo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Planeja-se para o setor privado, é óbvio que sim. Aí V. Ex^a está querendo fazer uma confusão entre o planejamento totalitário e o planejamento democrático.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — V. Ex^a não tem razão na crítica.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — É a distinção que fazemos. V. Ex^a está querendo confundir as coisas que distinguimos perfeitamente.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Desculpe-me V. Ex^a, mas a confusão foi feita por V. Ex^a mesmo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Se me permite? V. Ex^a está sendo muito injusto quando faz ilações, o que aliás não é do estilo de V. Ex^a, estou surpreso. Quando o Ministro cita este episódio, que é uma caricatura, V. Ex^a imediatamente declara que ele está não só endossando a posição do ex-Governador Adhemar de Barros, como dizendo que este exemplo significaria o seu pensamento doutrinário. Entendi sempre, e repito, que a posição do Ministro é de admitir o que V. Ex^a certamente admite e já disse ainda há pouco: que as metas não se cumprem, que os planos septenais, os planos das próprias áreas socialistas, sentem-se frustrados muitas vezes porque há fatores variados que acabam colocando todas aquelas metas em xeque. Ele então fugiu de quantificar; não fugiu do planejamento. Quando V. Ex^a diz orientação geral, é verdade; ele fugiu apenas de quantificar.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Nobre Senador, vai V. Ex^a me desculpar, mas eu acho que é da essência do planejamento fixar algumas metas e, essas metas são mais para orientar a ação administrativa do que propriamente até para serem cumpridas. A meta é exatamente a explicitação de uma política.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Mas, as metas de natureza geral estão fixadas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Não!

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Por exemplo: quanto devemos crescer? Que tipo de pressão de novos empregos devemos receber por ano? Está lá escrito no III PND: um milhão e meio de empregos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Nobre Senador o III PND é absolutamente vago, propositadamente vago e não reflete outra coisa senão a posição do Ministro Delfim quando diz: “o planejamento é uma prática muito pouco eficaz”, “O planejamento é uma ilusão.” E conta a historinha. Se fosse só a historinha mas é a historinha cercada de todas essas circunstâncias.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Senador, não vou mais interrompê-lo mas, permita-me que depois voltemos, em outra oportunidade, ao tema.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Mais, ainda, no tema do intervencionismo, é preciso ficar bastante claro: o nosso Partido advoga o intervencionismo de uma forma bastante pragmática, naqueles setores onde por circunstâncias ligadas à Segurança Nacional, e ligadas à deficiência do capital privado nacional, é necessário a intervenção do Estado. E, nós mais do que ninguém, a Oposição, o PMDB tem insistido na necessidade de se discutir uma política econômica que fixe, que determine as áreas, a área de ação governamental, as áreas de ação da economia privada, as áreas onde é cabível a intervenção do Governo, as áreas onde não é cabível essa intervenção. Nós temos cobrado do Governo a definição dessa política. Ainda há pouco tempo, recordo-me que em um debate com o Senador Milton Cabral nós chegamos até a um entendimento, a um acordo sobre a necessidade dessa explicitação. Agora, nós não somos absolutamente favoráveis, por exemplo, a que o Estado do Kuwait compre 25% do patrimônio de um dos maiores grupos privados nacionais, o grupo Monteiro Aranha. Absolutamente somos contrários a isso. É preciso ficar bem claro. O que não se dá com o Governo, porque essa operação foi aplaudida pelo Ministro Delfim Netto, como sendo muito favorável. Somos contra o Estado do Kuwait comprar ações de empresa privada nacional. Para nós é operação condenável.

Somos contra, por exemplo, à operação de privatização dessa empresa ASA lá de Pernambuco, a empresa de alumínio, que em primeiro lugar, favoreceu a uma empresa, a uma companhia multinacional; em segundo lugar — e aí eu pediria até informações detalhadas ao Líder Passarinho — parece que foi cercada de bastantes vantagens, na medida em que se separou a empresa — diz-se até jornalisticamente — numa asa branca e numa asa negra. Teria sido vendida ao Kuwait a asa branca e teria ficado o Governo com a asa negra, com todo o seu passivo. As operações desse gênero somos contrários, claramente. As operações do gênero de compra de ações do Banco do Brasil de empresas de motel no Nordeste brasileiro, somos absolutamente contrários. Essa operação que foi noticiada e não foi explicada. E novamente aproveito para pedir ao Senador Jarbas Passarinho uma explicação. V. Ex^a ainda me deve uma explicação do caso da Vale, mas acresceria, agora, esta outra. Quais

as razões que motivaram o Banco do Brasil a transformar em ações, a comprar um crédito das empresas Motéis Quatro Rodas.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Eu espero que a minha dívida seja administrável.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Espero tanto quanto V. Ex^a, em nome do interesse nacional. Enfim, são operações que não entendemos; talvez tenham alguma ligação com o problema dos novos canais de televisão. Mas isto ninguém sabe. Nós gostaríamos de que esse assunto fosse esclarecido. A operações desse gênero, efetiva e definitivamente, nós somos contrários.

Agora, a presença do Estado no setor siderúrgico, no setor de energia elétrica, no setor de tecnologia de ponta, de computador, nós achamos que é uma necessidade. Ela resultou não de nenhuma ideologia governamental porque ela se efetivou durante a permanência de governos que se dizem e que são efetivamente favoráveis à filosofia liberal, mas por força do interesse nacional, por força das circunstâncias da deficiência do capital privado nacional. Por conseguinte nós somos a favor da presença do Estado, definida em tais setores. Assim vamos discutir quais são esses setores, vamos jogar isso no grande debate nacional. Agora, devemos criticar e condenar essas operações que se poderiam chamar de atípicas, mas que, de tanto se repetirem, são operações estranhas que passam a se tornar quase rotina, porque a cada semana se tem notícia, pelos jornais, da efetivação.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Passam atípicas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Passam atípicas.

O nobre Líder Senador Jarbas Passarinho, criticou as nossas ponderações a respeito do contingenciamento das importações dizendo que não é possível mais contingenciar à luz da composição da pauta de importações do Brasil.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Permite V. Ex^a que eu esclareça melhor o meu pensamento? Como V. Ex^a falou em contingenciamento, e foi quem o falou, outros falaram de uma maneira que me pareceu menos apropriada, eu, ao analisar a pauta, procurei superfluo. s e onde seria um contingenciamento indiscutível em favor nosso, e pedi ao Banco do Brasil o detalhamento da pauta. Não encontrando os superfluos, onde desde logo se pudesse fazer a ação de contenção; conclui que, a fazer-se dentro daquela pauta que só cresceu 5% do ano passado para cá, exceto petróleo, nós cairíamos naquilo que V. Ex^a considera muito pior ainda, que é a recessão econômica. Foi essa a colocação que fiz.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Nós vamos entrar na recessão, se eu tiver tempo.

Nobre Senador Jarbas Passarinho, o conceito de superfluo é um conceito que também é relativo. Ele varia de acordo com a realidade do País, varia de acordo com o cerceamento a que a economia do País está submetida. Por exemplo, determinados bens de capital, determinados equipamentos sofisticados que são importados e que poderiam ser substituídos por equipamentos de fabricação nacional menos sofisticados, a meu ver, numa situação grave como a que o País se encontra, pode ser classificada, e dever ser classificada como superfluo. O que existe aí é uma questão de informação. Tenho também as minhas informações por canais diversos, diferentes dos de V. Ex^a, mas tenho. Eles apontam que existem ainda superfluidades importadas e muitas, que poderiam sofrer uma restrição. E digo, mais, Senador Jarbas Passarinho, acho que o Governo, neste ponto como em alguns outros, acabou por concordar com a Oposição. O Governo está fazendo um contingenciamento, apenas de uma forma velada, é a famosa operação tartaruga da CACEX. Mas está fazendo, por que? Porque encontrou...

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Encontrou o que fazer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — ... Agora isso poderia ser feito de uma forma mais sistemática, mais explícita, eu diria até — vai me perdoar V. Ex^a — mais honesta. Lembro-me aí dos idos de 1946, 1947, quando o País atravessou uma crise cambial grave e se implantou a CEXIM — talvez o Senador Tancredo Neves possa até nos dar subsídios valiosos sobre isso. Foi uma solução temporária. A CEXIM acabou produzindo corrupção e acabou sendo extinta. Para aquele momento, para colocar o País em situação de superar a crise cambial, foi uma solução válida, foi uma solução eficaz, contingenciaram-se as importações e o País superou sua crise cambial. Acho que isto está sendo feito de forma velada. Eu não vou dizer que haja corrupção na CACEX porque respeito muito o Dr. Benedito, é um homem por quem tenho o maior respeito, e talvez pela presença dele é que não esteja havendo corrupção, mas quando se faz o contingenciamento não pela via ad-

ministrativa, clara e legal, mas por uma via de operação tartaruga, pode haver um grau de corrupção muito maior. O fato é que acho que pode haver contingenciamento e isto é um recurso que a economia do País deve usar em momentos de gravidade, em momentos que a situação determinar.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — V. Ex^a me permite, nobre Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Pois não.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — A propósito de contingenciamento, estou de acordo com V. Ex^a. Há menos de um mês estive em São Paulo, na Delegação de Senadores, e lá, em conversa com o Dr. Osvaldo Palma, ilustre Secretário do Governador Paulo Maluf, alguém lembrou que o Presidente Figueiredo acabara de inaugurar, em Sobradinho, uma usina — parece-me que a primeira usina de Sobradinho — usina de fabricação russa. Achei estranho e perguntei ao Dr. Osvaldo Palma se a indústria paulista não seria capaz de fabricar uma usina igual à russa, das mesmas dimensões, das mesmas proporções. O Dr. Osvaldo Palma garantiu que não havia dúvida de que a indústria paulista podia fabricar usinas para lá e para Itaipu.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Pelo pouco conhecimento que tenho, muito menor, muito mais modesto, mais inexpressivo do que o do Dr. Palma, mas pelas informações que tenho, confirmo inteiramente essa afirmação. Realmente, no campo da energia elétrica, no campo industrial de um modo geral, acho que se importam equipamentos sofisticados que poderiam ser fabricados no País, ou com uma ligeira modificação de projetos. Daí a importância que temos ressaltado muito, de se desenvolverem as empresas de engenharia de projetos nacionais, porque são as empresas que vão ter conhecimento profundo do que se pode fabricar aqui dentro e vão especificar, nos seus projetos, equipamentos que podem ser produzidos no País. É possível, é perfeitamente possível se cortar, e se cortar substancialmente, algo significativo nas importações de equipamentos em geral.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Nobre Senador Roberto Saturnino, permita, para entrar exatamente nessa questão, e com tristeza minha, discordar, quer do meu colega de Bancada, quer de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Veja V. Ex^a que não é só na Oposição que há discordância...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Não, a diferença é que nós, da Bancada da Maioria, volta e meia nos sentamos na Bancada da Minoridade e com ela concordamos; a recíproca jamais é verdadeira. Esta é que é a diferença. Mas eu vejo com muita tranquilidade o meu colega sentar lá, porque isso é eventual. Agora, relativamente a este ponto, nobre Senador, eu não creio — e V. Ex^a foi membro dos mais eficientes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Acordo Nuclear — que o Brasil esteja, no momento, em condições de produzir as usinas de geração de eletricidade. Eu duvido que esteja.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Está, nobre Senador. V. Ex^a vai me permitir um instante.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Quanto a barragens, eu não tenho dúvida alguma; a tecnologia é das melhores do mundo. Agora, quanto à produção de usinas, eu tenho graves dúvidas a respeito da concordância de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Se V. Ex^a se referir a usinas termoeletricas, eu concordo com V. Ex^a. O Brasil não tem experiência de produção de equipamentos de turbina para a geração de termoeletricidade; mas turbinas hidrelétricas, como é o caso de Sobradinho, o Brasil tem tecnologia das melhores do mundo. Então, a substituição, neste caso, é perfeitamente possível. Agora, turbinas a vapor, turbinas de geração termoeletrica, aí eu estou de acordo com V. Ex^a; este País é um País de tradição hidrelétrica.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Nobre Senador, eu estive três anos da minha vida na PETROBRÁS. Naquela altura, tudo o que se fazia em tecnologia de perfuração era importado. A natureza não faz saltos, e não se podem queimar etapas em determinados assuntos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Há quanto tempo?

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Isso era 1960.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Há vinte anos atrás...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Hoje, produzimos praticamente 97% de todos os itens, no Brasil. Então, conseguimos dentro do tempo, progredir. Mas, não tenho notícia de uma hidrelétrica nossa com produção de equipamento nacional, até aquelas que estão construídas, em construção,...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — V. Ex^a vai me desculpar, mas equipamentos para usinas hidrelétricas, nós fabricamos no Brasil.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Turbinas de 600 mil KW?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — V. Ex^a vai me desculpar, mas vamos ouvir os fabricantes de equipamentos...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Gostaria de ouvir. Também poderia ter outro aspecto de colocação: se hoje eu decidisse fechar a usina de Volta Redonda para comprar o aço japonês, por exemplo, V. Ex^a sabe que eu compraria por preço mais barato. Seria o caso?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Aí vamos entrar na questão do custo da divisa, que é um campo muito mais complicado. Aí, entra a questão do custo social, do custo verdadeiro. O fato é que estamos angustiados com o problema do balanço de pagamento e com uma ociosidade da nossa indústria de bens de capital. Então, é hora de casar as duas coisas e procurar fazer o que for possível dentro do País. E é possível fazer muito mais do que tem sido feito. Esta é a tese que estamos defendendo.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite um aparte, nobre Senador? (Assentimento do orador.) — Nobre Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a sabe, e certamente tem acompanhado, como homem interessado nos problemas econômicos do País, como têm sido conduzidas as compras relacionadas com a instalação de grandes indústrias e mesmo das hidrelétricas do País. Esses projetos têm sido analisados, circunstanciadamente, de modo a que se fabrique no País tudo o que é possível fabricar aqui. Mas é muito importante, na análise que V. Ex^a está fazendo, observarmos que, a partir de 1974, as importações brasileiras — como observei ainda durante o discurso do nobre Líder Jarbas Passarinho — cresceram praticamente por conta da compra de petróleo. Basta que V. Ex^a analise os dados relacionados pelo próprio Banco Central, entre 1974 e 1979. V. Ex^a sabe que nós tivemos duas safras ruins e a pauta de alimentos sofreu realmente um acréscimo de cerca de 1 bilhão de dólares para 1 bilhão e meio, entre 1974 e 1979. Na pauta de matérias-primas, permaneceu a cifra de 5 bilhões e 600 aproximadamente, para 5 bilhões e 900; na pauta de bens de capital, de 3 bilhões e 100 para 3 bilhões e 900. Mas V. Ex^a há de convir, portanto, que apenas no que tange ao petróleo, nós passamos de 1,9 em 74, para 6,7 em 79. O que significa isso? Que o País importa cada vez menos, que o País está praticamente contingenciando, porque se nós paramos em quantidade de dólares, evidentemente, nós reduzimos as importações em tonelagem, em quantidade de bens, porque a inflação externa foi imensa. V. Ex^a sabe que as nossas importações do ano passado para este ano, permanecendo no mesmo volume, ainda teriam um acréscimo de cerca de 30% no volume de dólares. Este é um ponto importante a ser considerado e que mostra que o País está seguindo exatamente isto que V. Ex^a diz que é importante, que é o contingenciamento, ou a redução, ao máximo, das importações.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Nobre Senador, o caso do petróleo nós vamos discutir em oportunidade própria. Mas, devo dizer a V. Ex^a que quando nós advogamos o contingenciamento, advogamos, inclusive, o contingenciamento das importações do petróleo. Ahamos que, fora o petróleo, ainda é possível economizar, talvez, aí, inclusive nas viagens internacionais, economizar aí um total de um bilhão de dólares por ano, que é coisa muito importante, porque a simples equalização da nossa balança de pagamentos seria uma grande conquista, que lamentavelmente, apesar de anunciada aos quatro ventos este ano, não vai ser conseguida. Vamos ficar com um hiato, e um hiato muito grande.

Apertar as importações ainda é possível. Apertar as importações de petróleo também é possível. E mais: é possível fazer isso tudo sem cair na recessão, porque exatamente o contingenciamento da importação, por exemplo, no setor de equipamentos, vai dar o ensejo a que a indústria nacional entre em atividade mais intensa e, por conseguinte, ao invés de produzir recessão vai, ao contrário, contrabalançar qualquer outro vetor, outra força recessiva que se introduz aí para combater a inflação.

Por conseguinte, o contingenciamento não conduz à recessão; ao contrário, o contingenciamento serve para balancear qualquer possibilidade de medida recessiva.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — (Com assentimento do orador) Serei extremamente breve, nobre Senador. Peço desculpas ao nobre Senador, por entrar no fim do seu discurso para uma declaração rápida, que me parece importante. É que o Partido Popular não recebe em julgado as críticas à Oposição brasileira feitas pelo Líder do Governo e pretende responder. Eu estava inscrito e desejo apenas realçar que o nosso silêncio era aparente. Estávamos esperando oportunidade de falar para responder politicamente aspectos do

discurso de S. Ex^a, o Líder do Governo, como V. Ex^a o faz agora sobre os aspectos econômicos, com o maior brilho. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ) — Eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a e aguardo, como todos nós, o pronunciamento de V. Ex^a, em nome do Partido Popular.

Vou encerrar as minhas palavras por força de limitação do tempo. Diria apenas que me faltou alinhar ainda algumas considerações sobre o problema da recessão e da inflação, mas como o nobre Líder Jarbas Passarinho ficou de retornar à tribuna para continuar as suas observações, sua resposta às críticas oposicionistas, também me reservo o direito de voltar a esta tribuna, não só para trepilar ao discurso de S. Ex^a, como para continuar as observações que vinha fazendo, mas que ficaram falhas no que tange ao problema da recessão e da inflação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Um Papa que já proclamou que “sobre reto conceito da propriedade privada... recai uma hipoteca social”, não poderia deixar de definir, como o fez na Favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, que “a Igreja dos pobres não quer servir àquilo que causa as tensões e faz explodir a luta entre os homens”. E nessa mesma oportunidade, exorta que se deve fazer tudo para que desapareça o abismo que separa os “excessivamente ricos, pouco numerosos, da grande multidão dos pobres, daqueles que vivem na miséria... para que este abismo não aumente mas diminua, para que se tenda à igualdade social... a fim de que a distribuição injusta dos bens ceda lugar a uma distribuição mais justa”.

Em São Paulo, falando sobre a perspectiva histórica da missão da Igreja, que “olha o homem em sua situação concreta, encarnado no mundo de hoje”, proclama que a sua mensagem é de “paz e de justa ordem social”.

Mostra o grande papel político da Igreja, quando ela, proclamando o Evangelho, “procura também obter, sem por isso abandonar o seu papel específico de evangelização, que todos os aspectos da vida social, onde se manifesta a injustiça, sofram uma transformação para a justiça”. E condena, claramente, o capitalismo liberal quando, “no domínio da distribuição dos bens, se confia unicamente nas leis econômicas do crescimento e do maior lucro; quando os recursos do progresso tocam apenas marginalmente ou não tocam em absoluto as vastas camadas da população; quando e enquanto persiste um abismo profundo entre uma minoria muito grande de ricos de um lado, e a maioria dos que vivem na necessidade e na miséria, de outro lado”. E de logo condena a violência, “seja quando procura manter os privilégios de alguns, seja quando tenta impor as transformações necessárias”.

João Paulo II não fica, aliás, no genérico, mas especifica, mesmo, que “a primeira e fundamental preocupação de todos e de cada um, homens de governo, políticos, dirigentes de sindicatos e donos de empresa, deve ser esta: dar trabalho a todos”. É que, como lembra, “quantos sofrimentos, quantas angústias e misérias não causa o desemprego”. E acrescenta outras reivindicações concretas, do dia a dia, como “que as condições de trabalho sejam as mais possíveis, que se aperfeiçoe a Previdência Social”, ou que se ajuste o salário “até o ponto em que se possa dizer que o trabalhador participa real e equitativamente da riqueza, para cuja criação ele contribui solidariamente na empresa, na profissão e na economia nacional”.

No Recife, afirmou que a “terra é do homem porque ao homem Deus confiou e, por seu trabalho, a domina”. Acentue-se que isso foi dito no Nordeste, onde, segundo o Banco Mundial, 70% de suas terras encontram-se sem utilização e, ao mesmo tempo, existem milhões de agricultores com pouca ou nenhuma terra.

“São esses, sobretudo, aqueles que, segundo João Paulo II, “enfrentam situações particularmente dolorosas de marginalização — penúria, subalimentação, insalubridade, analfabetismo e insegurança”. Como muito bem lembra Sua Santidade invocando a “Gaudium et Spes”, “a terra é dom de Deus, dom que Ele faz a todos os seres humanos, homens e mulheres”, não sendo lícito, portanto, “porque não é segundo o desígnio de Deus, gerir este dom de modo tal que os seus benefícios aproveitem só a alguns poucos, ficando os outros, a imensa maioria, excluídos”.

Assumindo a Igreja o papel de defensora da imensa maioria que se vê condenada “a uma situação de carência, de pobreza e de marginalização”, apenas “não quer omitir-se quando se trata de fazer que a vida humana se torne cada vez mais humana e de conscientizar para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda a uma verdadeira dignidade do homem”.

Para tranquilidade nossa, a pregação do Papa, nessa peregrinação ao nosso País, corresponde, exatamente, a que vem sendo feita, entre nós, por Dom Helder Câmara, como tantos outros padres do Brasil e, especialmente, no Nordeste. E, mais que isso: vem sendo corporificada pela ação prática de padres, irmãs e leigos cristãos que, por igual, optaram pela causa dos pobres. É que como todos que acreditamos que o verdadeiro caminho da paz passa pelo da justiça social, são fiéis à *Rerum Novarum* de Leão XIII, à *Mater et Magistra* de João XXIII e à *Populorum Progressio* de Paulo VI.

Recordando o Vaticano II, João Paulo II condena o abuso da liberdade de alguns que limita simultaneamente a liberdade dos “que sofrem notórias carências e se vêem empurrados para condições de ulterior miséria e indigência”.

Como ele enfatiza, “no que diz respeito aos bens de primeira necessidade — alimento, vestuário, habitação, assistência médico-social, instrução de base, formação profissional, transporte, informação, possibilidade de se distrair, vida religiosa — impõem-se que não haja estratos sociais privilegiados. Que entre os ambientes urbanos e ambientes rurais não se verifiquem desigualdades clamorosas, e, quando estas se criam, haja uma pronta aplicação dos meios adequados para que sejam eliminadas ou reduzidas até onde for possível”.

Vai mais longe o Sumo Pontífice, quando defende que “aos trabalhadores da terra, como aos demais trabalhadores, não podem ser negados, por nenhum pretexto, o direito de participação e comunhão, com senso de responsabilidade, na vida das empresas e nas organizações destinadas a definir e salvaguardar os seus interesses e mesmo na árdua e perigosa caminhada rumo à indispensável transformação das estruturas da vida econômica, sempre em favor do homem”.

Nesse mesmo sentido, já havia proclamado, em São Paulo, “que é muito importante que todos os protagonistas da vida econômica tenham a possibilidade efetiva de participação livre e ativamente da elaboração e do controle das decisões que lhes dizem respeito, em todos os níveis”, sem esquecer “o direito dos trabalhadores de se reunirem em associações livres, com a finalidade de fazerem ouvir a sua voz, de defender os seus interesses”.

Sua Santidade considera a defesa de tudo isso como evangelização, que “não seria completa se não levasse em conta as relações que existem entre a mensagem e a vida pessoal e social do homem, entre o mandamento de amor ao próximo que sofre e passa necessidade e as situações concretas de injustiça a combater, e de justiça e de paz a instaurar”.

A presença e a mensagem do Papa João Paulo II no Brasil, vem reforçar assim de maneira significativa, a ação pastoral da Igreja, no que ela tem de mais avançada e até ousada.

Aliás, o primeiro discurso papal que pode ser considerado essencialmente político — o proferido no Palácio do Planalto — faz colocações que já vale-ram incriminações de toda espécie quando feitas já anteriormente, por um Dom Paulo Arns, no Sul do País, ou por um Dom Helder Câmara, no Nordeste. E, entanto, são reafirmações que seguem, rigorosamente, a irrenunciável linha social da Igreja, tão claramente assenta na “*Populorum Progressio*” e, mais recentemente, em Medellín e Puebla — onde se disse por exemplo, que “nossa conduta social é parte integrante de nosso seguimento de Cristo”.

É que se a sua missão tem cunho eminentemente religioso nem por isso ela se aparta do homem como um todo, com seus valores culturais, sua convivência social e mesmo suas necessidades terrenas. Daí ter João Paulo II acentuado a necessidade da participação responsável de toda pessoa na vida comunitária e social, preconizando, mesmo “as reformas indispensáveis à salvaguarda e à promoção dos valores sem os quais não pode prosperar nenhuma sociedade digna desse nome, isto é, reformas que visem à uma sociedade mais justa e sempre mais de acordo com a dignidade de toda a pessoa humana”.

Como nós todos temos defendido, Sua Santidade mostra que elas estão a exigir decisão e coragem para que outros não as busquem recorrendo “a violência e à direta ou indireta supressão dos direitos e liberdades fundamentais inspiráveis da dignidade humana”. É que como diria em Minas Gerais, “não se constrói uma sociedade que mereça o título de humana, desrespeitando e, pior ainda, destruindo a liberdade humana, negando aos indivíduos as liberdades mais fundamentais”.

Já no seu primeiro pronunciamento no aeroporto de Brasília, o Papa pedia a Deus que ajudasse o Brasil “a construir um convívio social exemplar, superando desequilíbrios e desigualdades, na justiça e na concórdia, com lucidez e coragem, sem choques nem rupturas”.

Num País em que falta quase tudo à maioria da população — em que a nossa grande doença é a fome, com odiosa concentração de renda e propriedade, milhões de agricultores sem terra e outros tantos desempregados, política salarial que nega aos trabalhadores a satisfação de muitas de suas necessidades básicas, 20 milhões com renda inferior ao salário mínimo — subnu-

trição crônica que nos dá o mais alto índice de mortalidade infantil do continente sul-americano, 20 milhões de deficientes mentais, sete milhões de crianças entre 7 e 14 anos sem acesso às escolas, 15 milhões de adultos analfabetos, 5 milhões morando em favelas e mocambos, 40 milhões sem luz elétrica, 65 milhões sem água encanada, 25 milhões de menores abandonados, levando-os à mendicância, ao crime e à prostituição — João Paulo II não se arreceiou de exortar o respeito aos direitos fundamentais, de toda pessoa humana, em que todos, com liberdade e equidade, tenham “a suficiência de bens indispensáveis para a própria realização integral”.

Como mostra muito bem o nosso grande Pastor, cabe à Igreja — dentro desse conceito abrangente do homem, espírito e corpo — “proclamar e defender tais direitos”, convidando “todos os homens de boa-vontade e de estimular os seus filhos ao respeito e cultivo desses direitos: direito à vida, à segurança, ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação, à expressão religiosa privada e pública, à participação etc”.

No Rio de Janeiro, orando para que houvesse “menos diferenças entre brasileiros no que se refere ao progresso e ao bem-estar, às oportunidades diante dos bens da cultura e da civilização e as possibilidades de encontrar trabalho digno, ter saúde e instrução, educar os filhos”. João Paulo II chegou a convidar às famílias onde nada falta, “a distribuir o que lhes sobra e que pertence a quem não tem”.

E não se esqueceria de enfatizar que, entre as ameaças que pesam sobre a família em geral, “algumas dessas são de ordem social e prendem-se às condições subumanas de habitação, higiene, saúde, educação em que se encontram milhões de famílias no interior do país e em periferias das grandes cidades, por força do desemprego ou dos salários insuficientes”.

Como se vê Dom Helder, ou Dom José Maria Pires, ou Dom Marcelo Cavalheiro, para só citarmos alguns da área tão sofrida do Nordeste, estão certos quando, como nós outros que militamos na oposição brasileira, lutam por “uma transformação de estruturas políticas, sociais e econômicas” “agora reclamada, em frente ao Presidente da República, no próprio Palácio do Planalto, pelo Santo-Papa João Paulo II.

Em boa hora, pois os bispos do Brasil convidaram Sua Santidade para empreender essa peregrinação missionária que coloca em seus devidos termos a ação pastoral da Igreja — que, como ele deixou claro em sua 1ª missa no Brasil, é também sócio-política. E, sobretudo, serve de incentivo ao comportamento de todos nós que, como João Paulo II, acreditam que, pelos caminhos da liberdade e das reformas sociais, “a Nação há de superar os obstáculos que for encontrando na sua caminhada histórica, rumo a um amanhã melhor”. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59, DE 1980

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 511, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 1.738.247.416,64 (um bilhão, setecentos e trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis cruzeiros e sessenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 512, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 513, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de São José (SC) a elevar em Cr\$ 22.671.000,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 514, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 61, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 515, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PR) a elevar

em Cr\$ 154.660.329,77 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e vinte e nove cruzeiros e setenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 516, de 1980, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 62, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 62, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 517, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Paranaíba (PR) a elevar em Cr\$ 112.334.989,83 (cento e doze milhões, trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 518, de 1980, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 63, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 519, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Largo (PR) a elevar em Cr\$ 214.400.000,00 (duzentos e quatorze milhões e quatrocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 520, de 1980, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 64, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 64, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 521, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Biguaçu (SC) a elevar em Cr\$ 2.147.859,20 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 522, de 1980, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

7

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 523, de 1980), que autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 25.128.667.776,82 (vinte e cinco bilhões, cento e vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 524, de 1980, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

COMISSÃO DE ECONOMIA

11ª REUNIÃO, (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1980

Às dezesseis horas do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e oitenta, na Sala de reuniões do Anexo B, presentes os Srs. Senadores Roberto Saturnino, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Marcos Freire, Bernardino Viana, Orestes Quêrcia, José Lins e José Richa, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Arnon de Mello, Jessé Freire, Milton Cabral, Benedito Canelas, Luiz Cavalcante, Teotônio Vilela e Pedro Simon.

Constatada a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, passando-se à apreciação das matérias constantes da pauta:

Mensagem nº 93/80 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 66, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 66, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 525, de 1980), que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares) destinado à Companhia do Metropolitano de São Paulo, tendo

PARECER, sob nº 526, de 1980, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 1980

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer nº 527, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de dólares norte-americanos), para ser aplicado no Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, tendo

PARECER, sob nº 528, de 1980, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

10

REQUERIMENTO Nº 178, DE 1980

Votação, em turno único, do Requerimento nº 178, de 1980, do Senador Gilvan Rocha, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da "declaração de Manaus", emitida por ocasião da Oitava Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em 22 de maio de 1980.

11

REQUERIMENTO Nº 185, DE 1980

Votação, em turno único, do Requerimento nº 185, de 1980, do Senador Raimundo Parente, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 1979, de sua autoria, que altera os artigos 654, § 1º; 670, caput; e 674 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho — aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — e dá outras providências.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 1979

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que estende o seguro de acidente do trabalho, a cargo do INPS, ao empregado doméstico, modificando a Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1979, que dispõe sobre a matéria, e determina outras providências, tendo

PARECER, sob nº 402, de 1980, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

ATA DE COMISSÕES

que seja autorizado o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 25.128.667.776,82, o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador José Lins, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente, uma vez que o Sr. Senador Luiz Cavalcante se encontrava impossibilitado de comparecer à reunião.

Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.
Conclusão: aprovação do parecer.

Mensagem nº 122/80 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Biguaçu, (SC), a elevar em Cr\$ 2.147.859,20, o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Bernardino Viana.
Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.
Conclusão: aprovação do parecer.

Mensagem nº 123/80 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para

que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Campo Largo (PR), a elevar em Cr\$ 214.400.000,00, o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador José Richa.

Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: aprovação do parecer.

Mensagem nº 126/80 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Paranavaí (PR), a elevar em Cr\$ 112.334.989,83, o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador José Richa.

Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: aprovação do parecer.

Mensagem nº 127/80 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PR), a elevar em Cr\$ 154.660.329,77, o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador José Richa.

Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: aprovação do parecer.

Mensagem nº 128/80 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São José (SC), a elevar em Cr\$ 22.671.000,00, o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: aprovação do parecer.

Mensagem nº 129/80 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), a elevar em Cr\$ 1.738.247.416,64, o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Orestes Quêrcia.

Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: aprovação do parecer.

São adiados os seguintes projetos: PLS nº 29/80, PLS nº 169/79 e PLC nº 81/77.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA

Presidente
Luiz Viana

1º-Vice-Presidente
Nilo Coelho

2º-Vice-Presidente
Dinarte Mariz

1º-Secretário
Alexandre Costa

2º-Secretário
Gabriel Hermes

3º-Secretário
Lourival Baptista

4º-Secretário
Gastão Müller

Suplentes de Secretários

Jorge Kalume
Benedito Canelas
Passos Pôrto

**LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PMDB**

Líder

Paulo Brossard

Vice-Líderes

Humberto Lucena
José Richa
Marcos Freire
Mauro Benevides
Nelson Carneiro
Orestes Quêrcia
Pedro Simon
Roberto Saturnino

**LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO
PARTIDO POPULAR — PP**

Líder

Gilvan Rocha

Vice-Líderes

Evelásio Vieira
Alberto Silva

**LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO
PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS**

Líder

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Aderbal Jurema
Aloysio Chaves
Bernardino Viana
José Lins
Lomanto Júnior
Moacyr Dalla
Murilo Badaró
Saldanha Derzi

**LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES — PT**

Líder

Henrique Santillo

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cândido Hipperth
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelásio Vieira
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Passos Pôrto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Pedro Pedrossian	3. João Calmon
4. José Lins	
1. Evelásio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II —
Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Mendes Canale
2. José Lins
3. Eunice Michiles
4. Vicente Vuolo

1. Evandro Carreira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Henrique de La Rocque
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares	Suplentes
1. Henrique de La Rocque	1. Lenoir Vargas
2. Helvídio Nunes	2. João Calmon
3. José Sarney	3. Almir Pinto
4. Aloysio Chaves	4. Milton Cabral
5. Aderbal Jurema	5. Bernardino Viana
6. Murilo Badaró	6. Arnon de Mello
7. Moacyr Dalla	
8. Amaral Furlan	
9. Raimundo Parente	
1. Hugo Ramos	1. Cunha Lima
2. Leite Chaves	2. Tancredo Neves
3. Lázaro Barboza	3. Dirceu Cardoso
4. Nelson Carneiro	
5. Paulo Brossard	
6. Franco Montoro	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares	Suplentes
1. Jessé Freire	1. José Guimard
2. José Sarney	2. Tarso Dutra
3. Passos Pôrto	3. Benedito Canelas
4. Saldanha Derzi	4. Moacyr Dalla
5. Affonso Camargo	
6. Murilo Badaró	
7. José Caixeta	

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Teotônio Vilela
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares	Suplentes
1. Arnon de Mello	1. Helvídio Nunes
2. Bernardino Viana	2. Alberto Silva
3. José Lins	3. Benedito Ferreira
4. Jessé Freire	4. Vicente Vuolo
5. Milton Cabral	
6. Benedito Canelas	
7. Luiz Cavalcante	
1. Roberto Saturnino	1. José Richa
2. Teotônio Vilela	2. Orestes Quêrcia
3. Marcos Freire	3. Tancredo Neves
4. Pedro Simon	

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — Ramal 306
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala do Anexo B — Ramal 442

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. Arnon de Mello	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvídio Nunes
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1. Franco Montoro | 1. Nelson Carneiro |
| 2. Humberto Lucena | 2. Marcos Freire |
| 3. Jaison Barreto | |

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 497
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. da Sra. Senadora
Eunice Michiles — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1. Paulo Brossard | 1. Marcos Freire |
| 2. Nelson Carneiro | 2. Mauro Benevides |
| 3. Itamar Franco | 3. Leite Chaves |
| 4. José Richa | |
| 5. Amaral Peixoto | |
| 6. Tancredo Neves | |

Assistente: Cândido Hipperth — Ramais 301 e 313
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	
1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Orestes Quêrcia	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carneira
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

1. Evandro Carreira
2. Humberto Lucena
3. Lázaro Barboza

1. Orestes Quércia
2. Evelásio Vieira

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 497
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT).
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira
Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares

1. Benedito Ferreira
2. Vicente Vuolo
3. Pedro Pedrossian
4. Affonso Camargo

Suplentes

1. Passos Pôrto
2. Lomanto Júnior
3. Alberto Silva

1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza
3. Orestes Quércia

1. Leite Chaves
2. Agenor Maria

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 497
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II —
Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Alfeu de Oliveira
Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 225-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum)

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1980**

HORAS	TERÇA	SALAS	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramal — 621	LEILA	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramal — 621	LEDA
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE	10:00	C.E.C.	ANEXO "B" Ramal — 484	SÉRGIO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramal — 621	CARLOS		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramal — 621	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	DANIEL	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramal — 621	LÊDA
	C.A.	ANEXO "B" Ramal 484	SÉRGIO	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	LEILA
10:30	C.E.	ANEXO "B" Ramal 442	FRANCISCO	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramal — 621	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal — 484	CARLOS				